

Agosto 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Os números oficiais	1
1.2 Economia e Pobreza crescem a mesma medida	1
1.3 Luanda factura USD 286 milhões em impostos	2
1.4 Os casos mais flagrantes	2
1.5 300 milhões de dolares anuais no apoio ao empresariado.....	4
1.6 OGE revisto para 2006 estimado em 1.891.880.795,00 Kz.....	4
1.7 O esvaziamento do estado.....	5
1.8 A luz milagreira da macroeconomia.....	6
1.9 Programa de Desenvolvimento Rural será avaliado este mês.....	7
1.10 Porquê insistir em fundos publicos?.....	7
2 Mercado Informal e Microfinanças	9
2.1 Governo quer bancos a conceder mais créditos	9
2.2 Luta pela sobrevivência nas ruas de Luanda.....	9
2.3 Luanda tera quatro novos mercados.....	10
2.4 Vendedores do Hoji-ya-henda ameaçam manifestar-se.....	10
2.5 Gestão de mercados a concurso	11
2.6 Vendedores do Benfica "choram"desaparecimento do mercado.....	12
2.7 O Altifalante Salvador.....	13
2.8 Bem sucedidos em Luanda.....	14
2.9 Novos mercados recebem 2 mil vendedores.....	15
2.10 Microcredito pode ajudar a combater a pobreza	15
3 Governação e Descentra-lização	17
3.1 Pacheco VS Ismael.....	17
3.2 Administrador do Saurimo. Autonomia é sinónimo de desenvolvimento local.....	18
3.3 OPSA Intelectuais na democracia	19
3.4 Angola envia contribuições para a revisão dos protocolos da SADC.....	20
3.5 Terceiro Sector aborda experiencias internacionais.....	21
4 Eleições e Educação Cívica	22
4.1 Eleições transferidas para 2007.....	22
4.2 Eleitores avisam comportem-se.....	22
4.3 MPLA e plataforma eleitoral defendem que se fixe data para registo dos eleitores.....	22
4.4 Jornalistas sabem mais sobre eleições	23
4.5 Plataforma politica capacita membros.....	23
4.6 Jurista advoga fiscalização eficiente do tercerio sector	24
4.7 Educar para Eleições (III)	25
4.8 Oposição pede esclarecimento á CNE e CIPE.....	25
4.9 Análise de Reginaldo Silva.....	26
4.10 Processo eleitoral com pouca percentagem nos destaques noticiosos dos media nacionais	27
5 Educação, Juventude e Criança	28
5.1 Formação superior custa até 25 mil Dolores.....	28
5.2 Reajustamento da lei precisa-se no julgado de menores.....	28
5.3 Feira de artes e ofícios realiza-se sábado no Cazenga	29
5.4 Nova escola no municipio de Tando Zinze.....	30
5.5 Crianças orfãs de mavinga recebem donativos da TAAG.....	30
5.6 Bolsas inernas so no papel.....	30
5.7 Huila e Huambo terão polo Universitario da ULA	31

5.8 A outra vida depois do abandono familiar.....	31
5.9 Mais de 500 crianças no Huambo voltam ao seio familiar.....	32
5.10 Lançada primeira pedra para construção da aldeia SOS criança	32
6 Terra, Habitação e Urbanização	33
6.1 «Os edifícios têm direito a uma contrapartida financeira ou material».....	33
6.2 Gestão do solo passa por seminário	33
6.3 Roubo e corrupção á mistura.....	34
6.4 Cidadã acusada de venda e expropiação de terrenos.....	34
6.5 Advogado tenta esbulhar terreno a família Angolana	35
6.6 Talhões ou Terrenos. A dor de cabeça de quem os quer pela via legal.....	36
6.7 Uma cartilha que revela a contradição.....	37
6.8 Benfica, zona dos "terrenos"	38
6.9 Questão da expropiação por utilidade particular	39
6.10 Governo aprova regulamento de concessão de terrenos.....	40
7 Serviços Básicos	42
7.1 Minea constrói infra-estruturas de electricidade e águas.....	42
7.2 Cólera regista sete novos casos em Luanda.....	42
7.3 Os "quês" do novo modelo de recolha de lixo	42
7.4 Mais de 40 mil consumidores de electricidade vão ser legalizados	43
7.5 Cisternas comercializam água contaminada.....	44
7.6 Menongue deixara de ter problema de luz e de água até fevereiro de 2007	44
7.7 Edel perde mais de USD 1 milhão/mês	45
7.8 Mangueiras anárquicas “ levam água para a sobrevivência.....	46
7.9 Casos de cólera vão aumentar na época chuvosa	47
7.10 Empresa investe USD 8 milhões em saneamento.....	47
8 Paz e Reconciliação	48
8.1 Parlamento discute em 8 de Agosto projecto de lei amnistia	48
8.2 "Paz para cabinda" é aprovado em unanimidade.....	48
8.3 Memorando de entendimento. A mesma novela com actores diferentes.....	49
8.4 Tchokwés também reclamam autonomia.....	50
8.5 Conflitos étnicos na Lunda-norte.....	51
8.6 FLEC vai integrar GURN	51
8.7 Falta de diálogo incentiva intolerância política no Kwanza Sul.....	52
8.8 Membros da FLEC encontraram “a galinha dos ouros”	53

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Os números oficiais

Agora...05-08-06

O sector não petrolífero da economia registou, nos dois últimos anos, crescimentos na ordem dos 9,3% (2004) e 14,7% (2005), subindo o volume de investimentos de 255 milhões de dólares para 1,8 biliões de dólares no período em referência.

Contudo, mantém-se a necessidade de se alterar a estrutura do Produto Interno Bruto (PIE), fortemente dependente da produção mineral - petróleo e diamantes - dando mais atenção aos investimentos nos sectores da agricultura, da pecuária e da indústria, principalmente por estes serem fontes de emprego extensivo, o que contribuiria sobremaneira para a redução da taxa de desemprego e do índice de pobreza extrema.

Por exemplo, o sector petrolífero, que no PIE angolano de 2005 teve uma fatia de aproximadamente 52%, emprega apenas 12 mil trabalhadores, provavelmente menos de 1 % da população activa do país.

A agricultura já registou, no ano passado, um crescimento de 17%, a construção civil 16,9%, o sector eléctrico 17,4% e o de transformação 24,9%, segundo números do Ministério das Finanças.

A leitura dos indicadores económicos sustentado nos documentos governamentais mostram que o PIE (em termos reais, isto é, sem a influência dos preços) cresceu 3,4%, em 2003, 11,7% (2004), 20,6% (2005), existindo uma previsão, para 2006, de 15,5%, ao mesmo tempo que neste período a inflação foi baixando de 76%, para 31 %, 18,5% e prevendo-se que este ano caia para 10%.

Contudo, alguns destes indicadores apresentados pelo vice-ministro das finanças estão ligeiramente acima dos apresentados no último relatório do Fundo Monetário Internacional. O FMI calculou o crescimento económico em 18% e prevê para o corrente ano os mesmos 15%.

Já aquela instituição financeira internacional estima que as nossas perspectivas económicas para os próximos anos serão fortemente alimentadas com a prevista subida da produção de petróleo para dois milhões de barris diários, já em 2007, podendo em 2010 atingir-se uma cifra 90% superior à extração verificada em finais de 2005 (1,4 milhões b/d).

Este aumento, entre 2007 e 2010, será fundamental para estimar-se o crescimento anual do PIE em cerca de 13% e um melhor ambiente económico para o sector produtivo, sobretudo para o empresariado privado, ao

privado, ao passo que a duplicação das receitas estão largamente asseguradas, já que não se prevê uma queda dos preços do petróleo no médio prazo.

Por outro lado, a melhoria do ambiente económico pode ainda ser vista através da relação entre as despesas correntes e o investimento público. As previsões para este ano apontam para um gasto de 940,5 biliões de kwanzas, no primeiro " caso, o que equivale a cerca de 26,6% do PIE, ao passo que no segundo item o valor previsível é de 608,7 biliões de kwanzas (18,5% do PIE).

Este volume de investimentos públicos, que ao câmbio actual ronda os 6,9 biliões de dólares, sendo, obviamente, largamente da responsabilidade da administração central (51 % a cargo do Gabinete de Reconstrução Nacional e 15% do Ministério das Obras Públicas), contribuindo as administrações locais com perto de 500 milhões de dólares provenientes de recursos próprios saídos da tributação retida na fonte.

A fonte de financiamento dos investimentos públicos provém do Tesouro (34%) e 63% do crédito internacional, com destaque para o chinês (49%), seguido do espanhol (5%), do brasileiro (4%), israelita português, ambos com 2%, e outras origens.

Com a conjuntura macro-económica em boas águas, o que pode ser verificado através da redução da taxa de inflação, estabilização das taxas de câmbio e de juros, e a redução do défice fiscal, os impactos desta estabilização podem-se encontrar na subida do PIE per capita, que passou de 500 dólares, em 2000, para cerca de dois mil dólares o ano passado, um indicador que terá, certamente, influenciado a redução dos níveis de pobreza no país.

Isto num país em que a taxa de desemprego ronda os 30%, o que deve dar uma estimativa de 2,4 milhões de angolanos em idade adulta sem ocupação laboral, razão para o Governo ter mais preocupações, mesmo com os bom desempenho económico dos últimos tempos.

1.2 Economia e Pobreza crescem a mesma medida

O Independente...05-08-06

Tal como as projecções do crescimento económico sugerem que Angola é dos países que mais cresce no mundo, a pobreza corre a mesma proporção, com relatórios actualizados de que a esperança de vida recuou dois graus.

O facto de a esperança de vida em Angola ter baixado de 40 para 38 anos, segundo o último relatório actualizado do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é motivo de inúmeras inquietações nos diferentes segmentos da sociedade, a julgar pelas projecções que colocam o país no pódio das

das economias que mais crescem no planeta. Dados publicados do Caderno de População e Desenvolvimento do Ministério do Planeamento, de 2005, informam que Angola tem uma das taxas mais altas de mortalidade infantil. Assim sendo, em 1000 nascimentos pelo menos 150 crianças morrem antes dos cinco anos de idade, enquanto que em infante-juvenil do mesmo número, quem vêem ao mundo dos vivos, 250 morrem, sendo que também a taxa de fertilidade é das mais altas do mundo com 7,2 por mulheres.

Quer dizer que no nosso país muito se nasce e igualmente muita gente morre. Estas são algumas das razões que concorrem para a penúria por que está mergulhada mais da metade da população, numa altura em que peritos estimam o Produto Interno Bruto (PIB) para este ano cresça pelo menos em 30 por cento.

Mas então como é que o Governo anuncia, constantemente, que a nossa economia vai bem, mas o nível e a esperança de vida diminuem. O que é que se passa afinal? Interrogou-se António Lombimbo ao INDEPENDENTE, um cidadão natural da província do Huambo.

Segundo o manual em citação, as estimativas indicam que mais da metade da população angolana esteja mal nutrida, "havendo 22 por cento de crianças menores de cinco anos em situação de mal nutrição crónica severa, e 45 por cento em situação de mal nutrição crónica moderada."

O documento cita, entre outras causas da pobreza, a guerra, que dilacerou o país e provocou o deslocamento de pessoas, a forte pressão demográfica resultante, principalmente, da elevada taxa de fertilidade, a destruição e degradação das infraestruturas económico-social, o débil funcionamento dos serviços de saúde e protecção, para além quebra acentuada da oferta interna de produtos essenciais.

Cidadãos interpelados pelo o INDEPENDENTE questionaram-se, por isso, sobre verdadeiras razões que fazem com que, no período da guerra, a estimativa de se viver em Angola rondava acima dos 40 anos, numa altura em que a economia se encontrava bastante debilitada e muita gente morria devido ao conflito armado, e actualmente com a economia em franca ascensão a esperança de vida diminui.

1.3 Luanda factura USD 286 milhões em impostos

Jornal de Angola...08-08-06

A província de Luanda facturou, para os cofres de Estado, 286 milhões de dólares (22 bilhões 940 milhões, 321 mil e 356 kwanzas) em receitas fiscais, no decurso do primeiro semestre deste ano.

O valor representa um crescimento de 27 por cento, o correspondente a 61 milhões de dólares, acima dos níveis de 2005, oferecendo uma avaliação em média mensal de 48 milhões de dólares arrecadados neste primeiro semestre.

Os dados foram apresentados pelo Delegado Provincial de Finanças de Luanda, Miguel Ventura Catraio, como balanço da receita local arrecadada junto dos Bairros Fiscais da província e canalizada ao Tesouro Nacional. A receita não abrange o sector petrolífero, diamantífero e aduaneiro. Mas representa uma série de impostos e taxas que, de acordo com o decreto Executivo 80/99 de 28 de Maio, são consideradas receitas locais, destacando-se no presente resultado os impostos sobre o consumo de produtos diversos, sobre o rendimento de trabalho por conta de outrem, de selo, sobre o consumo de cerveja nacional e representam 80 por cento deste resultado. Os outros 20 por cento correspondem aos restantes itens de uma relação de 19 impostos tributáveis, taxas, rendas e multas que compõem a designação das receitas consideradas locais.

Segundo Miguel Ventura Catraio, este resultado evidencia o crescimento dinâmico do sector empresarial que a província regista, assim como uma melhor atitude dos contribuintes situados em Luanda, em relação ao cumprimento das suas obrigações fiscais. Contudo, o responsável considera existirem ainda contribuintes que não observam as suas obrigações fiscais, daí que alguns impostos não tenham sido suficientemente canalizados para o Tesouro Nacional, Desafio que o sector de Finanças prevê encetar para que o segundo semestre registre maiores resultados, fechando com o nível previsto no OGE.

1.4 Os casos mais flagrantes

Semanario Angolense...12-08-06



José Van-Dúnem - O processo de privatização da Angoméica, a empresa estatal que produzia medicamentos em Luanda, foi um autêntico «complot» contra o Estado angolano. A empresa foi deliberadamente arruinada no quadro de decisões ministeriais que inviabilizavam a sua gestão. Não é mera coincidência o facto de a falência da Angoméica ter dado lugar a negócios muito prósperos de indianos que se dedicam ao comércio de medicamentos. Sabe-se que

que muitos desses indianos encontram ombros amigos em distintos membros do governo sendo o caso mais badalado, embora à boca pequena, o de José Van-Dúnem, vice-ministro da Saúde.



André Luís Brandão - O ministro dos Transportes levou o governo a caucionar a liquidação da companhia marítima de bandeira, a Angonave, que devia ao estrangeiro apenas 50 milhões de dólares, quando o país gasta anualmente, com o fretamento de navios, muito mais do que o dobro dessa soma. André Luís Brandão concedeu à Gabrex, uma empresa do seu irmão Luís Brandão Júnior, um chorudo contrato que tem estado a onerar os custos da manutenção do parque automóvel do Ministério dos Transportes.



Joaquim David - As informações disponíveis atestam que o ministro da Indústria pode passar três semanas sem pôr os pés no seu gabinete oficial. Não é por acaso que desde que foi para o ministério que dirige, em 2003, «Quim» David nunca apresentou ao governo um único projecto que contribua para o desenvolvimento de Angola. Quanto mais não seja, para mostrar que está a trabalhar. Não se trata de simples absentismo. É mesmo a ausência, o desinteresse da classe governante em relação ao povo.



Josefina Diakitê: Alguns dos negócios de governantes angolanos constituem casos anedóticos: a embaixadora de Angola nos EUA, Josefina Diakitê, por exemplo, «exportou» para a decente capital norte-americana a rudimentar «candonga» angolana, constituindo lá a empresa que alegadamente presta serviços de «catering» à embaixada. Quer dizer que periodicamente, ela apenas tem que pegar na caderneta de cheques da embaixada, exagerar os zeros e prover «generosamente» a sua própria conta bancária com dinheiro do povo angolano



General Kopelipa : Em Luanda, por exemplo, quando se lê nas placas de identificação das obras «Empreiteiro - Brik & Brik; Fiscalização - Sigma», está-se a falar dos mesmos capitais e das mesmas pessoas de um grupo empresarial liderado pelo general Hélder Vieira Dias «Kopelipa». Na sua qualidade de chefe da Casa Militar da Presidência da República e de director do Gabinete da Reconstrução Nacional, afinal de contas, o «papão» das aquisições do Estado, ele possui várias empresas com vocação para negociar contratos que ele próprio assina em nome das instituições que representa



Higinio Carneiro - Ainda há dias, o oficial Jornal de Angola noticiou que várias empresas angolanas tinham obtido contratos para participar em projectos de investimentos públicos na província do Kwanza-Sul, figurando entre elas a T-Angola, uma empresa que se sabe que pertence ao ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro. Esta empresa até pode ter obtido o seu contrato para tomar parte dos projectos por mérito próprio, mas não deixa de ser politicamente incorrecto possuir negócios no mesmo domínio em que se está a governar



José Pedro de Moraes - O caso paradigmático de titulares de cargos públicos que traficam favores em seu proveito é o do ministro das Finanças. José Pedro de Moraes é ainda o presidente do Conselho de Administração da empresa estatal de seguros ENSA, um posto do qual não se desfez quando foi dirigir o Ministério Finanças, exactamente por ser ele próprio quem tem a prerrogativa de decidir sobre a provisão de tal posto. No entanto, José Pedro de Moraes acabou por associar-se a uma seguradora privada recentemente implantada no país, a Global Seguros, tomando posições cruciais em qualquer um dos pólos da triangulação em que está envolvido, quer seja no Ministério das Finanças, na ENSA ou na

Ministério das Finanças, na ENSA ou na Global Seguros. De tal forma, que não se sabe quando é que José Pedro de Moraes é ministro das Finanças, e por isso mesmo isento, ou quando é que é empresário, logo, parte interessada. Por maioria de razão, porém, deve concluir-se que este governante apenas age em prol dos seus próprios interesses.



Burity da Silva - Temos, em Angola, um ministro da Educação que se sabe ter interesses no colégio privado Cruz Linda, na Universidade Independente e no sector da distribuição livreira, através de uma participação accionista na Livraria Mensagem. Segundo informações disponíveis, os seus coadjutores e a generalidade dos directores de serviços da instituição governamental também se lançaram em empreendimentos do sector do ensino. Com a cabeça virada para os seus negócios privados dificilmente o ministro da Educação poderia levar a bom porto as negociações com o SINPROF.

1.5 300 milhões de dolares anuais no apoio ao empresariado

Angolense...12-08-06

A Assembleia Nacional, a pedido do Governo, aprovou ao longo da semana última o Fundo Nacional de Desenvolvimento, conta pública no valor de 300 milhões de dólares anuais que servirá de mais um instrumento para o incremento dos níveis de produção nacional.

Esse montante será gerido pelo Banco Nacional para o Desenvolvimento criado recentemente pelo Governo, em substituição do FDES, Fundo para o Desenvolvimento Económico e Social.

Ao longo da semana última, por altura do anúncio da disponibilização deste valor pelo Governo muitas vezes, principalmente de economistas e empresários, se levantaram com considerações sobre a forma como este dinheiro deverá ser gerido e canalizado para o empresariado nacional. O que entretanto muitos receiam é que haja algum descaminho destes valores investidos pelo Governo, a exemplo do que sucedera com outros fundos públicos, o mais recente dos quais a CAP do qual muitos governantes e deputados são devedores.

Se por um lado, um eventual descaminho do dinheiro preocupa alguns cidadãos, outros, por sua vez sustentam que o BDA tenha de criar mecanismos e critérios

crítérios bastante rigorosos para que este desenvolvimento sirva efectivamente de apoio ao empresariado, catalizador da produção e gerador de empregos. Este dinheiro, entretanto, esperam os tecnocratas, não deverá ser um fundo estatal sem retorno que sirva para saciar os objectivos de alguns políticos, mas que apoie fundamentalmente o mundo dos negócios tendo sempre como base o objecto da empresa e o volume, dentro de um limite que é solicitado. Nestes casos, o banco estuda mesmo a possibilidade de processar os não pagadores.

Segundo o documento, os recursos que suportarão este fundo serão provenientes das receitas fiscais de sectores como os petróleos e diamantes, respectivamente com 5 e 2 por cento. A aprovação desse fundo ocorreu na semana da revisão orçamental do OGE.

1.6 OGE revisto para 2006 estimado em 1.891.880.795,00 Kz

Cruzeiro do Sul...12-08-06

Trezentos milhões de dólares é o valor que o Governo vai disponibilizar anualmente aos empresários nacionais como forma de financiamento de vários projectos.

Foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), conta pública registada no Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) com o objectivo de promover o investimento privado nacional através de concessões de créditos em condições bonificadas e com prazos de reembolso alargados, tendo em vista o aumento da capacidade interna de produção, o combate à pobreza, a criação de empregos, a substituição das importações e promoção das exportações.

De acordo com o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, este fundo vai beneficiar pessoas singulares e empresas detidas e controladas maioritariamente por cidadãos angolanos.

O Fundo aprovado terça-feira pelo Parlamento vai ser sustentado pelas receitas fiscais provenientes do petróleo e dos recursos minerais, constituindo-se numa poupança pública canalizada ao desenvolvimento do país.

"O Fundo Nacional de Desenvolvimento terá como recursos 5 por cento do sector petrolífero e dois do sector diamantífero", explicou José Pedro de Moraes.

Embora o fundo tenha sido aprovado por unanimidade, alguns empresários mostraram-se cépticos em relação à transparência da distribuição do montante. Eles temem que se repita o mesmo fenómeno CAP - Caixa, Agropécuário - e FADEPA que tiveram o tempo de vida muito curto. Estas duas instituições de apoio a

instituições de apoio a empresários atribuíram crédito a várias pessoas ligadas directamente a administração dos mesmos e na hora em que deviam fazer o reembolso dos valores pedidos não o fizeram, levando assim à falência destes dois fundos.

Fernando Heitor, deputado da UNITA, e Anália victória Pereira, do PLD, questionaram a legalidade do Banco de Desenvolvimento de Angola, alegando que o mesmo ainda não tinha sido "legalmente constituído".

"A instituição a quem se pretende entregar esse, muito, dinheiro nem sequer ainda está legalmente constituída. Não sabemos se esse BDA é propriedade mista ou estatal. Pelo menos nunca apareceu aqui nenhum papel, documento que referia isso", disse Fernando Heitor.

Em resposta à distração dos dois deputados, Bornito de Sousa, deputado do MPLA ironizou: "alguns deputados têm de diminuir a dieta do queijo". É que o BDA foi publicado na primeira série do Diário da República de 7 de Junho.

Para que a distribuição desse recurso financeiro seja transparente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento deverá prestar informação à Assembleia Nacional pelo menos duas vezes por ano. Embora não se conheçam as personalidades que irão integrar o Conselho de Administração da referida instituição bancária, José Pedro de Moraes adiantou ao CS que o BDA deverá entrar em funcionamento a partir do próximo mês de Outubro, antecedendo a nomeação dos responsáveis pelo Conselho de Ministro.

"A nomeação do Conselho de Administração depende da agenda do Conselho de Ministro. O que lhe posso dizer é que este Banco abre no dia 1 de Outubro", rematou.

Os deputados discutiram ainda a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), na sequência da subida das receitas petrolíferas e da evolução da situação económica e social interna. O OGE revisto para 2006 está estimado em 1.891.880.795,00 Kwanzas.

O primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", justificou a revisão deste orçamento, com base na alteração do preço do crude. Inicialmente o preço do barril de petróleo estava cotado, no mercado internacional, em 45 dólares, hoje o mesmo anda a volta dos 76 USD.

"A diferença entre o valor revisto e o preço do petróleo no mercado internacional será dos destinado ao reforço do fundo do tesouro nacional, no futuro, para permitir fazer face a eventuais choques de preços do crude e despesas imprevisíveis", justificou.

O chefe do Governo destacou ainda o crescimento do sector não petrolífero na contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), que cresceu de 40,8% em 2005, para 44% em 2006 com forte tendência para aumentar.

Depois de ouvir as explicações do primeiro-ministro, o deputado da FNLA, André Paulo, considerou que já é

altura de se começar a pensar na criação de subsídios de desemprego.

1.7 O esvaziamento do estado

Semanario Angolense...12-08-06

Como os governantes têm negócios alinhados aos sectores que dirigem, então os empreendimentos estatais congéneres devem ser desactivados, sendo neste sentido que se orientam politicamente os titulares de cargos públicos lançados no mundo empresarial: na verdade, o que se está a verificar é que existe um grande esforço de esvaziamento do Estado. Vários exemplos podem provar isso.

Sabe-se, por exemplo, que a antiga ministra da Saúde, Albertina Hamukwaia, tinha investimentos no sector das clínicas privadas, como também se verifica que o governador provincial de Cabinda, Aníbal Rocha, contratou a Anglodente, uma empresa médica a que está associado, para se encarregar da prestação de serviços de saúde naquela província.

As notícias disponíveis dizem, como se viu no texto principal desta matéria, que hoje, a generalidade dos directores de serviços do Ministério da Saúde tem interesses em empreendimentos privados do sector.

É claro que quando isso acontece, a tendência é a da desvalorização do serviço público, que é o que acontece nas autênticas espeluncas que são os hospitais públicos angolanos. Os custos são imensos.

Segundo informações disponíveis, o processo de privatização da Angomédis, a empresa estatal que produzia medicamentos em Luanda, foi um autêntico «complo» contra o Estado angolano.

A empresa foi deliberadamente arruinada no quadro de decisões ministeriais que inviabilizavam a sua gestão. Não é mera coincidência o facto de a falência da Angomédis ter dado lugar a negócios muito prósperos de indianos que se dedicam ao comércio de medicamentos. Sabe-se que muitos desses indianos encontram ombros amigos em distintos membros do governo sendo o caso mais badalado, embora à boca pequena, o de José Van-Dúnem, vice-ministro da Saúde.

Casos desses repetem-se às dezenas e às centenas em todos os outros sectores. O país, para citar um outro caso, com as suas faraónicas forças armadas, não possui uma única fábrica para a produção de botas e fardas militares, mas tem inviabilizado um projecto de cedência de tais funções à Macambira, uma unidade fabril estatal de calçado, convertendo-a também numa unidade de confecções.

Um empresário indiano que propôs às autoridades a construção de uma outra fábrica de produção de botas militares apareceu misteriosamente assassinado em

Luanda, no ano de 2004.

A factura paga pelo Estado para a importação de botas e fardas é, entretanto, bastante elevada, como também o são as comissões obtidas pelos oficiais do governo que negociam tais aquisições no estrangeiro.

Por outro lado, a Empresa de Lotarias de Angola, um empreendimento estatal adstrito ao Ministério das Finanças, foi deliberadamente esvaziada para deixar prosperar o negócio dos jogos do azar que é liderado pela Finangest, onde tem interesses o ministro das Finanças, José Pedro de Moraes.

Nessa mesma perspectiva, não terá sido por acaso que o ministro dos Transportes, André Luís Brandão, levou o governo a caucionar a liquidação da companhia marítima de bandeira, a Angonave, que devia ao estrangeiro apenas 50 milhões de dólares, quando o país gasta anualmente, com o fretamento de navios, muito mais do que o dobro dessa soma.

André Luís Brandão concedeu à Gabrex, uma empresa do seu irmão Luís Brandão Júnior, um chorudo contrato que tem estado a onerar os custos da manutenção do parque automóvel do Ministério dos Transportes.

Mas os prejuízos causados pela vida empresarial dos governantes não são apenas materiais. Eles constituem também a ruína do conceito do funcionalismo público angolano.

Segundo dizem as evidências, à excepção das reuniões do Conselho de Ministros, os governantes angolanos não trabalham, até porque os principais «dossiers» políticos, económicos e sociais do país são concebidos e liderados pelo Gabinete do Presidente da República. José Eduardo dos Santos, estamos fartos de saber, tem uma «situação de gabinete».

Então, os ministros e os seus coadjutores passam a vida a olhar para o próprio umbigo, dedicando-se fundamentalmente a tratar dos seus negócios pessoais, ou, para usar a expressão popular, a correr atrás, não do prejuízo, como fazem os pobres, mas de dinheiro a rodos.

As informações disponíveis atestam que o ministro da Indústria, para citar apenas um caso, pode passar três semanas sem pôr os pés no seu gabinete oficial. Não é por acaso que desde que foi para o ministério que dirige, em 2003, «Quim» David nunca apresentou ao governo um único projecto que contribua para o desenvolvimento de Angola. Quanto mais não seja, para mostrar que está a trabalhar.

Não se trata de simples absentismo. É mesmo a ausência, o desinteresse da classe governante em relação ao povo. Quando isso é adoptado pela plebe, os quadros intermédios e de base, como modelo de comportamento, obtém-se como resultado o pobre conceito que actualmente fundamenta o funcionalismo público angolano: a apologia da «gasosa», a falta de sentido de missão, a

sentido de missão, a moleza, a mediocridade.

É verdade: o Estado angolano está sob ataque. Não se trata de uma invasão estrangeira: é uma agressão desferida pelos seus próprios representantes.

1.8 A luz milagreira da macroeconomia

Semanario Angolense...12-08-06

A macroeconomia é que está na moda. É dela que mais se fala na altaroda. O ministro adjunto do primeiro ministro elogia a macroeconomia, o ministro das Finanças só fala da macro, o governador do Banco também, só vêm à frente a macroeconomia quando têm de justificar o bom desempenho da governação angolana.

Atrás deles vem uma plêiade de economistas e funcionários do Planeamento, das Finanças, até pessoal de áreas fora da jurisdição económica tingem as suas línguas com a tinta verde da palavra macroeconomia, que num outro sentido tem a ver com os indicadores macroeconómicos, com a taxa de câmbio, a inflação, a verde e onnipotente paridade do dólar.

Ainda há dias, numa reunião de compatriotas da sociedade civil e da sociedade estatal a propósito da pobreza, um jovem de fato preto lustrado elogiava o Governo e o seu desempenho macroeconómico e apaixonadamente cifrava o discurso na taxa de inflação, na paridade do dólar, para dizer que a fome estava quase erradicada no país.

Outro dia, num workshop sobre um tema social, um padre jovem propôs a atribuição de um sistema de cestas básicas para as famílias pobres, com a obrigação dessas famílias encaminharem os filhos à escola, ao que foi imediatamente desacreditado por um outro cidadão presente, que disse que isso do Estado-pai já não funciona, o que funciona é masé o emprego e cada um se vire com o seu salário.

Eu, como já tenho dito aqui, sou um zero à esquerda em economia, em macroeconomia então sou uma bestaquadrada, mas a mim ninguém me pode enganar em termos de macroeconomia doméstica. É que se a macroeconomia é a economia das altas esferas, aquela que tem a ver com os bancos, com a taxa inflacionária e com a taxa de câmbio - não sou eu que o digo, são os maiores das Finanças, do Banco e do Planeamento - coisas que o povo não pode nem sabe controlar, quem o faz é só o Estado e a sua máquina de aço e ferro fundido, então a macroeconomia é aquela que tem a ver com a cubata de chapas ali no morro da Boavista, não é?

Digo isto porque nada sei de economia, só falo daquilo que vejo e o que vejo é que nenhum país do mundo ainda conseguiu dar emprego a toda a sua população, há

há sempre um chamado exército de mão-de-obra no desemprego, então como é que há pessoas neste país que é Angola, que ainda está na Idade da Pedra do desenvolvimento económico, capazes de dizer à boca cheia, em fóruns públicos, que é o emprego que vai acabar com a fome e a pobreza?

Para já, todos os que falam bem da macroeconomia vestem roupas caras, têm casa grande com água e luz, possuem um, dois, ou três carros, e não lhes falta o pão com manteiga de manhã ao matabicho. Pão com manteiga que é amassado e cozido por operários. E é a partir da digestão desse trabalho microeconómico para ganhar o pão de cada dia dos padeiros e manteigueiros que eles, tecnocratas bem-sucedidos na vida, levantam as paredes de papel timbrado da sua macroeconomia.

Um pobre nunca se refere à macroeconomia. O pobre diz que não tem emprego e não sabe onde achá-lo. E enquanto o pobre do musseque diz isto, pela boca do padre que esteve naquele workshop ou de outros cidadãos da chamada sociedade civil, os que falam da macroeconomia, respondem que o pobre tem de esperar pelo desempenho futuro da macroeconomia, dos investimentos estrangeiros que vão gerar emprego para toda a gente. Justificam-se com a absoluta incompatibilidade entre a equidade e a estabilidade. Enquanto isto, passa um ano, passam dois anos, passam três e o desempregado chefe de família não arranja emprego, ou quando o arranja, porque tem poucas habilitações literárias, vai para a kimbangua ganhar 50 dólares por mês e não consegue dar de comer à prole, de onde saem os delinquentes, as prostitutas, as zungueiras e os analfabetos, uma espiral sem fim a que os tais cientistas da macro chamam de ciclo da pobreza e da violência.

Parece que a assistência social já não faz parte do vocabulário da boa governação contemporânea, que faz alarde da economia de mercado, do privado e da macroeconomia. Quem fala o contrário são apenas dois dinossauros do socialismo, o Fidel Castro e o Rugo Chávez. Considerados doidos sem tino. «Locos de la cabeza», na boa terminologia hispânica. Por isso, aquele padre que propôs a tal cesta básica para as famílias pobres, devia era estar na Venezuela. Praticamente não foi ouvido. Foi cilindrado pela resposta categórica do outro participante no workshop, de que isso de cestas básicas faz parte da aviltante caridade, que vai contra o princípio chinês de dar a cana de pesca em vez do peixe ao pobre. O padre foi considerado um pensador ultrapassado, um intelectual antigo e vesgo, que precisa de orientar-se por uma nova teoria que iluminaria o túnel negro da sua ignorância sobre o bom desempenho da economia angolana, neste século XXI. Uma teoria iluminada pela luz genuinamente milagreira da macroeconomia.

1.9 Programa de Desenvolvimento Rural será avaliado este mês

Angop...13-08-06

O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) avalia de 16 a 18 deste mês, no Waku Kungo, província do Kwanza Sul, a implementação do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), aprovado, pelo Conselho de Ministros, para o quadriénio 2004/2008. Em declarações à Angop, o chefe do Departamento de Organização e Gestão das Estações de Desenvolvimento Agrícola do IDA, Miguel Pereira, referiu que os peritos da instituição irão definir o grau de correspondência dos camponeses aos esforços do executivo angolano, no quadro do PEDR. Segundo o responsável, no encontro serão também analisados os constrangimentos do programa e a experiência dos seus parceiros na realização de actividades do género. Em função das dificuldades encontradas, referiu, os participantes vão procurar vias capazes de ultrapassar os embaraços do programa, bem como adoptar uma forma de actuação uniforme de assistência técnica às famílias camponesas.

O PEDR, lançado oficialmente em Agosto de 2005, no município do Andulo, província do Bié, visa, entre outros objectivos, garantir a segurança alimentar, reduzir a pobreza da população, integrar as comunidades no desenvolvimento económico e social do país, aumentar a produção e produtividade das empresas agrícolas familiares.

Orçado em 209 milhões de dólares e com duração de cinco anos, o programa prevê beneficiar cerca de um milhão e 197 mil famílias angolanas.

1.10 Porquê insistir em fundos públicos?

Semanario Angolense...26-08-06

O aparecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) anula oito outros fundos públicos que foram sendo criados ao longo dos anos com funções de fomento e de aumento da produção em vários sectores económicos e sociais do país.

Está-se a falar aqui do Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FADA), Fundo de Desenvolvimento do Café (FDC), Fundo de Desenvolvimento do Desporto (FDD), Fundo do Cinema, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Pescas (FADEPA), Fundo Rodoviário, Fundo de Apoio ao Empresariado Nacional (FAEN) e Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDEs).

Mas o Governo ainda não respondeu oficialmente a uma pergunta suscitada pelo aparecimento do FND: porquê insistir na criação de mais um fundo público, quando se sabe que oito instituições de semelhante vocação anteriormente accionadas não deixaram verificar qualquer eficácia e nem sequer vingaram?

Uma fonte oficial angolana considerou, em declarações ao *Semanário Angolense*, que o FND tem características que o diferenciam de todos os projectos anteriores.

Ao contrário dos outros fundos, o FND tem fontes identificadas para a sua provisão em recursos financeiros, no quadro das decisões governamentais que lhe destinam cinco por cento das receitas petrolíferas anuais e dois por cento das diamantíferas, até perfazerem uma soma total de 300 milhões de dólares por ano.

De acordo com a fonte, esta característica permitirá ao FND assinalar uma certa estabilidade na disponibilização de recursos, algo que não se verificava em relação aos fundos de desenvolvimento anteriores.

«o grande problema é que os fundos públicos nunca antes tiveram fontes de financiamento estáveis», declarou a fonte, notando, entretanto, que «a credibilidade do FND vai ficar dependente de que os recursos anunciados sejam disponibilizados».

A regularidade da provisão da conta do FND é tão crucial que, de acordo com a fonte, de outra maneira a instituição não vingará. Para citar a sua sentença, «senão, vai ser como os outros».

Os fundos anteriores ao FND eram excessivamente dependentes do Orçamento Geral do Estado (OGE), que na economia angolana sempre foi uma sublimação da escassez de recursos ou resultou potencialmente incapaz de prover os recursos necessários para manter níveis de vitalização ainda que razoáveis.

O FADEPA, que se financiava com 75 por cento dos resultados dos processos de cedência de licenças de pesca e dos acordos pesqueiros com a União Europeia (UE), pode até ter sido uma excepção, mas efémera.

A dado momento, parte dos recursos mais significativos, aqueles referentes às licenças de exploração pesqueira, começou a ser embolsada pelo ministério de tutela.

O Fundo de Desenvolvimento do Desporto, que também conta com fontes bem identificadas de financiamento, como é uma determinada percentagem da venda dos ingressos para eventos desportivos, não vai buscar esses recursos, acima de tudo, por serem exíguos.

Já o Fundo Rodoviário, constituído por descontos sobre a venda de combustíveis, pneus e asfalto (para apenas citar três fontes), assiste a lei ser desrespeitada a seu desfavor: ninguém cobra esses descontos. O FDES foi o último fiasco da lista. Embora financiado por recursos

recursos das exportações petrolíferas angolanas, o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social falhou por ter repetido com projectos de viabilidade duvidosa, aquilo que os bancos comerciais fazem para financiar operações de alta rentabilidade.

Num país com as dificuldades estruturais de Angola, o FDES financiava o inviável sector agro-pecuário angolano com condições quase tão penalizantes como as que os bancos comerciais aplicam sobre operações muito rentáveis, solicitando do credor uma comparticipação de dez por cento do valor do crédito e juros anuais de 9,5 por cento, apenas 0,5 por cento menos que no sistema bancário.

É claro que no rigor do processo de investimento, as dificuldades estruturais do país absorviam despesas superiores ao valor dos juros, impossibilitando o reembolso dos empréstimos. Em 2004, o malparado do FDES era de 20 por cento.

Apesar dessa amarga experiência estar evidente, o Governo decidiu empreender na instituição do FND, que aos olhos de muitos é uma autêntica aventura, mas não pode queixar-se um dia de não ter sido avisado dos riscos.

Além de ter aludido à questão da Caixa de Crédito à Agro-Pecuária e Pescas (CAP), a instituição de crédito que faliu com pesadas dívidas de governantes, oficiais militares e políticos da situação, o FMI alertou ao Governo para a experiência histórica.

«Na maior parte dos países, os fundos de desenvolvimento faliram», disse a fonte para resumir os argumentos do FMI.

Mas essa mesma fonte minimizou aquilo que de provavelmente alarmante se esconde por detrás das advertências do FMI. Afirmou que nunca se viu a instituição financeira internacional pôr em causa a existência dos brasileiros Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDEs) e Banco Nordeste (BNB).

O segredo reside, estimou a fonte, em possuir as fontes adequadas de provisão de recursos, após ao que deverá ser feita ao Banco de Desenvolvimento Angola (BDA - onde ficará domiciliada a conta do FND), uma supervisão assente nas mesmas normas prudenciais que são exigidas aos bancos comerciais.

É nessas circunstâncias que se acredita nos meios institucionais que o FND não é mais apenas um fundo: julgase aí que com base nas premissas que lhe são inerentes, ele pode afigurar-se um instrumento para atingir os objectivos para os quais foi criado, como é a substituição das importações, promoção das exportações e o alcance de novos níveis de equidade social.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Governo quer bancos a conceder mais créditos

Jornal de Angola...05-08-06

O MINISTRO-adjunto do primeiro-ministro, Aguiinaldo Jaime, apelou aos bancos comerciais no sentido de se tomarem mais agressivos na expansão dos seus serviços pelo país e na diversificação do crédito, sobretudo o de longo prazo.

Falando na inauguração do novo edifício Sede do Banco Espírito Santo Angola (BESA), localizado na baixa de Luanda, Aguiinaldo Jaime frisou que, apesar do quadro macro-económico ter melhorado nos últimos anos, o Governo tem uma grande tarefa pela frente e que conta com os bancos para vencer os desafios.

Num convite a todos os operadores do sistema financeiro Angolano, o coordenador da equipa económica instou os bancos a continuarem com a política de grande agressividade na bancarização dos seus serviços e diversificar os produtos financeiros, por formas a atrair poupança, para que continuem a ter o papel decisivo no crescimento e desenvolvimento economia angolana.

Entre os grandes desafios para o país, Aguiinaldo Jaime aponta a reconstrução da economia, sobretudo em infra-estruturas básicas e o desenvolvimento, bem como a diversificação do Produto Interno Bruto - por formas a dar à economia não mineral maior expressão no PIB, no sentido de se promover emprego, segurança alimentar, erradicação da fome, doenças e o analfabetismo.

Comparando os vários momentos da economia do país, o coordenador da equipa económica explicou que o país viveu, até um passado recente, um período em que a presença privada no sector financeiro era inexistente ou marginal e a detenção de divisas, por parte de residentes cambiais, era considerado crime contra a economia. Igualmente, o Banco Central era supervisor e, ao mesmo tempo, operador comercial.

"Naquela altura, a intervenção do Estado na vida financeira era deficiente, traduzindo-se na fixação da taxa de juros e da taxa de câmbio e nos programas de afectação de créditos de cumprimento obrigatório", frisou o governante, apontando igualmente, o elevado défice das contas públicas, a inflação descontrolada e desvalorização diária da moeda nacional, que se assistia

na altura.

2.2 Luta pela sobrevivência nas ruas de Luanda

Jornal de Angola...08-08-06

Todos os dias úteis da semana a parte baixa da cidade de Luanda é invadida por pessoas de vários bairros que aí labutam em busca do sustento. Muitas dessas pessoas são funcionárias públicas e não só, que trabalham em instituições públicas e privadas. Mas, no entanto, as ruas Rainha Jinga, 25 de Abril, Avenida Marginal, Amílcar Cabral, entre outras que compõem a zona baixa, também são invadidas por pessoas, que não estando vinculadas a nenhuma instituição, trabalham por conta própria para a sobrevivência.

Actualmente, presume-se que a capital angolana tenha cerca de quatro milhões de habitantes, o que representa um quarto do total da população do país. A maioria vive em bairros suburbanos, os chamados musseques. Outros encontram abrigos em instituições escolares, fábricas e empresas que há muito deixaram de funcionar. Estas pessoas sem profissão, logo pela manhã metem-se à estrada em direcção à Baixa. Com bacias de frutas à cabeça, calçados, livros, material de escritório, e outros bens, lá vão eles em busca de uns trocados para garantirem o pão dos filhos que aguardam pelo seu regresso, em casa.

Teresa da Conceição é uma kúngila que logo pelas primeiras horas da manhã se desloca à Baixa de Luanda em busca do sustento. Encontramo-la sentada junto à Livraria Lello, em companhia de outras senhoras fazendo o câmbio. "Esta é a forma que eu encontrei para ganhar a vida, porque no momento, apesar de muito esforço não consegui arranjar um emprego que garanta melhores condições de trabalho e salariais", contou, enquanto comprava duzentos dólares de um cidadão. Segundo, disse, o dinheiro com o qual trabalha pertence a um empresário cujo nome não quis revelar o nome. Com Teté, como é tratada entre as amigas, trabalham também duas irmãs que, embora não querendo falar à nossa reportagem, corroboram com a opinião de Teresa. "Não ganhamos muito, mas dá para garantir o pão para os nossos filhos", dizem elas, assustadas com o carro da Polícia que passa a alguns metros do local onde nos encontrávamos. "É preciso estarmos atentas com os fiscais e com a Polícia, porque eles todos os dias correm connosco, mas como não temos outro local e nem trabalho fixo cá estamos nós todos os dias". Mas nessas ruas não são só encontradas as kúngilas. Aqui também se encontram aos montes as vendedoras

de sandes, vulgo motorolas, acessórios para telemóveis, material didáctico, entre outros. “Meu kota, a situação está difícil, pois não está fácil conseguir um emprego”, desabafou, Vasco Adão, carregando uma bacia cheia de bolinhos à cabeça. Todos os dias de manhã, segundo contou, ele mais um grupo de rapazes concentram-se na casa de uma senhora a quem identificou apenas por Maria, moradora algures no bairro Azul, onde recolhem, cada, mais de cem bolinhos para venderem por várias artérias da cidade de Luanda. “Normalmente, eu prefiro vender aqui na Mutamba, por ser uma zona bastante movimentada e, onde posso, caso o dia corra bem, vender mais de duas bacias”, justifica Vasco, enquanto lamenta o trabalho desempenhado pelos fiscais do Governo Provincial de Luanda (GPL), que quase sempre são vistos em correrias de um lado a outro atrás dos vendedores ambulantes e kinguilas. Já Sebastião Joaquim disse que há cinco anos se dedica à venda de material escolar na baixa de Luanda. Vindo de Benguela há 6 anos atrás, este jovem de 20 anos, natural do Lobito atracou em Luanda em busca de melhores condições de vida. “Eu ouvia falar de várias oportunidades de trabalho em Luanda e, convencido por um amigo que tinha família cá, decidi vir”, conta, acrescentando que chegados a Luanda a realidade era outra, pois as oportunidades de trabalho que existiam eram para pessoas que já tivessem alguma experiência de trabalho, o que não era o seu caso. Sem família, que ficara em Benguela a aguardar por notícias suas, decidiu trabalhar por conta própria. “Havia sobrado algum dinheiro no bolso, decidi enveredar pela venda de material escolar uma vez esse negócio ser muito procurado”, afirmou Joaquim. Mas, entretanto, apesar de os vendedores ambulantes serem muito solicitados, há ainda aqueles que criticam os seus serviços. Uma dessas pessoas é José Cristóvão. Segundo ele, entende porque estas pessoas procedem a venda ambulante, mas não concorda que os mesmos ponham em causa a imagem da própria cidade que os acolheu.

“Entendo, perfeitamente a situação dessas pessoas, pois tiveram que deixar os seus locais de origem para fugirem da guerra. Postos aqui, muitos deles sem família, a única forma de sobrevivência foi a venda ambulante”, afirmou, acrescentado “mas é preciso, que em respeito à cidade que os acolheu, elas façam mais para preservar a imagem da cidade, por isso não concordo que elas vendam em locais impróprios, produzindo muito lixo, que depois não recolhem”.

2.3 Luanda terá quatro novos mercados

Jornal de Angola...10-08-06

Os mercados do Asa Branca, Vidrul, do Palanca e do Benfica, todos em Luanda e construídos com fundos provenientes da linha de crédito chinês, serão inaugurados no dia 18 deste mês, foi ontem anunciado.

Segundo o porta-voz da reunião extraordinária do Conselho da Província, Gabriel Leitão, estão criadas as condições para a inauguração, em simultâneo, dos quatro mercados na data prevista.

O também director do gabinete de Planeamento e Estatística do Governo Provincial afirmou que os mercados terão gestão privada e que foi já aprovada a nova designação para cada um deles, sem contudo revelar as novas denominações. Segundo propostas distribuídas à imprensa, o mercado do "Asa Branca" no Cazenga, com mil e 400 lugares, poderá designar-se "Muconzo", em homenagem a António Júnior Muconzo, criador do campo de treino da ODp, onde se encontra actualmente o mercado, ou ainda "Monstro Imortal", "Irene Neto" ou simplesmente do "Cazenga".

Para o do Palanca, com capacidade para 720 vendedores, existem duas propostas, nomeadamente, "Soba Moniz", em homenagem ao ancião da comuna, ou "Imbondeiro".

O do Benfica, com 700 lugares, poderá chamar-se do "Kifica". O da Vidrul, em Cacucaco, com 822 bancadas, manterá a designação actual. Para a ocupação das bancadas serão priorizados os que até agora permanecem nos locais alternativos e pagarão uma taxa mensal equivalente a quatro mil e 560 Kwanzas.

Os participantes ao encontro decidiram aprovar uma nova composição do Conselho Provincial de Concertação Social, passando a integrar estudiosos, investigadores, associações comunitárias e profissionais, radialistas e jornalistas.

Foram igualmente convidados publicistas, entidades singulares, directores provinciais e de empresas tuteladas pelo Governo de Luanda e os administradores de Cacucaco, Cazenga, Viana, Kilamlja Kixi e Samba,

2.4 Vendedores do Hoji-ya-henda ameaçam manifestar-se

Angolense...12-08-06

É tradicional e existe há mais de 30 anos. Segundo dados, que fazem já parte da história, o mercado albergava mais de 500 vendedoras. Todavia, devido ao fenómeno da "zunga", ou venda ambulante, hoje, o mercado é constituído por pouco mais de 200 vendedoras. Estamos a falar do mercado do Hoji-yaHenda que alegadamente foi vendido a um banco comercial do nosso mercado

Está bem localizado, e segundo as mais antigas

vendedoras, o mercado do Hoji-ya-Henda foi fundado em 1975. Desde esta altura, tornou-se num dos mais tradicionais mercados de Luanda. Inserido no projecto de reestruturação de mercados do Governo Provincial de Luanda, através da linha de crédito chinês, o mesmo faz parte dos 12 a beneficiar de obras de restauro. No entanto, as vendedoras desconfiam que não haverá regresso ao recinto, cujo destino poderá ser diferente do habitual.

No plano de reabilitação de mercados, depois dos Cajueiros, seria o do Hoji-ya-Henda, mas, contra as expectativas dos seus vendedores, remodelou-se o do Asa Branca.

Enquanto aguardam pela sua vez, para a surpresa das vendedoras, na passada quarta-feira, 3 de Agosto, receberam três indivíduos até aí desconhecidos. "Eles se dirigiram a administração do mercado e depois começaram a fazer medições", disse M. Vidal vendedora de hortaliças.

Aquela interlocutora explicou que um deles era engenheiro de obras e informou aos demais vendedores que tinham sido mandados pelos compradores do mercado. "É impossível que alguém tenha comprado o mercado!", lamentou, pensando no seu futuro. Segundo apuramos, um dos três disse que o local foi comprado por um banco que vai erguer no mesmo local uma dependência bancária e um mini-supermercado. "Venderam o nosso mercado ao banco BIC", denunciaram.

Revoltadas com a situação, as vendedoras contactaram a administração do mercado, mas esta diz desconhecer o caso ou o encerramento do mesmo.

Aos nossos repórteres, aquela administração prometeu averiguar, junto da municipalidade, a veracidade dos factos, pois aquele mercado funciona como o emprego e ganha-pão de muitos chefes de família. "Queremos continuar a fazer o nosso negócio em paz", alertou a fonte que temos vindo a citar.

Esperança Francisco é vendedora do mercado há 31 anos, ou seja, desde a fundação do mesmo. Segundo anciã de 60 anos e mãe de 12 filhos sair deste local é como lhe tirar a vida, pois do mesmo consegue o pão para sustentar a sua família. "Não queremos sair daqui", realçou. Segundo ela, o local era uma lavra de milho, mas depois de limpo pelos moradores foi transformado como mercado. Hoje, grande parte das vendedoras optou pela venda ambulante e pequenas pracinhas espalhadas pelo bairro, porque aqui consegue pouco dinheiro. "Muitas optaram pela venda ambulante porque aqui ganha-se pouco dinheiro", recordou a mais velha.

2.5 Gestão de mercados a concurso

Semanário Angolense...12-08-06

O Governo Provincial de Luanda colocou a concurso a gestão privada de quatro mercados municipais recentemente construídos em zonas periurbanas da cidade, soube o *Semanário Angolense* de fontes do GPL.

O projecto foi analisado quarta-feira, durante o último conselho do Governo Provincial de Luanda, reunido extraordinariamente para cuidar do novo modelo de funcionamento dos mercados municipais que o GPL pretende ensaiar, bem como da nova composição do conselho local de concertação social.

Os alvos desse projecto são os mercados da VIDRUL, Asa Branca, Benfica e Kilamba Kiaxi, construídos recentemente, com financiamento da linha de crédito do EXIBANK da China, no quadro do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População - Nova Rede Comercial.

Em termos globais, a implementação desse programa de inspiração presidencial tem como objectivos fundamentais os seguintes: a regularização da oferta com a correspondente estabilidade nos preços dos produtos essenciais; a atenuação ou eliminação dos efeitos monopolistas no mercado dos produtos essenciais; o apoio ao incremento da participação da produção interna na estrutura do consumo final; a garantia da venda regular de bens de consumo essenciais, com mais qualidade e em melhores condições de higiene e salubridade; e a gradual transformação do comércio informal em comércio formal e organizado.

Em relação ao novo modelo de funcionamento dos mercados municipais, o conselho extraordinário do GPL tinha em discussão duas propostas: uma que consagrava a manutenção da gestão pública e outra que elegia a gestão privada desses empreendimentos e que parecia em melhores condições de vingar, como, aliás, acabou por acontecer.

De resto, a farta documentação preparada (termos de referência e esboço de contrato) antes das propostas terem ido à discussão, indicavam, já muito claramente, que os membros do executivo de Job Capapinha iriam privilegiar o modelo de gestão privada dos mercados municipais, que será ensaiado naqueles quatro.

De acordo com uma fonte limpa do GPL, eles serão inaugurados no dia 18, pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, com o «Asa Branca», que deverá mudar de denominação brevemente, tal como os outros três, a servir de palco da cerimónia simbólica.

O *Semanário Angolense* não conseguiu saber quais as empresas privadas que se vão lançar ou já se lançaram ao concurso, mas pode garantir que as concessões para a gestão e exploração privada dos mercados municipais te-

terão a validade de um ano (renovável), quando a proposta inicial apontava para contratos de vinte anos. O valor dos contratos não nos foi adiantado.

No entanto, algo parece não bater bem em relação aos timing's do concurso anunciado, a não ser que ele já tenha sido lançado há meses (e disto não nos lembramos) e que as empresas vencedoras já tenham sido escolhidas, porquanto é inviável realizá-lo entre a data em que o seu lançamento terá chegado a público (quarta-feira, 9 de Agosto) e o dia da inauguração daqueles quatro novos mercados, 18 do corrente. Pode ser que eles não entrem em funcionamento logo a seguir à inauguração, para se dar mais tempo à realização de um concurso realmente público e à preparação das empresas que saírem a ganhar da disputa.

Segundo um memorando do Governo Provincial de Luanda, a propósito do concurso, os critérios de apreciação das propostas serão (ou seriam?) os seguintes: a) proposta economicamente mais vantajosa; b) qualidade da proposta; c) qualidade técnica; d) grau de aderência à realidade; e e) data de disponibilidade de entrada em funcionamento do mercado, sendo que, em condições idênticas, ganha vantagem a proposta de mais baixo preço.

Luanda tem 55 mercados, sendo 18 municipais, 19 de livre e 18 privados, nos quais labutam cerca de 27.942 comerciantes licenciados. Entre os novos mercados, o do «Asa Branca» é o de maior capacidade, com 88 lojas e 1312 bancas, seguido do da Vidrol, com 38 lojas e 784 bancas. O mercado do Palanca dispõe de 36 lojas e 684 bancas, ao passo que o do Benfica possui 44 lojas e 656 bancas.

Para a ocupação das lojas e bancas dos novos mercados, o GPL dará prioridade aos vendedores que permanecem nos locais alternativos e pagam regularmente a taxa diária, que vão dos 50 aos 100 kwanzas. Por falar disso, algumas vozes crêem que, com a gestão privada dos mercados municipais, as taxas deverão sofrer um incremento, para desgraça dos bolsos praticamente vazios dos vendedores de menores recursos.

2.6 Vendedores do Benfica "choram"desaparecimento do mercado

Agora...12-08-06

Os vendedores do mercado do Benfica, instalado numa zona com mais de dois hectares, sentem-se alarmados com a sua provável transferência "à força" para o de Chinguar um dos quatro mercados do que estão a ser erguidos com fundos chineses.

No Benfica, as autoridades poderão cortar a fita de um

moderno, mas pequeno mercado, cuja construção vai já na última fase. É para lá onde, de acordo com o que apurou o AGORA poderão ser transferidos os vendedores que actualmente comercializam os seus produtos no mercado do Benfica, propriedade da Arquessongo, uma empresa de comércio geral.

A ideia das autoridades é de transferir os grandes mercados para as principais entradas de Luanda o que, ao mesmo tempo, poderá acontecer aos armazéns grossistas que "empestam" a urbe. Mas, no caso concreto do mercado do Benfica, os vendedores questionados dizem que "só o facto de estar situado próximo de uma unidade policial é uma vantagem para a segurança das pessoas".

Além disso, os vendedores asseguram que as condições de higiene neste mercado estão há muito asseguradas com o concurso da Envirobac, empresa que no mercado actua na recolha de lixo.

As infra-estruturas de água e os balneários, embora timidamente, também vêm sendo erguidos o que, na óptica dos vendedores é outra vantagem a ter em conta, além do mercado se encontrar já no extremo da cidade.

"Ir para o Chinguar, seria um retrocesso para o negócio", diz um grupo de senhoras que comercializa carvão. Carvão que, ao que se comenta, não será vendido no novo mercado ainda em obras.

Uma fonte da administração comunal do Benfica indicou que além do carvão, aqueles que comercializam roupa usada, petróleo e refeições, não terão acesso aos novos mercados, cuja inauguração simultânea poderá acontecer no próximo dia dezoito.

Armando Kessongo, cuja empresa Arquessongo responde pelos destinos do mercado do Benfica, explicou que a tática das autoridades é de privatizar os mercados o que, no seu entender, poderia acabar com o "malabarismo" em que grande parte das receitas fica nos bolsos de alguns responsáveis em vez de reverterem a favor do Estado.

Em Luanda por exemplo, a gestão dos mercados passou sucessivamente, primeiro, pela Direcção dos Serviços Comunitários, avançando depois para as mãos da Direcção de Mercados e Feiras e, com a extinção desta, os dinheiros resultantes das cobranças dos mercados passaram a ser entregues pelos homens de "confiança" às administrações municipais, não se sabendo, a partir daí, como são geridos esses fundos.

O administrador da Arquessongo diz, no entanto, que tudo o que vem por bem tem de ser abraçado, mas aborrece-lhe o facto de nos novos mercados não haver espaço para as vendas de carvão, petróleo e de outros produtos domésticos.

"Não tenho nada a me opor se alguém deste mercado terá de vender no outro. Cada um é livre de o fazer, mas defendo que as autoridades não devem forçar ninguém,

ninguém, na medida em que se no Chinguar há condições para os vendedores, é preciso notar que estes serão em número limitado", realçou, adicionando que "com investimento" que lhe vem sendo negado há vários anos, poderia fazer a mesma coisa que os chineses fizeram, mas em espaço maior.

Kessongo denunciou ainda algumas manobras que vêm sendo feitas na circunscrição do Benfica com a venda anárquica de terrenos onde, de acordo com ele, poderão estar envolvidos alguns elementos da administração e da fiscalização que hoje passeiam classe em carros de luxo e casas de elevado padrão.

O mercado do Benfica pode ser considerado o maior do município da Samba com espaço para albergar mais de dois mil vendedores. O que as autoridades construíram com o concurso dos "irmãos" do oriente só pode atender um pouco mais do que 700 pessoas. Trata-se de uma obra cujos custos estão estimados em 300 mil dólares.

Como se vê, a ser consumada a transferência dos vendedores do Benfica para o Chinguar, muitos destes ficarão de fora o que, certamente, poderá prejudicar muitas famílias.

A estratégia das autoridades é de que as bancadas sejam ocupadas prioritariamente por aqueles que permanecem nos locais "alternativos", mas sabe-se que a taxa de ocupação não estará ao alcance de qualquer um que andará à volta dos quatro mil 560 kwanzas/mês. No mercado do Benfica, os vendedores pagam uma taxa na ordem de dois mil kwanzas mensais.

A inauguração dos novos mercados, nomeadamente, da Vidrul, Asa Branca, Palanca e do Benfica (este último passará a chamar-se Kífica) surge, porém, numa altura em que o próprio Ministério do Comércio também tem em mãos um projecto, praticamente no mesmo sentido, mas que poderá configurar aquilo que os técnicos desse pelouro dizem que serão os grandes mercados abastecedores de Luanda.

2.7 O Altifalante Salvador

A Capital...19-08-06

Cansados de tanto exercitarem as «cordas vocais», o que provoca quase sempre a irritação da garganta, os vendedores ambulantes resolveram servir-se dos chamados alto-falantes com os quais expandem as suas mercadorias

Os problemas respiratórios do vendedor António Silva, originado por uma asma que o acomete há largos anos, levou-lhe a enveredar também por uma prática que agora está a virar mania entre os comerciantes: divulgar os seus produtos ao som de pequenos aparelhos com grande poder de propagação.

Ele que já tinha pensado em desistir da actividade fez um rápido recuo mal soube que os seus colegas acabavam de «inventar» uma forma de minimizar o sofrimento de todos os dias nas várias artérias da capital.

«Comprei o altifalante para facilitar o meu trabalho, uma vez que já não conseguia gritar mais durante o dia todo», explicou. Para ele e para os demais que se reviram nesta prática acreditam este sistema «facilita a venda de vendedores, com o objectivo de melhor fazer passar a mensagem para os clientes».

A moda parece querer pegar, pois é grande a romaria de vendedores ao mercado Roque Santeiro, onde este mecanismo é comercializado ao preço de mil e 300 Kwanzas. De momento, segundo apurou este jornal, ainda são poucas as pessoas que usam deste dispositivo, não por falta de vontade, mas porque não dispõem de dinheiro para adquirir este aparelho.

As «zungueiras» mostraram-se bastante impressionadas com esta inovação e tão logo a situação financeira de algumas melhora, juraram a pés juntos que não hesitarão: «vamos também comprar para não ficarmos a gritar em vão», revelaram.

O que se espera, segundo o vendedor Euclides, é que esta pequena «engenhoca» venha, de facto, a traduzir-se no aumento das vendas, pois se espera que muitos clientes se sensibilizem com esta realidade. «Antes vendíamos alguma coisa, mas nem sempre as coisas corriam como deve ser, mas agora as coisas estão a mudar», reconheceu.

Euclides reforçou ainda que «existem vendedores que antes não tinham clientes, mas que hoje já regressam a casa mais felizes, porque passaram a vender um pouco mais». Embora não seja visível a olho nu, os vendedores reconhecem importância deste método, porquanto este pequeno artefacto permite alcançar possíveis compradores onde a voz humana se mostrava de difícil alcance.

Antes, acrescentaram, eram obrigados a lançar um forte berreiro para se fazerem ouvir, o que não raras vezes provocava um ataque de risos aos transeuntes, mas nos dias que correm o vendedor dá-se até ao desprante de se fixar num só ponto, montar o seu negócio, lançar o seu pregão que, em tão pouco tempo, lhe aparece um cliente pela frente.

Pode não se tratar de um som de qualidade, segundo Rita Andrade, mas tem lá a sua utilidade, reconhece. É bem verdade que se trata de um dispositivo mais em uso pelos rapazes, contudo tal não impede que senhoras venham também a abraçar a iniciativa.

Os altifalantes, comentou o cidadão António Dias, de 27 anos de idade, superaram o seu castigo, embora nem todos, como Fernando Garcia, pensem da mesma forma: «este aparelho não significa, para mim, o aumento da clientela», mas reconhece um certo alívio no seu trabalho

no seu trabalho quando passou a se servir deste objecto.

A grande luta agora entre os vendedores é saber onde adquirir o aparelho a preço bom, uma vez que a grande procura acabou por inflacionar o seu preço no mercado, isso socorrendo-se das palavras de Damião Silva, também ele um adepto desta inovação. «Eu, por exemplo, comprei no Roque Santeiro», mas vendedores há que já não encontram aos montes como anteriormente.

E das vezes que encontram disponível está a um preço bastante proibitivo aos bolsos de um zungueiro que é obrigado a contar «tostões». «Está muito caro, tinha que custar ao máximo 500 Kwanzas, o que facilitaria o nosso trabalho», queixou-se Augusto dos Santos.

Só têm a se queixar da fragilidade do material e a sua pouca duração, embora, ao que se diz, esses «guarda memórias» consigam resistir a repetir mensagens durante cinco horas, o suficiente para amearhar alguma coisa.

Enquanto não tiverem algo melhor, continuarão com os seus altifalantes adquiridos no Roque Santeiro, porque aprenderam em tempo bom que enquanto não se tiver cão, o melhor será mesmo caçar com gato, sob pena de perder a caça, que aqui é o mesmo que cliente.

2.8 Bem sucedidos em Luanda

Cruzeiro do Sul...19-08-06

Apesar das dificuldades encontradas em Luanda, alguns “beguês” estão a progredir na vida. Francisco Eculuma, ou simplesmente Cisco, é um jovem fotógrafo que imigrou para Luanda no princípio dos anos 90. Ele chegou à capital do país de mãos a abanar, sem conhecer ninguém. Aventureiro, como foi chamado naquela altura por alguns familiares seus, Cisco é hoje, um fotógrafo de referência no país e um exemplo a seguir, caso o caro leitor queira progredir em Luanda.

Depois de ter vendido no mercado Roque Santeiro, um dos mais populosos de África, Cisco trabalhou em publicações do país, como os jornais AGORA, a Capital, a revista Tropical e tornou-se num dos fotógrafos de alguns membros da família do Presidente da República, nomeadamente Tchizé e Isabel dos Santos.

Para singrar em Luanda, ele receita a humildade, paciência e coragem para enfrentar as dificuldades que a própria vida impõe. "Como qualquer capital do mundo, a concorrência é sempre grande, não só para os natos da terra como também para os vindos do interior".

Segundo Cisco, para que as pessoas se decidam fixar na cidade capital é necessário que antes se conheça bem a

realidade da terra para onde vão, de modo a não passar fome ou dormir na rua, que são os grandes problemas que encontramos. "Um dos grandes problemas dos imigrantes é lugar para morar e emprego", frisou.

Para ele, quem quiser prosperar não pode pensar no lucro fácil ou imediato.

Com vontade de crescer, Cisco matriculou-se este ano, no Centro de Formação de Jornalismo, CEFOJOR. Ele quer ser jornalista, profissão pela qual se apaixonou na altura em que trabalhava no Jornal AGORA e na revista Tropical.

Quem também está a ser bem sucedida é dona Emília Martins, 37 anos. É a única taxista que faz a rota Luanda - Benguela e vice-versa. Segundo ela, a sua vida começou a ganhar outro rumo depois que o país alcançou a paz. Depois de ter contraído um empréstimo junto de uma unidade bancária, comprou uma viatura Toyota Hiace e meteu-se a rasgar as estradas que dão acesso à capital do país.

"Graças a Deus, estou a ser bem sucedida, porque cada vez há mais pessoas a quererem vir a Luanda. Para além de Benguela, também vou ao Kuito", disse com ar de satisfação.

Com o dinheiro que ganha como taxista, Emília está a reembolsar a dívida com o banco e a fazer algumas economias para o futuro. "Tudo o que faço é para o meu único filho. Neste momento, ele está a estudar em Portugal".

Se para Emília Martins, a paz foi uma dádiva de Deus, para Carolina Freitas, o calar das armas foi o responsável pela sua desgraça como faz questão de dizer. É que no tempo de guerra, ela vendia peixe seco aos zairenses e Camionistas que arriscavam a vida para revender o produto nas zonas em conflito.

"Quando a guerra terminou, eles já não precisavam de mim. Este produto começou a aparecer com muita facilidade em quase todas as províncias do país".

Mulher sacrificada, ela não se deixou abater e partiu para Luanda ao encontro do marido, militar da UGP. Na capital, ela viu a vida sorrir-lhe, porque o esposo tinha preparado as mínimas condições de vida, isto é, já tinha uma casa mobilada. "Só não temos ainda uma parabólica", diz, satisfeita.

Para ajudar o marido, ela vende ginguba, pipoca, sabão, sabão em pó e outros produtos. Com o que ganha, não lhe passa pela cabeça procurar um emprego. "O que ganho em casa dá mais dinheiro do que na função pública, onde só pagam 50 dólares. Em casa, se investir cinco mil kwanzas, ganho três mil e quinhentos num mês", rematou.

Os benguelenses, e não só, têm imigrado massivamente, principalmente para a capital do país, em busca de melhores condições de sobrevivência. Particularizando o caso de Benguela, a imigração dos seus habitantes para Luanda é movida pela falta de desenvolvimento sócio-

desenvolvimento sócio-económico da terra das Acácias Rubras e falta de perspectivas de os cidadãos prosperarem. Uma questão que nos apraz colocar, é a seguinte: por que razão os benguelenses são os que maioritariamente imigram para a cidade de Luanda, ao contrário dos residentes nas províncias do Bié, Moxico e Huambo, que mais sofreram os horrores da guerra?

2.9 Novos mercados recebem 2 mil vendedores

Jornal de Angola...22-08-06

Os quatro novos mercados oficiais, construídos de raiz em Luanda, para albergar, numa primeira fase dois mil 250 vendedores, vão melhorar as condições de sanidade dos seus utilizadores, até mesmo da população circunvizinha,

Erguidos no quadro do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Angola, os mercados substituem, nos locais, outras praças precárias que não tinham as condições básicas de sanidade, com as vendas a ser feitas sobre montículos de areia ou toscas bancadas de madeira.

Aqueles mercados não tinham quase limites, pois, os vendedores montavam os seus lugares onde queriam, além daqueles que faziam o seu trabalho de forma móvel depositando os restos dos produtos do seu trabalho em qualquer lugar, aumentando o lixo e fomentado doenças como a malária e outros de fórum intestinais.

A propósito das vantagens dos mercados, o vice-governador de Luanda para área técnica, Bento Soito, disse que o seu surgimento vai melhorar as condições de vida da população, porque uma coisa é vender em cima da terra batida e outra é comercializar num lugar com mais condições de higiene.

O director provincial de saúde em Luanda, Vita Vemba, concordou com a apreciação do vice-governador, salientando que, por exemplo, os perecíveis serão conservados em câmaras frigoríficas e os produtos serão vendidos segundo as normas universalmente aceites.

Alertou, no entanto, que para se evitar a negligência no cumprimento dos padrões higiénicos e de sanidade, as secções municipais de saúde vão realizar inspecções periódicas e de surpresa a esses mercados e aplicar multas a quem infringir.

Ainda sem data para inauguração, o destaque dos mercados vai para o do "Asa Branca", município do Cazenga, que conta com mil 312 bancadas distribuídas por quatro naves, 88 lojas e duas lanchonetes.

Os mercados do Benfica (Samba), Palanca (Kilamba Kiayi), e vidrul (Cacuaco) contam apenas com 670, 684 e

e 784 bancadas, igual número de lanchonetes cada, bem como 36 e 38 lojas, respectivamente, adiantou o chefe do Departamento da Direcção Provincial dos Mercados e Feiras de Luanda, João Manuel José.

Os quatro empreendimentos contam cada com uma área administrativa, duas câmaras frigoríficas, um gerador de quatro mil e 100 KVA, dois tanques de água com capacidade para 50 mil litros cada, dois balneários públicos, um posto da polícia da ordem pública e outro de Bombeiros, além de um parque de estacionamento de viaturas.

As obras de construção dos empreendimentos foram erguidas dentro do espaço, onde funcionavam os antigos mercados informais e duraram seis meses, (iniciaram em Janeiro deste ano) a cargo da construtora chinesa "China Jiandsu". Quanto à sua gestão, João Manuel José disse não estar ainda definida se será privada.

Interrogado sobre a questão do saneamento básico e recolha de lixo, a fonte fez saber que os mercados contam com a contribuição da Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda (ELISAL), que colocou em cada local cinco contentores de lixo que variam entre os cinco metros cúbicos a 12 metros cúbicos. Por sua vez, uma fonte da

ELISAL adiantou que estes mercados vão provocar a diminuição da concentração de lixo nos seus arredores, já que as suas características impedem a produção desordenada dos resíduos sólidos fora dos seus espaços, além de facilitar a sua recolha.

Vendedores do antigo mercado Asa Branca manifestaram-se satisfeitos com o novo local, mas defendem que devia ser maior para absorver todos os seus colegas.

No Asa Branca, por exemplo, dos 4 mil vendedores controlados pela antiga administração estão credenciados mil e 312 para as novas instalações, enquanto os restantes aguardam a segunda fase. No Benfica oficializaram-se 670, no Palanca, 684 e na Vidrul, 784.

A propósito da falta de espaço, o vice-governador indicou que o seu executivo está a reunir todas as condições para que não haja reclamações a nível da população.

2.10 Microcredito pode ajudar a combater a pobreza

Folha8...26-08-06

Técnicos de instituições estatais e não governamentais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reunidos em Bissau consideraram o microcrédito como uma das fórmulas para combater a pobreza que afecta vários países da comunidade lusófona, à 23.08, no final

lusófona, à 23.08, no final de um seminário financiado pelo Governo português.

A iniciativa visou definir em que moldes o microcrédito pode ser enquadrado como um instrumento de desenvolvimento nos países da comunidade lusófona.

Os participantes concluíram que o microcrédito pode ajudar no combate à pobreza, mas dentro de uma política articulada e concertada entre as instituições da CPLP que o concede e associada a outras estratégias de eliminação daquele flagelo, recomendando ainda que sejam facultadas condições para uma assistência técnica permanente e capacitação dos recursos humanos que trabalham nesse domínio.

Dado que nem todos os países da CPLP possuem legislação sobre o microcrédito, os técnicos recomendaram a criação de um quadro legal e que seja dada atenção especial à partilha de experiências entre as instituições lusófonas que operam nesta área.

Dando corpo às recomendações do VI encontro de ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, realizado, em 2005, em São Tomé e Príncipe, ao abrigo do qual foi efectuado o seminário sobre o microcrédito, a capital guineense acolheu durante dois dias uma outra reunião entre peritos da comunidade, tendente a criação de uma "Rede Integrada para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconómico na CPLP", que terá como finalidade fazer funcionar um sistema de comunicação entre os oito Estados membros na projecção e execução de programas de cooperação nos domínios de luta contra a pobreza e exclusão social.

Na primeira semana de Setembro, Bissau acolherá um encontro dos ministros do Trabalho e Segurança Social da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Pacheco VS Ismael

Crusero do Sul...05-08-06

Ismael Mateus (IM) é, em linha opinião, um dos melhores analistas políticos com intervenção nos nossos meios de comunicação social. Raramente estou em desacordo com ele, e, quando tal acontece, procuro contactá-lo directamente manifestando as minhas razões. Todavia, o artigo "Canseira geral", publicado neste semanário a 22/7/06 fez com que decidisse comentá-lo publicamente pela importância que o tema e, sobretudo, a posição do articulista merecem.

O meu primeiro comentário é relativo à abordagem a que IM fez recurso para fazer a sua análise. Ao longo dos últimos anos a aprovação entre nós foi facilitada pelo entendimento comum de que é necessário - ao contrário do que muitos analistas fazem - não reduzir o olhar sobre o País apenas a Luanda. Estranhamente, no referido artigo, concentra a sua análise na vida política de Luanda e, o que é mais preocupante, naquilo que se pode designar por espaço político formal. No meu entender, um dos maiores problemas do País reside exactamente na contradição existente entre a estrutura do nosso sistema político e a realidade social. Com efeito, a heterogeneidade da base material de um País como o nosso; as incidências que o informalismo, o parentesco e a etnicidade exercem sobre o protagonismo das nossas forças políticas e sociais, na organização da vida associativa e na expressão dos diferentes interesses particulares e de grupo; e a convivência entre o respeito por valores colectivos, por solidariedades, por normas de parentesco e clientelares e por crenças mágico-religiosas, por um lado, e o individualismo que as diversas modernidades produzem por outro; e finalmente, o modo de produção das leis, que pouco respondem à vida quotidiana das populações e das instituições e nem sequer são muitas vezes conhecidas e implementadas, tudo isso, escrevia eu, conduz a ambiguidades e incoerências, pois o relacionamento entre as instituições e os modos de governação nem sempre têm correspondência com a prática quotidiana. Assim sendo, a discussão política não pode ficar restringida aos espaços de "democracia formal", com pouca ligação à população.

O segundo comentário tem a ver com o que IM considera ser "o absoluto fracasso da sociedade civil". Uma afirmação deste género pode vir de muita gente, mal formada e informada, mas dificilmente do IM que conheço. Ele sabe que a sociedade civil angolana, é,

seguramente, o segmento da sociedade angolana que mais se desenvolveu - à partir de quase nada - nestes cerca de 15 anos de transição multipartidária em Angola e que se pode orgulhar do contributo dado a causas diversas como a paz, a reconciliação, a promoção e defesa dos direitos humanos (incluindo os das mulheres e das crianças), a cidadania, os direitos fundiários dos pobres e esquecidos, o ambiente, a luta contra a pobreza, entre outras. Mas se quisermos falar de algo muito actual - e que contradiz totalmente a ideia de canseira geral faco mendo à extraordinária dinâmica que está a viver em grande parte dos municípios do País com a criação de espaços de diálogo entre as Administrações Locais do Estado (ALE) e os cidadãos, contribuindo para um inédito aumento da participação dos cidadãos na vida pública e política, para a assumpção dos seus direitos e da sua cidadania e para a apresentação directa das necessidades e prioridades às autoridades governamentais. No dizer de alguns teóricos anglo-saxónicos, tal dinâmica conforma a criação de "novos espaços democráticos" que, face à ineficácia do sistema político democrático formal, permitem a participação dos cidadãos e dão substância a uma democracia nascente e contribuem para a construção de uma cultura democrática mais enraizada. Se isso acontece por anuência do Governo - o que contraria as acusações de que estamos a viver sob uma "ditadura" abominável, no dizer de alguns analistas -...

Fernando Pacheco

Presidente da ADRA e Coordenador do Observatório Político-Social de Angola (OPSA)

Será que a sociedade civil angolana é um absoluto fracasso?

... manda o mais elementar bom senso reconhecer que se trata, na realidade, de uma conquista da sociedade civil angolana que pode não ser tão vibrante quanto outras, mas, de acordo com conclusões de vários estudos de académicos angolanos, está a contribuir para a constituição de um espaço público independente. E isso é mais significativo quando acontece lá, onde a democracia formal não acontece ainda e as instituições (incluindo a comunicação social) pouco se fazem, sentir.

Quem for a Benguela poderá deparar-se com a actividade de aguerridas organizações da sociedade civil na Ganda, no Cubal, no Dombe Grande, na Catumbela que estão a contribuir de forma decisiva para a solução dos problemas das populações através do diálogo e da concertação com as autoridades governamentais respectivas. Se alguém for a Malanje, convido-o a visitar o município do Quela, na esquecida Baixa de Kassanje, onde está a ser tecida uma rede de relações entre ALE e associações de camponeses, através de um Fórum com carácter informal que reúne cada dois meses em aldeias

meses em aldeias diferentes com a presença do Administrador e todo o seu "staff" para discutir o desenvolvimento do município. No Bengo, por iniciativa de uma organização da sociedade civil, foi criado um fórum onde elementos da Polícia Nacional e cidadãos dão um exemplo extraordinário de capacidade de diálogo relativo aos comportamentos, direitos e deveres de uns e outros. No Huambo, uma associação de camponeses teve a ousadia de mover uma acção judicial contra uma Administração Local do Estado porque se considerou lesada pela actuação desta em relação às suas terras comunitárias. Na Huíla, em vários municípios crescem movimentos sindicais que procuram defender os interesses dos seus membros e movimentos de defesa dos direitos fundiários de agricultores pobres e pastores. Em vários outros municípios, de diversas províncias, por acção de organizações várias da sociedade civil, e também do Fundo de Apoio Social (FAS), estão igualmente a nascer fóruns de debate e negociação, como acontece em Kilamba Kiayi, por exemplo, aqui mesmo em Luanda.

Será que toda esta criativa dinâmica traduz uma "canseira geral"? Ou, pelo contrário, reflecte uma nova maneira de os cidadãos começarem a intervir na defesa dos seus interesses e na vida pública, que pode trazer novas formas de fazer política e dar substância a uma democracia mais de acordo com a cultura e as práticas dos cidadãos e suas instituições?

Infelizmente, Ismael Mateus na sua crítica contundente poupa - ou atenua - as responsabilidades de um dos sectores mais responsáveis pelo estado de desconhecimento que grassa no País sobre o que se passa com o povo esquecido: a comunicação social, que, apesar do seu inegável papel na construção da democracia, tem também enfermado de graves erros como, por exemplo, o alheamento em relação à vida dos pobres e excluídos, afinal, a maioria esmagadora da população de Angola.

3.2 Administrador do Saurimo. Autonomia é sinónimo de desenvolvimento local

Cruseiro do Sul...12-08-06

A assinatura da Paz para Cabinda trouxe novamente ao debate público o conceito de autonomia. A produção de riqueza - no caso de Cabinda, o petróleo - tem sido um dos argumentos para a defesa da aptonomia. No Leste a palavra brilha a par da produção diamantífera.

Numa parte desse vasto Leste angolano, na Lunda Sul, falamos de autonomia com o Administrador Municipal de Saurimo, Raúl Fernando Júnior.

Autonomia e Poder Autárquico

CS: Ao longo da sua administração tem encontrado vozes que defendam a autonomia?

RFJr: A autonomia advém de uma necessidade e não da obediência a um capricho ou a uma aspiração abstrata. Se temos que garantir o desenvolvimento, temos que dar passos nesse sentido. Caso contrário distorções em termos de desenvolvimento. Imagine que temos cerca de 70° ° dos quadros concentrados em Luanda com o interior a ,Tiver uma falta gritante de quadros. Como poderemos fazer com que o interior beneficie da riqueza ou dos recursos que são o garante do desenvolvimento? Só será possível se foram criadas localmente condições atrativas para essas pessoas, para que tenham os benefícios que teriam noutra ponto do país.

CS: Falar de autonomia leva-nos à comparação. Que tipo de autonomia seria ideal para a região da Lunda?

RFJr.: Penso que devemos ser prudentes e ,vermos isso como um processo. Os modelos devem servir para reflexão e não para imitarmos. O tipo de autonomia depende das características locais, do nível de necessidades, de desenvolvimento e com factores de natureza histórica. Angola tem povos com muita diversidade histórica. Todos esses factores têm que ser tidos em conta na defrnição do tipo de autonomia.

CS: Uma autonomia semelhante a adoptada por Portugal para a Madeira funcionaria?

RFJr.: Acho que não. Nós devemos ainda criar as bases Há aqui um aspecto quase que paradoxal: Autonomia para desenvolver e desenvolver para autonomizar. É preciso combinar bem estes factores, não se pode optar por um em detrimento do outro. Se os factores de autonomização não assentarem numa perspectiva de desenvolvimento podem não dar os resultados que se pretendem.

Federalismo vs Autonomia

cs:o Federalismo de que tanto já se falou está fora de hipótese?

REJr.: Não gosto de ser absolutista, defender categoricamente uma coisa ou outra. Creio que o próprio processo histórico poderá dizer muita coisa. A Europa ainda hoje faz mudanças na sua configuração. Esse é um processo que vai se desenvolver. Os países vão criando condições, combinar e harmonizar os Interesses e a vontade das pessoas também muda.

CS: Mas esse poderá ser um objectivo no horizonte?

RFJr: É numa visão futurista. Pode ser que a necessidade se venha a impor, aas acho que é prematuro. Primeiro temos que aprofundar os fundamentos do Estado, afirmarmo-nos Estado e depois desenvolvermos as nossas autonomias e não fracções de um Estado.

CS: o processo do poder autárquico vai nesse sentido?

RFJ: A nossa maior preocupação é o processo de estabilização. Acredito que o passo seguinte serão as

autarquias. Aliás, essa é já uma preocupação do Presidente da República que diz que não havendo para já autarquias o modelo de gestão administrativa tem de seguir neste sentido, dando, mais responsabilidades aos poderes locais.

"As pessoas precisam estabelecer um espaço Físico/Geográfico onde se possam rever. Por isso, a autonomia não é, hoje, um capricho. É a necessidade que as pessoas têm de se sentirem representadas em alguma coisa. Autonomia é sinónimo de desenvolvimento local, já que o geral é abstrato. A história diz que numa configuração geográfica as pessoas se juntam quando sentem essa necessidade e separam-se quando acham que fora do todo se sentirão melhor. Aconteceu há pouco com o Monte Negro que se separou da Sérvia. E nem é o que pedem as populações daqui. Porém, é importante notar que qualquer autonomia tem de ser conseguida num plano negocial, de paz, e não num ambiente de conflito".

Apostar nos Recursos Humanos

CS: Enquanto administrador municipal sente os benefícios da transferência de poder dos órgãos centrais para os locais?

RFJr. Sim, sentem-se alguns benefícios. Porém, é preciso saber que estamos neste momento num processo de desconcentração. A descentralização será firmada pelos órgãos do poder autárquico como tal. Do ponto de vista de administração ainda falamos de órgãos concentrados, do poder central para os poderes provinciais e destes para os poderes locais. O que se vê é a atribuição de maiores competências aos governos provinciais, mas a nível das administrações municipais o processo é ainda muito tímido. Também sou apologista de que todo esse processo de autonomização tem que ter em conta um factor fundamental: a capacitação das pessoas para poderem gerir num quadro de autonomia, porque muitas vezes temos pretensões para autonomistas sem sabermos que ela exige muito mais responsabilidades na gestão. É preciso saber que a autonomia nos dá muito mais recursos, mas exige muito mais responsabilidades. É preciso potenciar, preparar os recursos humanos.

CS: A Luanda Sul estaria preparada em termos de Recursos Humanos?

RFJr.: Não. Devo ser sincero comigo mesmo. Nós precisamos ainda de fazer muito para mobilizar capacidades técnico-profissionais e ético-morais de pessoas para trabalhar ao nível das administrações com certa autonomia. E o Estado precisa criar condições atractivas para os quadros.

É preciso combinar a exigência em quadros capacitados com a oferta de incentivos que atraiam estas pessoas.

CS: Há por parte dos naturais que se dedicavam apenas ao garimpo um sentimento de que o confinamento das

áreas diamantíferas lhes veio retirar o pão... Isso não cria dificuldades no relacionamento com os administrados e destes com as empresas diamantíferas?

RFJr.: (risos) não sou muito apologista de que a população não esteja preparada. Dou dar um exemplo: com a implantação da Sociedade r-lineira de Catoca criou-se já um nível de consciência de trabalho. Passou a dificuldade inicial de adaptação. Hoje há quadros locais em diferentes níveis e continuam a formar outros que vão assegurar a exploração no futuro. É esse o caminho que devemos seguir. Por outro lado, é preciso também apostar mais na formação profissional direccionada ao emprego. Temos apenas um centro de formação profissional, não é suficiente. É preciso que à medida que as empresas se forem instalando, absorvam a população para impedir o êxodo rural. Isso faz-se com programas sociais bem estruturados e temos, mais uma vez. O bom exemplo de Catoca que apoia as comunidades para melhor aproveitamento da terra, dando apoio técnico e fazendo com que o campo seja igualmente atraente.

3.3 OPSA Intelectuais na democracia

Cruzeiro do Sul...12-08-06

Com objectivo de "aquecer" o adormecido espaço político angolano, um grupo de intelectuais decidiu criar um Observatório Político Social de Angola (OPSA), para acelerar o crescimento da democracia no país.

O Observatório Político Social de Angola é uma organização não governamental criada por um conjunto de intelectuais, com objectivo de dar vida à Jovem democracia angolana, através da realização de debates radiofónicos, conferências e produção de documentos de reflexão ou de posicionamento para fundamentar tomadas de decisão.

As vias esboçadas para atingir tais propósitos consistem em recolha de informação diversa, tratamento de conteúdo através de avaliação, balanço e reflexão, validando a informação e integrando outros actores relevantes para o tema em questão.

Formulação de opiniões através de consenso ou opções diferenciadas e divulgação de posicionamento de forma pública e dirigida a grupos específicos, são outras das várias maneiras com as quais o OPSA visa atingir os seus objectivos.

As acções da organização, vão incidir na discussão de assuntos sobre modelo de vida dos cidadãos, justiça social e a qualidade que se pretende ver no exercício dos média.

O Observatório Político Social pretende vir expandir a sua actividade com maior incidência em Luanda e nas

Luanda e nas restantes províncias do interior do país, atraindo a participação activa de todos os angolanos e das comunidades organizadas, de forma a participarem no desenvolvimento do processo político, social e económico do país.

Coordenado por Fernando Pacheco da ADRA, o OPSA; criado recentemente, está constituído por 16 personalidades de várias latitudes da vida política, social, económica e religiosa do país, como Alcilia Geovetti, da fundação Friederich Erbert, Alda Sachiamba da UNITA, Benjamim Castelo do ministério da Agricultura, Carlos Figueiredo da Development Workshop, Filomeno Vieira Lopes da FpD e Frei José Sebastião do Centro Cultural Mosaico.

Considerado como "espaço pluralista para um desenvolvimento justo", fazem ainda parte dessa enorme lista o Frei João Domingos do ICRA, Idaci Ferreira da ADRA, Idalina Valente da Assembleia Nacional MPLA, Inglês Pinto da OAA, Ismael Mateus do SJA/Lito Mídia, João Martins do MPLA, Luís Samacumbi da Igreja Evangélica Congregacional de Angola, Njele Felisberto do Centro de Estudos Estratégicos e Pinda Simão do Ministério da Educação.

3.4 Angola envia contribuições para a revisão dos protocolos da SADC

Angop...14-08-06

As autoridades angolanas enviaram recentemente ao secretariado da SADC os protocolos sobre assuntos jurídicos, corrupção, extradição e ajuda mútua, com vista ao cumprimento do programa de revisão de certos documentos da organização.

Esta informação foi prestada domingo, em Maseru, capital do Lesoto, por um membro da delegação angolana que participa na reunião de peritos da SADC. Estes técnicos têm a missão de preparar os documentos para a 26ª sessão do Conselho de Ministros, que se realiza na terça-feira, nesta cidade. Segundo a mesma fonte, em Junho deste ano, as autoridades angolanas remeteram ao secretariado desta organização vários certificados por si aprovados sobre os protocolos de saúde, fauna, pescas, educação, informação, sistemas comuns de águas compartilhadas, energia e comércio. Em relação ao protocolo sobre facilitação de circulação de pessoas nos territórios dos países membros da África Austral, a mesma fonte disse à Angop que Angola não vai assinar esse documento, porque o país acabou de sair de uma longa guerra e encontra-se desprovida de condições materiais para a implementação desse compromisso.

Esta posição de Angola foi assumida, pela última vez, na cimeira de Chefes de Estado e de Governos, realizada em Gaborone, Botswana, entre 17 e 18 de Agosto de 2005.

Entretanto, no sábado, os técnicos abordaram diversos aspectos relacionados com a cooperação entre a SADC e a União Europeia. Os mesmos sugeriram a realização de uma reunião da "troika" ministerial entre as duas organizações regionais, a ter lugar de 16 a 17 de Novembro deste ano.

O encontro terá como lema "O papel da SADC no desenvolvimento da arquitectura da paz e da segurança africana - A liberalização comercial e económica, infra-estruturas e serviços para a integração regional". Os técnicos fizeram um breve balanço relativo à parceria entre a SADC e a União Europeia, nomeadamente sobre os projectos em fase de implementação. A este propósito, os Estados membros manifestaram a sua preocupação pelo facto de os 161 milhões e 58 mil euros concebidos para diversos projectos, apenas 86 milhões e 96 mil euros foram aplicados. Após esta constatação, concluíram que o balanço foi negativo e recomendaram a necessidade do secretariado capacitar-se internamente de modo a tirar melhor proveito dos fundos que a União Europeia disponibiliza para a SADC. Foi também analisado o conteúdo do próximo acordo entre a Comunidade da África Austral e a UE. Neste sentido, ficou decidido que as duas organizações deverão analisar a agenda económica africana para definirem as áreas de actuação, impedindo deste modo que a congénere europeia imponha a sua vontade. Na tarde deste sábado, realizou-se uma reunião à margem do encontro de técnicos do sector legal que vão concluir os trabalhos iniciados a semana passada, em Gaborone. Esta tarefa resume-se na análise dos protocolos de finanças e investimentos, assim como as emendas relativas ao comércio e ao tribunal regional. Existem ainda outras emendas que serão analisadas para que os textos estejam em conformidade com o actual processo de revisão do Tratado da SADC. Por esse motivo, todos os protocolos da organização serão adaptados ao conteúdo desse importante documento. Com base nesta dinâmica, neste momento a organização tem as suas atenções viradas para o exercício da revisão de todos os protocolos. Iniciada na passada quinta-feira, a reunião dos funcionários seniores da SADC termina nesta segunda-feira, para no dia seguinte arrancar a 26ª sessão do Conselho de Ministros. A mesma termina na quarta-feira para dar lugar à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

Além de Angola, a SADC integra a África do Sul, Botswana, Congo Democrático, Madagascar, Malawi,

Maurícias, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

3.5 Terceiro Sector aborda experiências internacionais

Jornal de Angola...25-08-06

No prosseguimento da X Jornadas Técnico-Científicas da FESA, foram dadas a conhecer as experiências internacionais da Espanha, Brasil e Canadá, na tarde de quarta-feira, no âmbito 90 Terceiro Sector.

Na opinião do professor doutor Juan Carmelo Garcia, da Espanha, até hoje continua a reinar uma certa confusão na diferenciação entre os três sectores. No caso concreto do terceiro sector, registou-se um aumento considerável de ONG. A título de exemplo, em 1987, quando a Espanha ingressou na União Europeia, havia apenas oito. Em 2006, são mais de mil e quinhentas.

O professor doutor Gaudêncio Esteban Velasco, também de nacionalidade espanhola, falou da responsabilidade social das empresas.

Na sua intervenção, aquela personalidade destacou os quatro campos de responsabilidade social das empresas, nomeadamente o respeito pelos direitos humanos, a dimensão laboral, a acção social e o impacto do meio/ambiente.

"No contexto sócio-económico, político e jurídico, o tema do governo corporativo é antigo, mas os novos factos que marcam uma nova dinamização são a globalização, os grandes escândalos, tais como Parmalat e Enro, e a venda de influências por parte de Estados", frisou .

Por seu turno, a Ora. Christine Brechet, do Canadá, disse que as organizações não lucrativas garantem a prestação dos serviços fundamentais aos canadianos. Em 2004, o Instituto de Estatísticas elaborou um estudo sobre o impacto das ONG no seio das populações canadianas.

“As ONG podem e devem ser lucrativas. As receitas devem reverter a favor das acções a curto prazo. O Governo canadiano assinou um acordo com as ONG para o seu financiamento com base na democracia, civismo, igualdade, diversidade e justiça social. Em contrapartida, as ONG devem prestar contas das suas actividades ao Governo”, salientou.

O Dr. Maurício Medeiros, da Fundação Odebrecht, destacou a importância do envolvimento da Odebrecht em acções de carácter social no Brasil, em particular na Bahia, nas áreas da agricultura e das pescas.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Eleições transferidas para 2007

A Capital...01-08-06

A CAPITAL - Depois de várias datas apontadas para a realização do registo eleitoral porque razão até agora não aconteceu e o que está por detrás de tanta demora na realização desta tarefa fundamental para as eleições?

Creio que, por aquilo que é o actual desenvolvimento do processo, em princípio só teremos eleições no próximo ano. Na verdade, tudo estamos a fazer para que o registo eleitoral se realize tão urgente quanto possível.

A CAPITAL - Este atraso há de comprometer, desde já, o calendário eleitoral aprovado pelo ...

Temos que reajustar o calendário outrora aprovado, tendo em conta os atrasos que houveram no processo.

A CAPITAL - Que passos concretos o Governo dá rumo às próximas eleições?

Neste momento estamos a dar um passo importantíssimo para o processo eleitoral que é a selecção e a formação dos agentes que vão integrar as brigadas sem as quais não há processo de registo. É certo que este processo de selecção e de recrutamento tem apresentado um maior grau de dificuldade do que aqueles que esperávamos e isto tem arrastado o tempo para além daquilo que prevíamos. De qualquer modo, tudo isto situa-se dentro das dificuldades previsíveis no quadro do processo geral e por isso, as eleições serão um dado adquirido no nosso país em 2007.

4.2 Eleitores avisam comportem-se

Cruseiro do Sul...05-08-06

O comportamento dos partidos políticos e candidatos será determinante para a caça ao voto no segundo pleito eleitoral angolano. Esta conclusão é resultado de um estudo sobre expectativas dos angolanos às próximas eleições, realizado pelo Instituto Republicano Internacional (IRI), através do Instituto de Pesquisa Económica e Social (A-IP). Alguns analistas políticos consideram que os dados obtidos no estudo ficaram l'larados no tempo das mudanças em Angola, mas este estudo é ainda o que mais próximo há da quantificação da vida política nacional.

Mariano Quissola

o inquérito decorreu entre 29 de Abril e 4 de Junho de

2003 entrevistando 4300 pessoas em sete províncias do país nomeadamente, Huambo, Benguela, Malanje, Uíge, Lunda Sul, Huíla, Luanda, com o objectivo de avaliar o perfil do eleitor e suscitar debates, reflexões sobre as opções políticas e o papel das próximas eleições. O estudo indica que Luanda é um espaço político-sociológico diferente das outras províncias, pelo facto de, na Capital, todos se manifestarem mais propensos a mudanças políticas, comparativamente aos inquiridos das outras províncias.

De acordo com o relatório final do estudo, a diferença entre os distintos respondentes consiste no facto de os da capital ostentarem um nível de informação mais actualizada das questões colocadas durante o inquérito, cesar de os problemas de desenvolvimento serem semelhantes. A outra constatação apresentada indica que o comportamento dos partidos e candidatos deverá sobrepor as idéias e os programas destes porque, segundo o documento, "uma das implicações disto poderá ser que o desenho das estratégias políticas específicas a diferentes necessidades dos clientes políticos, seja a solução mais adequada", lê-se.

O A-IP foi contratado pelo IRI para a realização do referido inquérito de opinião sobre as de Abril a 4 de Junho de 2003, e em 23 de Julho de 2003 foram apresentados os resultados preliminares deste estudo.

Lunda lidera a lista dos resultados numéricos e percentuais dos inquiridos entre as sete províncias mencionadas: Luanda (1506-35%), M.alanje (507-11,8), Uíge (389-9,0), Huíla (518-12,0), Benguela (501-11,7), Lunda Sul (390-9,1) e Huambo (489,-10,4), que perfaz um total 4300 respondentes.

4.3 MPLA e plataforma eleitoral defendem que se fixe data para registo dos eleitores

Jornal de angola...10-08-06

O MPLA e a Plataforma Política Eleitoral (PPE) consideraram ontem, em Luanda, ser importante que o Governo publique os resultados do processo de recrutamento de brigadistas e fixe uma data para o início do registo eleitoral.

A posição foi manifestada durante um encontro realizado numa das salas da Assembleia Nacional, entre responsáveis das duas formações políticas, no quadro das consultas que o MPLA tem vindo a fazer sobre a preparação e realização das eleições e a sua proposta para uma Agenda Nacional de Consenso.

A delegação do MPLA foi chefiada pelo seu secretário-geral, Julião Mateus Paulo "Dino Matross", e integrada por membros do Secretariado do Bureau Político, enquanto a da Plataforma Política Eleitoral foi chefiada pelo seu presidente, Adão Manuel Joaquim, e integrada

por membros da sua Comissão Política.

De acordo com o comunicado produzido no final do encontro, os dois partidos consideram ainda importante o fornecimento atempado de dados relativos ao desdobramento das brigadas de registo eleitoral e ao processo de desminagem.

Os dois interlocutores consideraram bastante útil e oportuna a proposta do MPLA para uma Agenda Nacional de Consenso, como um documento político programático que conforma princípios fundamentais para a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável, de modo a edificar uma sociedade de paz e de concórdia, de um país próspero e democrático e de uma Nação confiante no seu futuro.

As partes afirmaram ainda a necessidade de se continuar o diálogo e a abordagem entre todas as forças vivas do país sobre essas matérias, com carácter mais técnico, identificando os princípios essenciais que poderão ser adaptados como premissas para a conformação de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

Esse exercício, de acordo com as delegações, pode ser realizado através do seminário que o MPLA se propõe realizar sobre a proposta da Agenda Nacional de Consenso.

O MPLA e a Plataforma Eleitoral concordaram ainda que as instituições do Estado, nos termos das leis aprovadas, estabeleçam uma mais intensa colaboração com os partidos políticos, particularmente através da Comissão inter-ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), sobretudo no que diz respeito às acções de fiscalização do registo eleitoral e no conhecimento da solução tecnológica adoptada pelo Governo para o mesmo processo.

De acordo ainda com os dois interlocutores, o Governo deve disponibilizar-se para apoiar os partidos políticos e outros agentes eleitorais na definição das balizas para a educação cívica referente ao registo eleitoral, tendo em conta a sua importância no esclarecimento das populações e para a consciencialização dos cidadãos em relação à tolerância e convivência pacífica. O MPLA tomou nota da satisfação manifestada pela Plataforma Política Eleitoral pelos apoios que o Estado tem vindo a prestar aos partidos políticos, sobretudo com a atribuição de um subsídio para minorar as suas dificuldades.

As delegações congratularam-se com a assinatura do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação Nacional em Cabinda, augurando a sua implementação com êxito, disponibilizando-se para emprestar ao processo toda a sua influência, de modo a que todos os angolanos se revejam neste exercício de pacificação e estabilidade do país.

4.4 Jornalistas sabem mais sobre eleições

Angolense...12-08-06

Na província do Kwanza -Sul, os jornalistas têm recebido conhecimentos sobre cobertura Eleitoral e posicionamento durante o período eleitoral. Sobre isso, o Director Provincial da Comunicação Social Jorge Boa-Vida, falando a reportagem deste jornal assegurou que os jornalistas estão em condições de fazer uma cobertura com rigor

De acordo com Jorge Boa-Vida, o Governo da província tem criado condições para a formação de jornalistas de modos a dotá-los de ferramentas capazes para de efectuar uma cobertura eleitoral respeitando os princípios da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

"Nós não temos tecebidos formação simplesmente para a cobertura do processo Eleitoral, mas também para melhorar os conhecimentos dos profissionais na província", explicou.

Salientou que no Kwanza-Sul têm se registado melho rias na comunicação social desde que o sector começou a capacitar os Jornalistas. Argumentou que as matérias jornalísticas deixaram de ter um pendor musculado, pois, os profissionais sabem mais sobre as técnicas que regem o seu trabalho .

"Este facto tem me deixado muito satisfeito", frisou, informando que já vão na quinta fase de formação e acreditam que o programa que se propôs implementar durante este ano será cumprido sem sobressaltos.

De acordo com aquele director, o número de órgãos de comunicação social e consequentemente de jornalistas ainda não satisfaz. Justificou dizendo que, há falta de divulgação dos assuntos ligados ao Kwanza-Sul, sobretudo nesta altura que a província marcha para o desenvolvimento.

"Sendo que a missão do jornalista é dar voz aos que não têm, penso que ter mais profissionais na região é positivo, disse.

Ainda na mesma senda, fez saber que alguns jornalistas de órgãos privados foram credenciados e receberam material de reportagem da direcção que dirige.

Por último, apelou ao empenho e profissionalismo por parte dos homens da caneta, tendo em conta a sua missão que consiste em informar.

4.5 Plataforma politica capacita membros

Angolense...19-08-06

Um seminário sobre eleições realizado recentemente na província do Kwanza -Sul, contou com 50 delegados vindos de vários pontos do país. Durante o seminário, os delegados tomaram também conhecimento do actual

actual situação política do país e sobre as que vão transmitir nas suas respectivas localidades

De acordo com Adão Manuel Joaquim, presidente da Plataforma Política, consta das prioridades da organização que dirige capacitar os seus membros, tendo em atenção a realização das próximas eleições em Angola. Adão Joaquim argumentou que, a posição da Plataforma tem a ver com as tarefas que cada partido terá de assumir no quadro do pacote legislativo eleitoral, aprovado pela Assembleia Nacional ..

"Os partidos terão fiscais nas assembleias de voto, por isso, estamos preocupados com a formação eleitoral dos nossos membros e militantes", salientou.

No dizer ainda do líder partidário, os erros de 1992 não podem voltar a acontecer, pois o país viu as suas principais infra-estruturas destruídas como consequência do conflito armado que teve lugar após as eleições. Defende ainda a necessidade da criação de condições para que o processo em curso corra sem sobressaltos.

Reconheceu, por outro lado, que o processo tem estado a conhecer desenvolvimentos, realçando a formação de brigadistas e outros elementos que estarão envolvidos directamente nas eleições. O membro da Plataforma avançou que o seu partido está a trabalhar na proposta apresentada pelo MPLA, referindo-se a agenda nacional de consenso.

"Os partidos políticos que compõem a Plataforma aplaudem esta iniciativa do MPLA", fez saber, para depois acrescentar que isso não significa fusão aos "camaradas", mas sim uma maneira de unir esforços para uma causa comum, que são as eleições, a estabilidade política e a reconciliação de todos os angolanos.

Continuou dizendo que é missão de todos os políticos consciencializarem a população em relação a tolerância e convivência na diferença. Aquele responsável acrescentou que o governo deve publicar os resultados do processo de recrutamento de brigadistas e fixar uma data para o início do registo Eleitoral, com a máxima urgência dando assim lugar as eleições.

"Queremos que o povo saiba que as eleições não geram contendas políticas mas, provocam alternância no poder", concluiu .

4.6 Jurista advoga fiscalização eficiente do terceiro sector

Jornal de Angola...24-08-06

A nomeação de uma entidade fiscalizadora, no país, com competência para exercer um controlo eficiente da actividade das organizações do terceiro sector, sobretudo no que toca ao seu escopo ou finalidade estatutária, foi afeada, ontem, em Luanda, pelo jurista Carlos Burity

jurista Carlos Burity da Silva.

O também docente universitário, que dissertava nas décimas jornadas técnico-científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA) sobre "Subsídios para o estabelecimento do quadro legal para as organizações do terceiro sector". considerou urgente que se proceda a uma revisão do sistema e se estabeleça o quadro legal adequado às organizações do sector em referência.

Para Carlos Burity da Silva, deve-se efectuar a recolha de informações sobre o desenvolvimento, o direito vigente e aplicável em outros países e, depois, elaborar uma síntese comparativa de moldes a identificar as melhores soluções.

"Tal como acontece em algumas legislações, deveria o próprio notário, na sequência da escritura pública, ter o dever de comunicar, oficiosamente, a expensas da associação ou fundação, a sua constituição, instituição e estatutos, bem como a alteração destes à autoridade administrativa, ao Ministério Público e à entidade encarregada pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, e remeter ao jornal oficial um extracto para publicação", propôs o docente universitário.

Na óptica de Burity da Silva, há necessidade da instituição de um órgão que se encarregue da inscrição no Registo Nacional das organizações do terceiro sector.

A importância da regulamentação da Lei das Associações (Lei nº 14/91, de 11 de Março), o estabelecimento de um regime e regulamentação mais abrangentes que vão além das ONG com fins de carácter humanitário, bem como a revisão ou reforma do regime das fundações, foram também defendidas pelo jurista.

No tocante às cooperativas, o docente universitário afirmou que urge criar e actualizar um regime jurídico próprio, sem prejuízo do estabelecimento de regulamentações específicas para cada um dos tipos, de acordo com a sua área de actuação económica, financeira, cultural ou social.

Defendeu a criação de um regime específico para as instituições de solidariedade social. Trata-se, acrescentou, de entidades que, embora privadas, estão sujeitas a um regime especial de Direito Administrativo, uma vez que colaboram com a Administração na prossecução de interesses públicos.

Sobre o mesmo tema, o jurista brasileiro Fernando Mourão considerou que a fiscalização das organizações do terceiro sector deverá ser, fundamentalmente, no controlo dos meios e, operações financeiras.

Na sua óptica, a legislação adequada para o sector em referência deve ser adequada, autónoma, com recurso à equidade. A nova legislação deve atender ao modelo paradigmático do terceiro sector, deve apoiar-se no Direito Económico e no Direito Constitucional", afirmou.

Ainda ontem, foi realizada uma mesa redonda sobre as

actividades filantrópicas em Angola, com a participação de representantes das Fundações Sagrada Esperança, Brillhante, Quissama e Frederich Herbert, e das ONG Adra, ADPP, Development Workshop.

Os representantes das organizações acima referidas efectuaram um balanço do trabalho que têm desenvolvido, nos vários domínios, em todo o país.

Hoje, nas décimas jornadas técnico-científicas da Fesa serão apresentadas as experiências internacionais relativamente ao terceiro sector, nomeadamente, Chile, Portugal, Brasil, Estados Unidos e Senegal.

O evento, que decorre desde terça-feira no Palácio dos Congressos, termina amanhã.

4.7 Educar para Eleições (III)

Terra angolana...2ª Quinzena

Sabe-se de fonte segura que o MPLA preparou brigadistas do registo eleitoral, em número não especificado, prontos a entrarem em cena. Os brigadistas em causa foram formados pelo gabinete para assuntos eleitorais do MPLA desde 2005 e apresentados ao coordenador da comissão interministerial para as próximas eleições em Angola.

A campanha eleitoral é um dos actos mais marcantes durante qualquer processo de eleição apesar disso, no caso angolano não existe lei específica para regular os limites deste acto tão importante senão a lei eleitoral que no seu artigo 74º define o âmbito, os princípios e os objectivos a observar durante a campanha eleitoral.

A luz da lei eleitoral em vigor a campanha eleitoral consiste na actividade de justificação e de promoção das candidaturas sob diversos meios no respeito pelas regras do Estado Democrático e de Direito, com vista a captação de votos através da explicação dos princípios ideológicos programas políticos, sociais e económicas, plataformas do Governo, por parte dos candidatos, dos titulares dos órgãos que os propõem, seus agentes ou quaisquer outras pessoas. Em outras palavras significa dizer que é durante a campanha eleitoral que os partidos políticos concorrentes as eleições legislativas e os candidatos concorrentes a eleição presidencial explicam ao povo eleitor o que pensam fazer de melhor. Cabe ao povo, depois de analisar o programa apresentado por um e por outro, em quem depositar o seu voto de confiança. Importa aqui acrescentar que em democracia a alternância é fundamental.

Define a lei que a campanha eleitoral é aberta trinta dias antes do dia da votação e termina as zero horas do dia anterior ao marcado para votar. É realizada por partidos políticos, coligações de partidos bem como por candidatos ou seus proponentes, sem prejuízo da participação dos cidadãos que deverão merecer das

entidades públicas e privadas igual tratamento, por forma a que estes efectuem livremente a sua campanha eleitoral que em quase toda parte é marcada por comícios e debates em torno dos programas de governação de cada candidato, partido ou coligação de partidos concorrentes.

Durante a campanha eleitoral e não só, os órgãos de comunicação social públicos e privados e seus jornalistas devem agir com rigor, isenção e profissionalismo em relação aos actos das campanhas eleitorais. No decorrer da campanha eleitoral não se pode aplicar aos órgãos de comunicação social nem aos seus agentes sanções por actos integrados na campanha, ainda nesse período, os cortejos e desfiles podem realizar-se a qualquer dia e hora sem prejuízo ao respeito pelos princípios éticos universais.

A presença de agentes da autoridade em reuniões e manifestações organizadas por qualquer partido ou candidato apenas pode ser solicitada pelos órgãos competentes do partido ou da candidatura, ficando a entidade organizadora responsável pela manutenção da ordem quando não faça tal pedido. A comunicação que deve ser feita ao governador ou administrador da área sobre a intenção de se promover uma reunião ou manifestação será feita no mínimo 24 horas antes, por seu turno caso o governador ou administrador decida sugerir a alteração do local ou proibir a realização da manifestação, além de ter que o fazer apenas em obediência a lei, deve notificar os promotores, no prazo de 12 horas a contar da hora de recepção da comunicação.

4.8 Oposição pede esclarecimento á CNE e CIPE

Jornal de Angola...26-08-06

A UNITA, FNLA, PLD, PDP-ANA, FpD, POCs e PAI solicitaram encontros urgentes com a Comissão Nacional Eleitoral e a Comissão Inter-ministerial para o Processo Eleitoral, já esta semana, para abordar as hesitações destas duas instituições relativamente a realização das próximas eleições gerais em Angola.

Vão igualmente fazer o balanço da preparação das eleições e o ambiente envolvente do seu arranque marcado por repetidos actos de intolerância política um pouco por toda a parte desta Angola, em que as ameaças de morte, espancamentos, destruição de meios materiais e roubo de símbolos estão na ordem do dia.

Esta postura dos oposicionistas que dizem resultar da necessidade de fazer corresponder as suas preocupações com as expectativas dos cidadãos, justifica-se ainda, segundo os políticos com o facto de países com mais dificuldades e menos estabilidade política têm sido empreendedores de reformas democráticas necessárias

democráticas necessárias para quebrar o afro-pessimismo e fazer emergir o continente africano do sub-desenvolvimento.

Na semana finda, como de há um tempo a esta parte, os discursos do presidente da CNE que a 19 último comemorou um ano desde o seu empossamento e do Chefe de Estado, Jose Eduardo dos Santos, durante a recepção ao seu homólogo tanzaniano, Jakaya Kikwete, nada acrescentaram de novo ao status quo.

Continua a observar-se o ping pong discursivo e da atribuição discreta das responsabilidades pelo êxito ou fracasso eleitoral ao executivo, quer da parte da CNE, quer da parte do Presidente da República que, investido nas funções de chefe do Governo tem uma palavra a dizer na agilização das tarefas afectas ao executivo que dirige.

Mas o momento é de grande expectativa, porquanto o registo dos eleitores deve começar não mais tarde do que Outubro, prolongando-se pelos seis meses seguintes como defende a Comissão Nacional Eleitoral.

Enquanto isso, o presidente da UNITA, Isaias Samakuva esta a contactar as bases do partido no planalto central, onde na ultima quarta-feira se avistou com o Bispo da Diocese do huambo, Dom Queirós com quem discutiu os aspectos que envolvem a paz e reconciliação nacional em curso actualmente no país. Samakuva transmitiu igualmente a visão da UNITA sobre o processo democrático e o desenvolvimento do país aos intelectuais e quadros do partido, no município do Bailundo depois de escalas no Katchiungo e Tchikala Tcholoanga.

Como bem se aconselha a um político que se preza Samakuva está a realizar este périplo pelo interior por estrada, tendo por isso oportunidade de constatar a que velocidade vai a reconstrução das infra-estruturas, além do contacto pessoal com o eleitorado para constatar as suas condições de vida, os seus problemas, quarto anos volvidos sobre o alcance da paz, que nem sempre as reportagens jornalísticas trazem à luz do dia, uma façanha que muitos poucos políticos se arriscariam a realizar. E as dificuldades, como era de esperar, são muitas ainda, mas as que mais preocupam tem a ver com a intolerância política que Samakuva tem tido oportunidade de ouvir de viva voz das populações do Huambo. Relatos de violência física contra os militantes mais activos na mobilização de cidadãos para a causa do partido também foram relatados, além da destruição por fogo posto de instalações de sedes municipais e comunais como aconteceu em Luvemba.

A população do interior, distantes dos meios de supervisão como a média e a comunidade internacional, e vítima da excessiva partidarização dos organismos que deviam velar pela sua sobrevivência, com realce para os serviços administrativos, educação e saúde, consubstanciada na apresentação obrigatória do cartão

de membro do MPLA por todos os funcionários sob pena de ser despedido.

Samakuva terá constatado ainda, naquele que era considerado o seu principal bastião eleitoral, o registo forçado de cidadãos seguida da atribuição de cartões de membro do partido no poder sob perseguição e ameaças físicas, processo que esta em curso em Luvemba, Kachilengue, Kachiungo e Chinguar.

4.9 Análise de Reginaldo Silva

Semanario Angolense...26-08-06

Fica mais ou menos claro, pelos dados em presença, que o dossier eleitoral ainda está muito longe de ser dominante na cobertura noticiosa que os diferentes «media» efectuaram no período em análise, tendo apenas ocupado menos 10% na média geral dos 23 órgãos avaliados, entre nacionais e locais.

A ter em conta as reduzidas percentagens (com excepção da ANGOP/40%, do Agora / 20,45% e do Folha 8/37,5%) que o mesmo ocupou no conjunto dos espaços noticiosos dos órgãos que foram objecto desta pesquisa, pode-se concluir que o dossier eleitoral acaba por ser marginal no que toca à importância editorial que lhe foi dedicada e, conseqüentemente, do seu impacto junto da opinião pública.

A ANGOP, que apresenta de facto uma percentagem bastante elevada, é um caso específico, pois a agência governamental não é bem um «média normal». Primeiro, é uma central produtora de notícias alimentada por delegações que trabalham na maior parte das capitais provinciais, daí o grande volume de informações que processa diariamente. Depois, o facto de produzir muitas notícias não quer dizer que elas cheguem todas ao conhecimento da opinião pública, isto porque a ANGOP não tem uma relação directa com o grande público, para além da Internet, onde tem a funcionar um website aberto à consulta de todos os utilizadores da rede mundial de computadores. As notícias da agência chegam aos consumidores de informação através dos seus clientes directos que são, sobretudo, os meios de comunicação estatais que nem sempre as utilizam na mesma proporção que as recebem.

Quanto ao facto de termos considerado marginal a importância atribuída ao dossier eleitoral pela generalidade dos «média» escrutinados partimos, obviamente, de uma perspectiva mais absoluta, isto é, ignorando os chamados factores de conjuntura que são sempre determinantes na maior ou menor visibilidade mediática que se conferem aos acontecimentos.

Na situação concreta de Angola e sobretudo no que toca ao desempenho da comunicação social estatal, junta-se ainda aos factores normais que fazem parte de qualquer

qualquer conjuntura, uma forte condicionante política. Isto para dizer que alguns acontecimentos de relevo nem sempre chegam ao grande público porque são filtrados com outros critérios que ultrapassam as referências meramente jornalísticas, como deveria ser.

A actual tendência, estamos convencidos, é temporária, a traduzir o estado letárgico em que se encontra o próprio processo preparatório das eleições. Em termos mais estritamente noticiosos (factos novos com algum interesse e impacto), tem efectivamente acontecido muito pouca coisa com as potencialidades necessárias para chamar a atenção da comunicação social diária que vive basicamente da cobertura de factos concretos.

A imprensa semanal já não depende tanto deste relacionamento com a actualidade, podendo sempre pegar no dossier eleitoral numa perspectiva mais analítica ou opinativa, com a apresentação, nomeadamente, de entrevistas com políticos e não só. Poder-se-á explicar deste modo as percentagens mais elevadas que os semanários *Agora* e *Folha 8* apresentam nos espaços que dedicaram ao dossier eleitoral no decorrer do período em análise.

Na origem dos temas relacionados com o dossier eleitoral, as fontes afectas à sociedade civil surgem como claramente minoritárias no fornecimento da «matéria-prima» para os jornalistas elaborarem os seus textos. Haverá, certamente, mais do que uma leitura para esta evidência que pode, entretanto, não traduzir na medida exacta o real papel que a sociedade civil já estará nesta altura a desempenhar ao nível do processo preparatório das eleições.

Seja como for, também nos parece que a sociedade civil estará igualmente «amarrada» ao deficit de realizações concretas que o processo apresenta, embora tenhamos conhecimento da existência já de várias redes eleitorais espalhadas por algumas provincias do país. Pensamos que com o arranque do processo de registo eleitoral, que ainda não tem data marcada, tudo se vai alterar, com o dossier a ocupar progressivamente espaços cada vez mais significativos ao nível de toda a comunicação social.

4.10 Processo eleitoral com pouca percentagem nos destaques noticiosos dos media nacionais

Semanario Angolense...26-08-06

A Fundação Open Society (OSISA) está a realizar, desde Maio passado, uma monitoria dos meios de comunicação social no país que conta com a participação de oito jornalistas profissionais e que trabalham há mais de cinco anos nos órgãos de comunicação social estatais e privados. Os profissionais foram capacitados pela

foram capacitados pela IntercampusPesquisa e Sondagens de Portugal, em sessões de formação que contaram com a intervenção de professores da única universidade pública de Angola (UAN) e com profissionais do ramo, locais e estrangeiros.

O período coberto pelos resultados desta primeira monitoria vai de 13 de Maio a 15 de Julho de 2006. O objectivo dos primeiros dados desta monitoria consistiu em analisar se o dossier Eleições, no período observado, já constituía a matéria mais destacada na media Nacional.

A pesquisa descrita no quadro mostra: que meio de comunicação social mais falou de eleições? Que fontes informativas mais veicularam o dossier Eleições nos media:

Oficiais (Conselho Nacional Eleitoral - CNE, Comissão Intersectorial para o processo eleitoral - CIPE), Partidos políticos, sociedade civil.

MÉTODO UTILIZADO NA PESQUISA

Gravação dos títulos em destaque nos principais serviços noticiosos: da RNA, 13H e 20H; LAC, 12H30 e 19H; Rádio Ecclesia, 12H e 18H30. O mesmo método foi utilizado para os dois principais serviços noticiosos da Rádio Morena, em Benguela, RNA Benguela, Rádio Comercial de Cabinda, RNA Cabinda, RNA Huambo, RNA Huila, Rádio 2000 Huila, RNA Lunda-Norte e RNA Uije.

No que se refere aos semanários, foram regista das primeiras páginas dos jornais descritos no quadro geral comparativo desta pesquisa, com excepção do *Cruzeiro do Sul*. Durante o período em referência foram também registados os títulos em primeira página do *Jornal de Angola* e da página principal da ANGOP na Internet. Os monitores não só registaram as primeiras páginas dos jornais como também as matérias sobre eleições que aparecem no interior das publicações, mas que não constituem destaque na primeira página. A monitoria registou ainda os títulos em destaque no telejornal do único canal televisivo do país, TPA, em Luanda e Cabinda.

É importante sublinhar que se, por um lado, foi fácil registar todas as primeiras páginas dos jornais, o mesmo não se pode dizer das rádios e do telejornal. Daí a necessidade de considerar que de X títulos noticiosos registados X falaram de eleições.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Formação superior custa até 25 mil Dólares

Jornal de Angola...04-08-06

PARA se conseguir uma licenciatura, na cidade de Luanda, sem qualquer reprovação, gasta-se entre 4 mil 300 e 15 mil 600 dólares. Se a este valor acrescentarmos as despesas com material didáctico e transporte, a formação superior pode custar entre 5 e mais de 20 mil dólares, em 4 anos (sem qualquer reprovação).

Se, entretanto, considerarmos que o curso de medicina tem duração superior aos demais, em propinas e emolumentos pode gastar-se 19 mil 400 dólares, o que significa um total de mais de 25 mil dólares de despesas com a formação superior.

As conclusões que acabámos de referir têm a ver com cursos superiores (licenciatura) em universidades privadas e em escolas da universidade Agostinho Neto que ministram cursos nocturnos. Não incluímos, na análise, a formação regular na universidade pública, cujas despesas são diminutas (ainda não se pagam propinas e os emolumentos têm normalmente valor reduzido).

Na semana passada abordámos a oferta em instituições de ensino superior da capital, para agora fazer. mos referência a preços. Em relação ao texto publicado na semana passada, deve mencionar-se a não inclusão do curso de arquitectura na Faculdade de Engenharia da UAN, por lapso. Também não foi incluída na tabela a Faculdade de Medicina. Pelos dois erros, pedimos desculpas aos leitores e aos lesados.

No que respeita a preços, a tabela publicada na semana anterior elucida a respeito de quanto se paga em cada uma das escolas superiores de Luanda. Hoje publicamos uma segunda tabela, com informação acerca de preços das propinas e uma estimativa de quanto se paga em geral nas escolas superiores, considerando cursos com a duração de 4 anos e nenhuma reprovação. A tabela considera somente aquilo que se paga a cada escola, não estando aí estimadas as despesas com material didáctico e transporte.

Inserimos também dois gráficos. O primeiro apresenta a diferenciação de preços em relação à matrícula e propinas, enquanto o segundo apresenta a estimativa da quilo que se paga em média em cada escola, pela formação superior de 4 anos.

Quer na tabela, quer no segundo gráfico, os dados acerca de quanto se paga por 4 anos de formação são esti-

estimados, considerando o pagamento depois recurso por ano, pedidos de revisão de prova e de melhoria de nota, assim como pedidos de duas declarações com notas durante toda a formação. Em realidade, a média de gastos aponta actualmente para valores superiores (incluindo uma reprovação durante a formação), mas por se tratar de uma situação anormal o estudante médio fazer mais de 2 exames de recurso por ano e reprovar pelo menos uma vez em três anos, considerámos os elementos acabados de referir.

Vejam, pois, o que há a dizer acerca dos preços praticados em escolas do ensino superior da capital.

Pelo exame de admissão paga-se entre mil e 8 mil kwanzas, enquanto pela matrícula anual se exige entre mil e 24 mil kwanzas. No que respeita à propina mensal, os valores variam entre 8 e 28 mil kwanzas.

As faculdades da universidade pública são as escolas que menos cobram pelo exame de admissão e pela matrícula. No que respeita à propina, os valores mais baixos (8 mil kwanzas) são praticados no Instituto Superior de Ciências de Educação (público) e no Instituto Superior João Paulo II (privado).

O valor a pagar em 4 anos de formação pela matrícula e propinas varia entre 324 mil (qualquer curso nocturno no ISCED I de Luanda) e 1 milhão 200 mil kwanzas (curso de medicina na Universidade Jean Piaget de Angola). Esses valores extremos equivalem a 4.050 e 15 mil dólares.

5.2 Reajustamento da lei precisa-se no julgado de menores

Folha8...05-08-06

No nosso país é frequente ouvirem-se vozes que se levantam em protesto da violência contra a criança e os sucessivos desrespeitos aos direitos a ela inerentes. Ou seja, constantemente se condenam actos de violência contra os menores, pois estes carecem de cuidados e atenção especiais de modo a que estes se desenvolvam integralmente.

No entanto, nos últimos tempos, a situação inverteu-se em alguns casos, passando estas, as crianças, a serem os agressores, propagadores de violência, contrariamente ao que se assistia na sociedade angolana e luandense em particular.

Este facto leva-nos a pensar em torno do seguinte: serão estas crianças simples inocentes de toda a barbaridade e violência que protagonizam, isto é, não se poderão imputarlhes os crimes cometidos? Ou estes, os crimes, são deveras imputáveis aos seus protagonistas, no caso os menores que antes eram (em alguns casos continuam a ser) suas vítimas?

Para nos ajudar a responder a estas questões, por um

lado; por outro, a informação à população, contactamos o intendente Divaldo Martins, porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, um dos oficiais que tem estado a lidar com os múltiplos casos de crimes infanto-juvenis.

Divaldo Júlio Martins que é especialista em Ciências Policiais baseando-se em no código civil definiu que "é menor de idade aquele que tem menos de dezoito (18) anos", Segundo aquele especialista, esta determinação não é adoptada para o efeito de responsabilização penal, em outros termos, para efeito de responsabilização penal, consideram-se menores apenas aqueles indivíduos que tenham menos de dezasseis anos de idade e, partindo deste pressuposto, a esses indivíduos não se pode imputar os crimes cometidos, como informou o nosso interlocutor.

De acordo com o oficial superior da Polícia Nacional, aos menores de dezasseis anos os crimes são inimputáveis por razões de idade, isto segundo o Julgado de Menor". Ele acrescentou que os que tenham dezasseis ou dezassete anos são menores em termo de maioridade civil (de acordo o Código Civil) mas já devem ser responsabilizados pelos seus crimes.

Uma outra questão que se levanta em torno da problemática delinquência infantil tem a ver com o destino que é dado aos menores em condição de não responsabilização penal, isto é, aqueles cujos crimes não lhes são imputáveis. Nestes casos, o que de mais normal se pode fazer é entregar as referidas crianças aos seus progenitores ou tutores.

"Quando os crimes que registamos são cometidos por menores de dezasseis, estes depois são devolvidos aos seus pais embora até certo ponto isto se possa considerar uma aberração pois", porque acrescenta o responsável policial, "em muitos casos, estes pais são aqueles que foram incapazes de evitar que os seus filhos adoptassem tais atitudes de marginais", ao mesmo tempo que frisa que "se for um menor imputável, este deve ser encaminhado para o Julgado de Menores ou, em situações especiais, internado, o que é impossível por não haver condições", reconheceu.

De acordo com Divaldo Martins, aproveitando-se da menoridade, muitos são os casos em que se verifica que o menor comete um crime e, por condição de isenção penal, sublinha, é devolvido aos pais, o que é normal.

Mas o que de anormal acontece é que depois de alguns anos, altura em que este, o menor, devia ser considerado maior, comete um e é detido, para surpresa de todos, a idade continua a indicar que ele é menor, esclareceu.

O interlocutor do Folha8 revelou que "aos que cometem crimes de falsificação não são imputáveis, caso a falsificação consista no aumento da idade por menores inimputáveis". Segundo ainda o entrevistado, "para os adultos que falsificam bilhetes para serem considerados

considerados menores, estes são imputáveis com o agravante de serem responsabilizados e julgados pelos dois crimes, primeiro o de falsificação, que varia entre 2 e 8 anos, e o outro crime que eventualmente tenha cometido".

Questionado sobre o papel da Polícia Nacional na prevenção e controlo da delinquência e violência infantil, Divaldo Martins afirmou que a corporação compete apenas conter a violência e, em alguns casos vai para além de simples métodos coercivos, passando, deste modo, a conceder acompanhamento psico-pedagógico aos que evidenciem desvios à Lei.

"Nós temos a Brigada Escolar que lida com violência nas escolas e com os menores, quer delinquentes, quer vítimas. Esta brigada tem especialistas capazes de acompanhar aqueles que mostrem desvios à Lei". Para garantir que estas medidas não tenham apenas reflexo nas escolas onde actuam as brigadas, Divaldo Martins sublinhou que as medidas são aplicadas aos alunos, aos que cometem crimes nas circunscrições escolares e para aqueles que não estejam inseridos no sistema escolar ou cometam crimes distantes das localidades patrulhadas pelas brigadas.

Sobre a cooperação entre a polícia e o Julgado de Menores no combate ao crime, DM esclareceu que não são peremptórias no cumprimento da Lei, uma vez que a primeira, a polícia, cabe apenas a prevenção e detenção e o segundo, o Julgado de Menores, tem a missão de aplicar a Lei, isto é, o julgamento dos menores em caso de eles serem responsabilizáveis pelos crimes. Instado a pronunciar-se sobre a problemática da revisão da Lei de Julgado de Menores, ele afirmou que ela (Lei) é muito branda para a nossa realidade social. "É preciso reajustar a Lei de Julgado de Menores no sentido de permitir que algumas medidas que elas preconizam sejam aplicadas", defendeu Divaldo Martins para quem ser a altura de especialistas tomarem a peito esta tarefa e analisar até que ponto ela se adequa à realidade actual, pontualizou.

5.3 Feira de artes e ofícios realiza-se sábado no Cazenga

Angop...11-08-06

Uma feira de artes e ofícios, alusiva ao Dia Internacional da Juventude, a assinalar-se a 12 de Julho, realiza-se nesta data, em Luanda, no ex-parque infantil Marcelino Dias, município do Cazenga. Organizada pela Rede das Organizações Comunitárias de Base, a actividade, denominada "Festi Jovem", tem como objectivo promover as habilidades juvenis a nível do bairro.

Consta do programa a exibição de peças teatrais, dança, desfile de moda e música, ao mesmo tempo que os

participantes vão receber informações sobre o trabalho desempenhado pelo programa de Luta Contra a Pobreza Urbana (LUPP) no reforço da boa governação, cidadania e a capacidade da juventude no desenvolvimento. Deverão participar na actividade parceiros do LUPP, membros do governo, empresários, Ong e sociedade civil.

O LUPP tem facilitado um processo de formação das organizações para o desenvolvimento das áreas e a implementação de planos de desenvolvimento.

5.4 Nova escola no município de Tando Zinze

Angolense...12-08-06

O município de Tando Zinze a 40 quilómetros a leste da cidade de Cabinda beneficiará de mais uma escola com capacidade de albergar 480 alunos. A iniciativa é da Chevron, Associações do bloco O, Sonangol e da Cabinda Gulf Oil Company

A escola que custou mais de 650 mil dólares, tem seis salas de aulas, escritórios administrativos e um complexo residencial duplo.

Foi construída, segundo apuramos, por uma empresa de construção local e teve a duração de dez meses.

Segundo o Presidente da Comissão das Operações do Bloco O, Ilídio Silva, este projecto ajudará as comunidades locais a melhorar a qualidade do ensino e da educação da nova geração.

"É de grande alegria para nós saber que esta escola permitirá que mais crianças tenham acesso a educação", realçou.

Para o Director Geral da Cabinda Gulf Oil Company, Jim Blackwel, a educação constitui uma das prioridades para os seus programas de responsabilidade social da companhia.

"Apoiamos as comunidades locais por dar-lhes as ferramentas essenciais que futuramente lhes vai permitir melhorar as suas condições sociais", afirmou.

Mais adiante acrescentou que acredita que aquela escola constituirá um maior impulso aos alunos daquela comunidade.

5.5 Crianças órfãs de mavinga recebem donativos da TAAG

Jornal de Angola...12-08-06

Oito crianças órfãs de guerra, residentes no lar de infância "Ana Paula dos Santos", na cidade de Menongue, província do Kuando Kubango, beneficiaram quarta-feira de um donativo, composto por artigos diversos, fornecido pelas Linhas Aéreas de Angola (TAAG).

O donativo, dez volumes de roupa usada e calçados, um televisor a cores e um gerador eléctrico, é proveniente do "Lost and Found" - perdidos e achados - do terminal de voos domésticos da TAAG em Luanda, onde permaneceram pouco mais de três anos sem, no entanto, serem reclamados pelos seus proprietários. A responsável do lar de infância "Ana Paula dos Santos", tutelado pelas irmãs do Santíssimo Salvador, Teresa Sussu, agradeceu o gesto da transportadora aérea nacional, enaltecendo que tais crianças perderam os seus progenitores durante a guerra que assolou o país e, como tal, devem receber o carinho de toda a sociedade, para se evitar outros traumas. Para si, dada a grandeza do donativo, o mesmo servirá para acudir outras crianças desfavorecidas, tuteladas pela instituição religiosa a nível da província do Kuando Kubango.

O chefe de escala da TAAG em Menongue, Fernando António Pedro, disse na oportunidade que acções do género se estenderão a outras instituições de caridade, que cuidam de pessoas vulneráveis. Há cerca de um ano a escala da TAAG em Menongue ofereceu artigos diversos à Direcção provincial do Instituto Nacional da Criança (INAC). Enquanto isso, o edifício da escala da TAAG em Menongue, destruído parcialmente durante a explosão de um paiol de armamento em 1993, foi já reabilitado e apetrechado com um novo mobiliário e equipamentos de informática, acção que contou com a participação directa das suas estruturas centrais em Luanda. A TAAG efectua quatro frequências semanais para o Kuando Kubango, com escalas nas províncias do Namibe, às segundas e sábados, e para o Huambo, às terças e quintas-feiras..

5.6 Bolsas internas so no papel

Semanario Angolense...12-08-06

A concessão de bolsas de estudo internas, por parte do governo, a alunos em situação financeira difícil e que devia ser uma prioridade, continua a não passar de uma simples proposta ainda em estudo, à espera de ser entregue ao Conselho de Ministros, para eventual aprovação, como revelou ao Semanário Angolense uma fonte do ministério da Educação.

O estudo está a ser produzido em conjunto pela Direcção Nacional do Ensino Superior, Instituto Nacional de Bolsas de Estudo e Direcção de Estudo, Planeamento e Estatísticas, todos do ministério da Educação, encontrando-se agora numa fase tida por «avançada».

«A proposta para a concessão de bolsas internas carece

ainda de alguns acertos, para depois ser submetida ao Conselho de Ministros», sublinhou a nossa fonte, acrescentando que, porém, tal só deverá acontecer no próximo ano, por não ser tida como uma das principais prioridades do ministério da Educação.

Fontes próximas ao processo garantem que as bolsas internas sob responsabilidade directa do governo, depois de aprovadas, deverão ser concedidas sobretudo nos cursos técnicos e profissionais, podendo este carácter ser alterado em função das necessidades que o país apresentar em outros domínios do saber.

No entanto, segundo ainda as fontes, a maior dificuldade neste processo deverá surgir por altura da definição dos critérios para a selecção dos futuros beneficiários. «Por isso, pretendemos criar critérios transparentes de selecção», enfatizaram.

O Semanário Angolense pretendeu ouvir do Director Nacional do Ensino Superior, Narciso Damásio, a versão oficial sobre o processo, mas, na altura que tentamos (há duas semanas), ele estava em missão de serviço, na Indonésia, em companhia do tutelar da pasta, António Burity da Silva, desconhecendo-se se já chegou ou não. Ainda assim, insistimos junto do gabinete do viceministro Pinda Simão, mas também não fomos felizes em tempo útil, por excesso de burocracia. Pediram-nos uma carta e um questionário. E isto, como demonstra a experiência, leva muito tempo a ser respondido.

5.7 Huila e Huambo terão polo Universitário da ULA

Jornal de Angola...12-08-06

A Universidade Lusíada de Angola (ULA) deverá contar, até 2007, com uma dependência na província da Huíla e outra na do Huambo, informou, quinta-feira, no Lubango, Rui Mingas, da Universidade Lusíada de Angola.

Rui Mingas, que no mesmo dia encontrou-se com o governador da província, Ramos da Cruz, a quem informou a ideia de instalar um pólo da ULA no Lubango, disse que o primeiro passo será conseguir a infra-estrutura que vai acolher a instituição. Rui Mingas afirmou que a questão ligada aos docentes deixou de ser uma preocupação, pois a Huíla é uma província com muitos quadros capazes de leccionarem na instituição, por isso “professores não vão faltar”, sublinhou.

Actualmente, notou, estão a ser feitos estudos para definir os cursos que serão priorizados, cujo destaque vai para as Ciências Humanas e Exactas, tendo em conta as características e especificidades da província. Rui Mingas garantiu que todos esforços estão a ser empreendidos para que no período em referência sejam

instalados dois pólos da Universidade que dirige nas províncias da Huíla e do Huambo. A Huíla conta actualmente com três faculdades afectas à Universidade Agostinho Neto, nomeadamente o Instituto Superior de Ciências de Educação do Lubango, Núcleo da Faculdade de Economia e Direito, assim como duas dependências de universidades privadas, nomeadamente, o Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA) e a Universidade Independente. Estas instituições acolhem anualmente mais de oito mil estudantes. Dados do Centro Universitário da Huíla revelam que só este ano cerca de três mil estudantes não conseguiram ingressar para o ensino superior no Lubango.

5.8 A outra vida depois do abandono familiar

A Capital...19-08-06

Uma visita ao Lar Kwzola, uma instituição de caridade e que acolhe menores de várias idades, possibilitou estar por dentro de uma realidade de cerca de 260 crianças ainda traumatizadas com o que foram obrigados a passar, embora aos poucos se vão refazendo do susto que um dia sacudiu as suas vidas, porque lhes é dado a ver todos os dias que a vida não pára por aqui, ela continua, porque o caminho é e só para frente

Paulino, um menor ouvido por este jornal, tem inculcado algo na sua cabeça, que de sua própria sentença resolveu nunca mais regressar à casa do tio onde vivia. «Não quero voltar para casa do tio», disse e ponto final. Ninguém fala mais no assunto. Ainda amedrontado pelo passado, o rapaz lembra-se de ter se sido forçado a fugir de casa quando apenas contava com cinco anos de idade, no ano de 2003, porque o tio não tinha preguiça de o espancar, pelo simples facto de desconfiar que amigo de Paulino «era feiticeiro».

As sevícias eram várias, quando não se tratava de agressão física, geralmente o tio partia para a tortura psicológica, consubstanciado em vários dias sem ter direito a uma refeição que fosse, nem ao menos sair de casa para brincar com os amigos. Até fugir de casa foi apenas um pequeno passo de caracol, juntando-se, seguidamente, a um grupo de meninos de rua.

Sem eira nem beira, Paulino teve ainda que suportar as indigentes condições de vida nas perigosas ruas do Kessequel do Buraco, pelo menos até ser recolhido para o Lar Kwzola, que até hoje o tem sob sua responsabilidade. «Aqui estou bem, porque ninguém me chama de feiticeiro», explicou. Hoje, passados já três anos, vê a vida a renascer de um passado carregado de lembranças traumatizantes.

Edvaldo, por seu turno, viu-se distanciado da mãe porque esta dizia não ter condições para cuidar de si,

pelo que decidiu colocá-lo ao cuidado daquele lar. A rapaz nunca mais foi o mesmo, pois não consegue compreender as razões que obrigaram a mãe a decidir a virá-lo as costas.

Antes já se sentia tratado com algum desprezo por parte da família. Tinha o ar de derrotado quando o encontramos, pois aquela realidade inoportuna tornava claro que, passados três anos desde que fora adoptado pelo Lar Kwzola, o garoto não se refez ainda da fase difícil por que foi obrigado a conviver.

A seu amigo Betinho viveu também a mesma história. De poucas palavras, apenas encolheu os ombros quando se lhe perguntou sobre as razões da sua presença no lar, como que a dizer «não pergunes nada, porque eu também nada sei».

As lágrimas que escorriam dos olhos respondiam a todas as perguntas: foi também acusado de feiticeiro, assim como o seu amigo Paulino. Qualquer pergunta era motivo para um pequeno ataque de pânico, pois ainda vivia com o medo de que as acusações de supostas práticas de feitiçaria que o distanciaram da sua própria família persistissem também até mesmo dentro dos portões do Lar Kwzola. Porém, felizmente não é assim, porque os serviços de assistência do lar «proporcionam um ambiente pacífico entre as crianças, que deixam de ser acusadas de qualquer prática negativa e assumem os estudos e outras modalidades recreativas como prioridade».

Contudo, em condições normais muitas dessas crianças já teriam beneficiado de uma política de adopção que lhes fosse saudável, desde entregues à uma família interessada e melhor estruturada. Mas será que a adopção de crianças é uma prática corrente na realidade angolana ou andarão também envoltas em expedientes burocráticos que atrasam ainda mais um processo que pode ser mais célere?

É que a longa guerra civil angolana, diga-se, desestruturou todo o tecido familiar, ao ponto de muitas crianças acabarem sem pais, completamente desfavorecidas, entregues à caridade alheia. Luanda acolhe, se não tanto, o grosso deste importante e sensível núcleo populacional, mas nem sempre o processo de adopção tem corrido de feição para as partes interessadas, em função da morosidade que se verifica para se atingir tal desiderato.

5.9 Mais de 500 crianças no Huambo voltam ao seio familiar

Jornal de Angola...24-08-06

QUINHENTAS e 90 - crianças separadas das suas famílias durante conflito armado foram reunificadas, de Junho a Julho do corrente ano, na província do Huambo, no âmbito da acção que o Comité Internacional da Cruz

vermelha (CICV) tem levado a cabo.

De acordo com a chefe da sub-delegação da Cruz Vermelha no Huambo, Velina Mikova, as crianças foram localizadas através da publicação de fotografias na revista Gazetinha.

A responsável apontou, por outro lado, que, actualmente, mais de 900 famílias na província do Huambo procuram os seus filhos.

A localização está a ser efectuada pelas agências de pesquisa do CICV na província, em parceria com o Ministério da Reinserção Social e da Cruz Vermelha de Angola.

Velina Mikova revelou que a Cruz Vermelha Internacional, durante as actividades desenvolvidas para a reunificação familiar no Huambo, tem vindo a atravessar algumas dificuldades, fundamentalmente de circulação, pois em algumas vias rodoviárias existe o perigo de núnas e outras apresentam pontes bastante degradadas.

5.10 Lançada primeira pedra para construção da aldeia SOS criança

Jornal de Angola...24-08-06

O ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, lançou terça-feira, em Cambiote, arredores da cidade do Huambo, a primeira pedra para a construção da aldeia "SOS Criança", numa cerimónia assistida por membros do governo local.

O governante, que efectua uma visita de trabalho de três dias ao Huambo, depois da cerimónia seguiu para a comuna de Sambo, município da Tchicala-Tcholohanga, onde inaugurou uma escola com seis salas de aula e um centro de saúde, este último com a capacidade para 20 camas.

Os empreendimentos foram construídos no quadro do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população.

Depois da comuna do Sambo, o ministro vai inaugurar, na localidade de Capingale, no município sede do Huambo, um posto de saúde e uma residência para enfermeiros, construídos pelo Fundo de Apoio Social (FAS).

Visitas ao sistema de captação de água do rio Culimahala e às obras de reabilitação do troço rodoviário Huambo/Kuito e do Caminho de Ferro de Benguela constam igualmente no programa de actividades a serem desenvolvidas.

Na qualidade de coordenador do grupo de acompanhamento do secretariado do Conselho de Ministros à província do Huambo, Higinio Carneiro vai também constatar o grau de implementação de algumas obras financiadas pelo Governo central.

Durante a sua estada, o ministro e a sua comitiva vão deslocar-se ao município do Mungo, cerca de 153 quilómetros a Norte da cidade do Huambo, para constatar as obras de construção do hospital municipal; do clube recreativo, da instalação do sistema de iluminação pública e as obras das residências para médicos, enfermeiros e professores.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 «Os edifícios têm direito a uma contrapartida financeira ou material»

A Capital...01-08-06

A gestão dos espaços publicitários em Luanda, apesar da sua forte envolvimento estética para o casco urbanístico, naquilo que já se convencionou chamar de mobiliário urbano de uma cidade, continua ainda a carecer de uma lei que a regulamente, de forma a evitar os atropelos que se assistem actualmente. José Guerreiro, o presidente da AAPM, reconhece o facto e traça as linhas de força daquilo que para si pode ser a saída para este momento

nada agradável do sector

Como a associação de publicidade e marketing tem lidado com a publicidade gigante em Luanda? A AAPM tem feito aquilo que é o papel que norteou a sua criação, que é o de defender os interesses dos seus associados e ser ouvido para dar o seu parecer sobre a realização do regulamento da associação. Ela tem dado o seu melhor, lutando contra os outdoores ou painéis anti-sociais inadequados e regionais.

Os associados contactam regularmente a associação quando têm que colocar painéis nas ruas? Sim, é uma obrigação, até porque só as empresas que pertencem à associação têm direito a um termo que lhes autoriza onde colocar as suas publicidades. Mas como sempre existem empresas que expõem as suas publicidades não levando em conta a expressão fotográfica das suas publicidades, isto porque os nossos empresários não juntam o útil ao agradável, isto é, o importante é levar seus empreendimentos a ter mais rendimentos.

De forma a AAPM intervém para os casos de publicidades inseridas em edifícios, sem que os mesmos beneficiem com isto?

Todos os edifícios têm direito a uma contrapartida financeira ou material que, automaticamente, entra para os cofres do condomínio, que serve para uma nova

estrutura externa, como uma nova pintura e não só, para qualquer outra necessidade que seja afectiva ao prédio.

Existem sim edifícios que jamais seriam autorizados a publicitar nas paredes, porque a sua estrutura é de carácter específico e quem tivesse que publicitar nas suas extremidades alteraria completamente a sua imagem e o efeito para que foi construído. Mas ainda assim existem também alguns edifícios, que pelo seu estado de degradação e conservação, pela sua localização favorável, são assim solicitados para autorizar publicitar nas extremidades do edifício e assim favorecem-se de algum proveito monetário que, embora não podendo investir para a pintura exterior do edifício, os valores poderiam contribuir para a compra de material de higiene do prédio.

E como isso se processa para os prédios inacabados?

Para estes casos, o benefício seria favorável porquanto cada uma destas publicidades efectuada há um pagamento prévio como se já referiu que, por sua vez, entra nos cofres do edifício beneficiado e serve também para custear todas as despesas que possam advir para a construção do mesmo edifício.

O valor arrecadado é gerido pelo representante máximo da administração do edifício, não como uma pessoa singular, mas sim como uma pessoa colectiva. Este, na sua actuação, tem que ter em conta que os interesses não são só os dele, mas de todos quantos poderão habitar nele.

A ausência de uma legislação pode ou não estar por detrás de um maior controlo deste tipo de negócios?

É evidente que a ausência de uma legislação estará por detrás da falta de maior controlo deste tipo de actividade, porquanto num estado democrático e de direito em que o povo tem o poder de actuar livremente, a ausência da legislação supracitada dá a possibilidade de muitos actuarem sem a devida competência para esta actividade, sendo que os benefícios dos mesmos entram para contas particulares.

Mas já com uma lei reguladora, estas possibilidades seriam nulas, porquanto as leis têm carácter imperativo, em que impõe uma sanção para quem as infringir. Isto é, com uma lei, toda esta actividade seria regulada e cada um que a violar responderá civilmente pelo ilícito cometido.

6.2 Gestão do solo passa por seminário

Jornal de Angola...03-08-06

Um workshop sob o tema "Planeamento Urbano Participativo, Gestão e Uso do Solo" realiza-se quinta e sexta-feira, em Luanda, numa promoção do Programa de Luta Contra Pobreza Urbana (LUPP).

A decorrer no anfiteatro do departamento de arquitectura da Universidade Agostinho Neto (UAN) , o encontro visa

congregar governantes, docentes, estudantes, bancários, políticos, companhias petrolíferas, ONG, entre outros, para partilhar informações e experiências no domínio do planeamento urbano participativo.

O programa de actividades inclui também temas sobre o papel do Governo no seu envolvimento no processo do planeamento urbano participativo, como a universidade deve interligar-se com o Governo e as comunidades na resolução de problema de terra, entre outros.

O programa de Luta Contra a Pobreza Urbana tem estado a trabalhar, em parceria com o Governo, em programas sectoriais de desenvolvimento e apoio as comunidades locais na concretização de projectos nas áreas de água-e-saneamento básicos protecção da primeira infancia, serviços de desenvolvimento empresarial e poupanças e cooperativas de consumo.

O LUPP esta implementado em Luanda, desde 1991, e congrega várias organizações não-governamentais, nomeadamente CARE internacional, a Development workshop, a Save the Children UK, One Word Action

6.3 Roubo e corrupção á mistura

Folha8...05-08-06

Quase que todos os dias úteis e serviço ouvem-se pelas rádios da capital, e lêem-se pelos jornais de fim-de-semana de Luanda, ou seja, nos mais prestigiados Semanários privados, reclamações de pacatos autóctones que se sentem injustiça dos pelo alegado mau trabalho prestado pelos " zelosos " fiscais do GPL, no que concerne as Transgressões Administrativas, consubstanciadas desde o mau estacionamento de viaturas á demolições de residências. Não são casos de contar com os dedos das mãos, mas existem à mão de seamar, e tal situação levou a que os deputados à Assembleia Nacional questionassem o Governo sobre o assunto, numa das interpelações feitas recentemente no Parlamento, cuja sessão ocorreu nos primeiros meses do corrente ano, sobretudo, no que pendia às demolições das chamadas construções anárquicas.

No meio deste turbilhão, pode-se citar o exemplo de casos que ocorreram em Cambamba I e II no município de Kilamba Kiáxi, em que uma cidadã desnudou-se em protesto de ter visto o seu cubículo derrubado sem dó nem piedade, depois de ter sido autorizada a erguê-la pelas autoridades competentes. A suspeição dos municípios luandenses de que algo vai mal nos Serviços de Fiscalização do Governo Provincial de Luanda, remonta desde a altura em que o superintendente da Polícia Nacional, Victor Manuel Fernandes assumiu as

Fernandes assumiu as rédeas, em substituição de Carlos Alves, disse ao Folha8 no dia 27.07 uma fonte afectada àquela instituição, que falou sob anonimato por temer eventuais represálias.

De acordo com a fonte, com a assumpção de Victor Fernandes ao cargo, a situação começou a tomar contornos imprevisíveis, começando pela arrogância contra os seus subordinados e desembocando na violação da Lei 10/87, das Transgressões Administrativas, a única que regula os Serviços de Fiscalização do Governo Provincial de Luanda.

A fonte, que conhece bem os cantos da casa, contou ao Folha8 que, mal VF entrou em funções começou por alterar arbitrariamente a Lei no capítulo da aplicação das multas, contrariando o que está estipulado. Só para lucidar uma ideia de conjunto, o regulamento nº 7 no seu artigo 4º refere que será punido com multa de Kzs 400.00 todo aquele que, por exemplo, for actuado a lavar veículos na via pública .

Mas contra todas as expectativas esta cláusula não tem sido respeitada, ou seja, tem sido violada por, segundo a Ontem, a direcção dos Serviços de Fiscalização converter arbitrariamente esta multa em 22 mil Kwanzas mais os estranhos 10 por cento de que(?), será de emolumentos(?) perfazendo um total de 24 mil Kwanzas! E para dissipar quaisquer dúvidas aos estimados leitores, são milhares de cidadãos que já entraram neste eventual conto do vigário", conforme ilustra uma cópia do denominado Título de Cobrança nº 20015, em que um pacato cidadão, se calhar, por desconhecer a aludida Lei foi forçado a pagar a referida multa, conforme o fac-símile.

E pelo mal dos pecados os presumíveis prevaricadores são obrigados a amortizar a referida multa num prazo de 72 horas, ao contrário ao estipulado pela lei que permite um prazo de 30 dias. Mas, a situação ganha ainda outros contornos no que coocorre a remoção de meios na via pública. Não se sabe ao certo em que é que a direcção dos Serviços de Fiscalização se baseou ao criar uma tabela inexistente na Lei-quadro das Transgressões Administrativas.

6.4 Cidadã acusada de venda e expropriação de terrenos

O Independente...05-08-06

Actos desta natureza são quase sempre praticados à margem da lei e dos regulamentos. As pessoas aproveitam-se dos cargos que ocupam ou ocuparam para encher os bolsos e aldrabar os mais fracos. E quem fica mal é o Governo.

Desta vez o palco é o bairro da Calemba II, junto da Camama, tutelado pelo projecto GOE/SAPU e a acusada chamase Lizette Pedro, também conhecida por

Bety a quem os moradores atribuem práticas ilegais de venda e expropriação de terrenos.

Consta que a história remonta desde 2001, quando começam a ser desalojados os populares que viviam nas áreas de risco na Boavista e os que tinham as suas residências nas cercanias da Cidade Alta. Enquanto uns foram realojados no Projecto Luanda-Sul em Viana, outros foram para a Caemba II, situado entre a Camama e Viana. Estavam envolvidos nesse projecto o Governo Provincial de Luanda, o Minars e o GOE.

Realojados os populares, foralhes distribuídas as residências, de acordo com as dimensões das que possuíam nos locais demolidos. Alguns desses que tinham terrenos adjacentes para outros projectos escolas, lojecas, lanchonetes receberam igualmente parcelas de terreno para a continuação dos seus projectos. "Até aí, o GOE cumpriu com as suas promessas" disse um popular que acrescenta que apenas lhes faltam os títulos de concessão de terra que já deveriam ter, pois o Minars já passou esse documento para os seus desalojados da Boavista "Pensamos que é apenas uma questão de tempo até recebermos essas declarações, mas deve ser a falta delas de que a senhora Lizette se aproveita para vender os terrenos que nos foram cedidos aqui", critica. O que se passa, revela, é que os terrenos que foram cedidos aos populares para outros projectos têm sido vendidos pela senhora Lizette, através de um seu agente na área, de nome Miguel. "O senhor Miguel já vendeu aqui terrenos no valor aproximado de 45 mil dólares. Até o campo de futebol que o Governo aqui fez para recreação da juventude foi vendido. Aqui um terreno nas mãos desses dois custa entre 1500 a 3000 dólares", declara a fonte que nos levou até ao local onde, até há pouco tempo, havia um campo de futebol, agora preenchido de alicerces e blocos, prenúncio da construção de residências. O mais grave, comentaram os moradores ao O INDEPENDENTE, é que a senhora Lizette já foi exonerada há cerca de três anos do GOE, acusada de irregularidades, "mas para não perder o balanço, durante uns tempos dedicou-se a vender terrenos no Projecto Panguila. "Depois voltou para aqui, meteu no assunto uns fiscais do GOE e do Ministério das Obras Públicas e Urbanismo (MINOPU) e sempre que alguém quer construir alguma coisa no seu terreno, ela manda embargar a obra e chega ao ponto de, pela calada da noite, derrubar os pilares de demarcação que as pessoas aí deixa", denunciam as fontes.

Por outro lado, à visada pesam ainda acusações de inviabilizar várias iniciativas empresarias, pela sua petulância. A título de exemplo, as fontes apontam o projecto de construção de uma escola de informática, hotelaria pastelaria que, apesar de a proprietária ter conseguido reunir alguns patrocínios, se foi embargado, pela senhora Lizette que reclamou o espaço que o

espaço que o mesmo havia de ser erguido.

"Ela consegue embargar as obras dos outros, através dos seus falsos fiscais, mas o marido dela construiu e terminou já a sua obra sem quaisquer problemas", acusam ainda os moradores.

Lizette Pedro, testemunham, tentou envolver a Administração Municipal do Kilamba Kiaxe na negociata, mas o administrador ter-se-á afastado, por ter conhecimento de que o projecto é do GOE e não do GPL.

Mas a história não pára por aqui. "Recentemente, a 8 de Julho, essa senhora convocou uma reunião com os coordenadores da área, onde apresentou o engenheiro Joanes do MINOPU, como sendo o dono dos terrenos. O que não entendemos é como é que o MINOPU se pode imiscuir num projecto que não é seu, mas sim do GOE. Há gato por detrás de tudo isso", suspeita um interlocutor. "Nós queremos apenas que nos deixem trabalhar", remata.

Consta, por fim, que numa reunião havida a 15 de Julho, os moradores pediram a prisão do senhor Miguel, por ser, como entendem, o testa de ferro na venda dos terrenos. "Não deu nada, mesmo falando com a Polícia, sinal de que o sujeito tem as costas quentes, ou seja está bem protegido pelos patrões que lhe mandam vender os terrenos." O INDEPENDENTE tentou, sem êxitos, ouvir a senhora Lizette Pedro de quem esperávamos o outro lado da história.

6.5 Advogado tenta esbulhar terreno a família Angolana

Semanario Angolense...05-8-08-06

O advogado angolano João André Pedro protagonizou há dias uma acção rocambolesca, com recurso a efectivos policiaes, para tentar esbulhar um amplo terreno que alega ter sido de um seu constituinte, na avenida Lenine em Luanda, defronte à sede da AAA, entretanto ocupado por uma família angolana desde 1979, que o encontrou num estado de completo abandono.

Quando começou a luta pela posse do terreno, cerca de 18 anos depois dessa família angolana se ter instalado no espaço, João André Pedro apresentou-se com documentos que pretendiam atestar que o português José Artur Castro Inácio, era o detentor, por compra, de um terreno de 1.363 metros quadrados, que pertencia alegadamente a Maria Fernanda dos Santos Coelho da Silva Mota Veiga, natural de Angola, mas residente em Portugal, a quem representa.

A referida família angolana, representada pelo casal Carlos e Conceição Manuel, por seu lado, reivindica a titularidade do espaço, onde já havia construído dois

anexos que servem de residência, «por posse pública pacífica e de boa fé», de um terreno que, embora não confiscado de jure, encontrava-se na situação de confiscável pelo facto do seu antigo proprietário, agora representado por Eurico Abrantes de Mota Veiga, ter abandonado o país antes da proclamação da independência.

É com base nisso que o casal já solicitou em várias ocasiões a legalização do espaço, tendo, em 1992, feito até recurso à Presidência da República, cujo assessor para os assuntos jurídicos de então, Rui Ferreira, solicitara ao Governador Provincial de Luanda da altura, para dar «atenção pessoal» para as «questões expostas».

O Governo Provincial de Luanda não resolveu o caso na altura, o que fez com que Carlos Manuel, oficial das FAA na reserva e antigo combatente, voltasse à carga nos anos seguintes, tanto na Presidência da República, como no GPL, para que este oficializasse a ocupação do espaço, mas até hoje nada ficou já em pratos limpos.

Em Setembro de 2003, acossado por João André Pedra, Carlos Manuel voltou a escrever para o GPL, tendo o director do seu gabinete jurídico, Gracione Paulo, dado um parecer favorável à outorga do contrato de direito de superfície em benefício do cidadão angolano.

Segundo Gracione Paulo, «embora o terreno em disputa não tenha sido oportunamente confiscado, como argumenta o senhor Mota Veiga, ele é confiscável, pois, refere a lei n. o 7/95, de 1 de Setembro que se considera património do Estado, independentemente de quaisquer formalismos, todos os demais imóveis e fracções autónomas abrangidos pelas Leis n. o 3/76, de 3 de Março e 43/76, de 19 de Junho».

«o preâmbulo dessa lei elucida que muitos cidadãos que legalmente habitam imóveis confiscados ou passíveis de confisco têm sido destituídos da posse que titulam pública e pacificamente ao longo dos anos; e que, considerando que o Estado não curou de proceder ao registo dos seus direitos, o que de uma forma oportunista tem sido escandalosamente aproveitado por cidadãos estrangeiros e por cidadãos nacionais em detrimento daqueles, tal acto é lesivo aos direitos dos cidadãos e cria instabilidade política e social».

Antes disto, já as insistentes petições de Carlos Manuel para a legalização do terreno tinham merecido três pareceres, sendo um, o primeiro, produzido a 10 de Junho de 1999, favorável, e os seguintes desfavoráveis. Tais contradições fizeram com que Gracione Paulo lembrasse a Simão Paulo, o Governador Provincial de então, que tinha toda pertinência e validade os argumentos avançados na primeira informação do gabinete jurídico e que era favorável ao requerente. «Aliás,

sobre esta informação recaía despacho concordante de S. Exa. Ex-Governador da Província de Luanda, Dr. Arríbal Rocha», sublinha.

À última petição de Carlos Manuel, feita em Setembro de 2003, Simão Paulo, desconsiderando tanto o parecer do seu gabinete jurídico, como a decisão favorável de Aníbal Rocha ao pedido anterior, fez oportunista tem sido escandalosamente aproveitado por cidadãos estrangeiros e por cidadãos nacionais em detrimento daqueles, tal acto é lesivo aos direitos dos cidadãos e cria instabilidade política e social».

Antes disto, já as insistentes petições de Carlos Manuel para a legalização do terreno tinham merecido três pareceres, sendo um, o primeiro, produzido a 10 de Junho de 1999, favorável, e os seguintes desfavoráveis. Tais contradições fizeram com que Gracione Paulo lembrasse a Simão Paulo, o Governador Provincial de então, que tinha toda pertinência e validade os argumentos avançados na primeira informação do gabinete jurídico e que era favorável ao requerente. «Aliás, sobre esta informação recaía despacho concordante de S. Exa. Ex-Governador da Província de Luanda, Dr. Aníbal Rocha», sublinha.

À última petição de Carlos Manuel, feita em Setembro de 2003, Simão Paulo, desconsiderando tanto o parecer do seu gabinete jurídico, como a decisão favorável de Aníbal Rocha ao pedido anterior, fez recair, um ano depois, o seguinte despacho: «Gabinete Jurídico, deve-se confirmar o estado do caso, já que não há matéria para decidir a favor do senhor Carlos Manuel desta parcela que já ocupa».

Entretanto, em Maio de 2002, o gabinete jurídico do Governo Provincial de Luanda solicitara ao Serviço de Migração e Estrangeiros dados sobre os movimentos migratórios de Eurico Abrantes da Mota Veiga e Artur Castro Inácio (e dos seus familiares) no período antes e pós-independência, que se destinavam à «instrução de um processo de confisco». Em resposta, o SME, aos 6 de Novembro do mesmo ano, garantia que sobre eles nada constava nos seus registos.

O SA não pode precisar em que pé é que ficou a «instrução do processo de confisco» do terreno em disputa, mas pode dizer que até 1997, isto é, desde 1979, altura a partir da qual a família Manuel ocupou o espaço, nunca os Mota Veiga haviam surgido a reclamar a sua posse, podendo, por isso, ela ser atribuída «pública e pacificamente» àquela, nos termos da lei.

6.6 Talhões ou Terrenos. A dor de cabeça de quem os quer pela via legal

Angolense...12-08-06

Está instalada, desde algum tempo a esta parte, uma guerra muda que se trava entre cidadãos e autotidades municipais, pela obtenção e possessão de parcelas de terras nas zonas limítrofes da cidade.

O que algumas pessoas afirmam estar na origem do aumento da intensidade dos muitos conflitos que se registam, não é só a pressão demográfica cada vez mais sentida na cidade capital mas, também, o enorme desprezo que os municípios votam aos dispositivos burocráticos legais determinados pelas autoridades.

As alternativas para contornar estes mesmos embaraços burocráticos, que se abrem como sérios obstáculos para as pessoas que queiram obter um terreno, são, em muitas das vezes, brechas sugeridas e criadas pelos próprios funcionários das administrações municipais.

Deste modo, se multiplicam também os sistemas paralelos dentro dos aparelhos administrativos dos municípios que, em consequência de uma maior celeridade aos processos de solicitação e legalização dos terrenos, cobram valores em dinheiro três vezes mais caros do que custariam pela via normal.

Segundo a canilha de cidadania sobre a obtenção e utilização de terrenos do Governo Provincial de Luanda, "qualquer cidadão que queira obter uma parcela de terreno tem que primeiramente fazer uma solicitação por escrito em documento reconhecido pelos serviços notariais da província dirigida ao governador da província, o administrador municipal e delegado de finanças do 1º, 2º, 3º bairros fiscais. Em seguida, deve remeter a solicitação à administração municipal e pagar os emolumentos relativos essa solicitação".

Em português muito pouco coloquial e de difícil descodificação, a cartilha continua a discorrer sobre o que poderá acontecer depois destes passos preliminares: "esta solicitação se vier a ser autorizada, será concedido um contrato promessa onde constará as benfeitorias iniciais a executar, acompanhado do plano de massa de zona (afastamentos da frente e retaguarda, laterais, altura e número de pisos a construir no lote".

Depois deste processo que, pela via legal, pode levar um período de até 13 meses ou mais, correndo-se ainda o risco de os documentos se perderem no rol da papelada congénere dentro de uma administração municipal qualquer, se poderá então, finalmente, se iniciar a execução das obras devidamente autorizadas.

O que o Governo de Luanda alerta e aconselha é de que deve evitar-se "comprar um terreno em que se lhe tenha exibido apenas um contrato de promessas não visando o conjunto pelo director dos serviços de planeamento e gestão urbana e administração municipal e responsável pela unidade técnica dos serviços de planeamento e gestão urbana do município".

Ainda constam desta categoria de interdições o não

negociar "parcelas de terrenos com particulares com os camponeses, autoridades tradicionais, administradores municipais, coordenadores de bairro, representantes dos partidos políticos, membros de igrejas e outros indivíduos sem prévio consentimento da Direcção dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbana".

Mas conseguir a legalização do terreno não é tudo, pela frente ainda se reserva a obrigatoriedade da licença de alvará de construção para se poder por fim e se construir o que se pretende. E igualmente para que isso se efectue há que cumprir, ainda em conformidade com os pressupostos que constam da cartilha que vimos citando "Solicitar em documento escrito a componente licença de Alvará de Construção. Alvará de três vias do projecto completo contendo: plantas baixas, corte longitudinal e transversal, desenho da fachada lateral e frontal da edificação, quadro de áreas, memória descritiva e justificativa, respectivas declarações do técnico projectista". E, depois, havendo paciência para tal "anexar cópia da titularidade do terreno (contrato promessa, certidão do registo da Conservatória do Registo Predial). Sendo igualmente necessário pagarse as respectivas taxas relativas à obtenção de licença.

Já não faltando muito para o fim, deve aguardar "a competente resposta das autoridades provinciais", aconselha-se ainda que se "recorra sempre a um arquitecto e engenheiro com a assinatura reconhecida no governo provincial e com carteira profissional da Ordem".

Seguidos todos os passos, devia-se receber um prémio de perseverança, mas, invés disso, A Direcção dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbana do GPL, determina que "se solicite a competente vistoria para a obtenção do certificado de habitabilidade .

E ainda aconselha que não se "inicie a obra sem que obtenha a competente resposta das autoridades municipais e não se recorra à técnicos que não tenham assinatura reconhecida".

Entretanto, e paralelamente a isso, não existe concordância entre o número de residências que se vão construindo e de autorizações de construção expedidas pelas administrações.

Na Samba, cuja administração sofre uma das maiores pressões em termos de solicitações de terrenos, todos os dias surge uma casa nova, e os bairros que se vão espalhando à volta de todo o seu perímetro mudam a sua configuração todas as semanas.

Estaremos de facto, neste momento, diante de um problema de desajuste entre as políticas administrativas e a actual conjuntura que vive a cidade capital?

6.7 Uma cartilha que revela a contradição

Lançada já há cerca de um ano, sob iniciativa do Governo de Luanda a cartilha da cidadania sobre a obtenção e utilização Terrenos, é resultado da tentativa deste órgão em disponibilizar e tornar mais acessível a informação em relação à obtenção de terreno. Segundo o Governador Job Capapinha, na nota introdutória a esta canilha, dizia que ela poderá servir como "norma explicativa que tem como objectivo melhorar a relação do munícipe com a administração municipal bem como orientá-lo esclarecê-lo sobre como evitar que incorra em contravenção à legislação em vigor no Governo da Província de Luanda relativa à obtenção e utilização dos terrenos".

Entretanto, numa atitude prudente surpreendentemente realista, do Director da Direcção dos Serviços de Planeamento e Gestão Urbana, Hélder José, admite conclusão da cartilha que ela "na cena não resolverá todos os inúmeros e graves problemas que a nossa Luanda tem, mas ajudará de certeza os seus cidadãos a compreender os mecanismos administrativos e técnicos que diariamente enfrentam e provocam atrasos e desvios muitas vezes involuntários quer da lei quer da ordem técnica pondo em perigo a própria integridade física das pessoas e bens".

Estão assim impressas nesta cartilha a convicção do governador em ser possível a convivência pacífica dos munícipes com as disposições legais actualmente vigentes e muito sumariamente reproduzidas nesta cartilha. Esta mesma convicção é ainda reforçada quando o mesmo afirma que "com os nela contidos o munícipe poderá perfeitamente guiar os seus passos na simples mais séria empreitada de obter e construir sua obra".

Não obstante o optimismo destes homens, o ceno que é que, longe de poder ser simples e séria empreitada, a obtenção de terrenos para a construção de habitações, tem sido cada vez menos efectuada pela via legal.

É deste modo, está assim instalada, desde algum tempo a esta pane, uma guerra muda que se trava entre cidadãos e autoridades municipais, pela obtenção e posse de parcelas de terras nas zonas limítrofes da cidade.

O que algumas pessoas afirmam estar na origem do aumento da intensidade dos muitos conflitos que se registam, não é só a pressão demográfica cada vez mais sentida na cidade capital mas, também, o enorme desprezo que os munícipes votam aos dispositivos burocráticos legais determinados pelas autoridades.

As alternativas para contornar estes mesmos embaraços burocráticos, que se abrem como sérios obstáculos para as pessoas que queiram obter um terreno, são, em muitas das vezes, brechas sugeridas e criadas pelos próprios funcionários das administrações municipais.

Deste modo, se multiplicam também os sistemas paralelos dentro dos aparelhos administrativos dos municípios que, em consequência de uma maior celeridade aos processos de solicitação e legalização dos terrenos, cobram valores em dinheiro três vezes mais caros do que custariam pela via normal.

6.8 Benfica, zona dos "terrenos"

Angolense...12-08-06

Da praça do Benfica até à zona dos "terrenos" como é designada pelos moradores e taxistas, é um percurso que se efectua por um areal de que se diz que daqui há não muito tempo se transformará em auto-estrada.

O Benfica hoje é o protótipo de um bairro que se projecta com toda a velocidade para o seu povoamento. A sua configuração está em permanente mutação que é empreendida pelo volume de construções que a zona tem registado.

Num período de uma semana, a zona toma outras cores, ganha novos limites e solidifica-se com curvas.

Há uma semana era mais fácil encontrar os talhões perto do seu, não tinham cercas, fundações nem casebres de chapas de zinco. Estas mutações efectuadas em apenas uma semana, confundiram o tio Jota que perdeu mais de uma hora sob o sol e à mercê de um grupo de moscas que o perseguiram e de que se queixava por, provavelmente, não o deixarem raciocinar.

Depois de um telefonema ao seu amigo que trabalha na zona, fez-se uma alucinante espera.

Entretanto, carros chegavam e saíam. Famílias inteiras vinham ver os seus talhões. Olhavam de olhos esbugalhados e gesticulavam eufóricos a indicarem para a assistência como desejam que lhes venha a ser feita a casa.

Os recentes ocupantes dos terrenos, na maioria jovens, vêm certificar-se de que está tudo em ordem. Certificarem de que ainda lhes pertence, de que ainda não foram invadidos por um qualquer general inadvertido, ou ainda de que a árvore que plantaram esteja bem tratada. Por outro lado, são visíveis talhões que, contíguos, pertençam a uma mesma pessoa. Muitos dos quais anunciam-se em placas ou em cilindros gigantes com os respectivos números de telefones. "Estes estão à venda" disse-nos o tio lata.

O normal é que a medida da maior parte dos talhões existentes nesta zona do Benfica, meçam 30 metros de comprimento por 20 metros de largura. Ainda que esporadicamente vão aparecendo uns e outros com dimensões invejáveis.

Dois rapazes com enxadas às costas aproximaram-se de nós, identificaram-se como donos de um terreno que lhes interessava vender. Tio Jota meteu conversa com eles indagando-os sobre o tamanho da parcela de terra,

"20 por 30, meu kota", disseram "e qual é o preço?" perguntou o Tio Jota, "vinte mil dólares", responderam sem pestanejar. Tio Jota, sorriu para eles e fez um gesto como se aquilo não passasse de travessuras de crianças e lá os rapazes foram-se embora tão fugazes como tinham vindo.

Na altura que já o pó se adensava, tornando-se num véu quase palpável, no pico do meio-dia, tio Jota, olhando ao longe, anunciava a chegada do amigo "lá vem ele!", disse como que quase suspirando.

O amigo, vestindo calças carnavalescas foi-se aproximando com simpatia, desejoso de que pensássemos que era o maior conhecedor dos talhões na zona. "Ele é do sul não é" Perguntou o mestre-de-obras que acompanhava o tio Jota, "sim é. Como é que sabes?" retrucou este, "vi logo pelo andar!" salientou o homem encarregue pela construção da casa do Tio Jota.

Quando finalmente o amigo se aproximou de nós, ficou assente não haver dúvidas em relação à sua região de origem. "Bljor construções" apresentou-se. Ansiosos por uma cervap e sem queremos perder tempo, tio Jota explicou-lhe que o facto de só lá ter estado uma vez levava a que fosse difícil naquele momento encontrar o seu terreno. Bljor desculpou-se pelo atraso e rapidamente começamos a andar. E, depressa, percebemos que ainda estávamos muito distantes do talhão em causa. Durante quase dez minutos andamos sobre o pó movediço e a erva daninha, por entre casebres e lavras de mandioca até, por fim chegarmos.

Tio Jota anunciou-nos entusiasmado o seu terreno. Andou às voltas por ele. Chamou a si o mestre-de-obras, discutiu preços das chapas e das ripas para o casebre e do cimento e armações para o tanque de água. Quando esgotou a conversa ficaram em silêncio até se decidir ir-se embora.

Tio Jota ainda enfiou duas estacas no chão para servirem de indicadores das próximas vezes que para lá for, foi um gesto tão solene que pareceu alguém que acabava de conquistar um lugar nunca antes pisado pelo homem. Quando já nos afastávamos, olhou várias vezes para o talhão, de certeza imaginou-o habitável, com crianças sorridentes e à correria, animais de estimação e árvores imponentes a fazerem de sombra nos almoços de finsde-semana em que se reunia a família.

6.9 Questão da expropriação por utilidade particular

A Capital...19-08-06

A Rede Terra é um consórcio de organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras constituído em 2002, tendo adquirido a sua personalidade jurídica em

Novembro de 2004, tal como o Diário da República III Série N.º 63 o dá a conhecer. Os seus variados objectivos consubstanciam-se fundamentalmente no contributo para o respeito dos direitos fundiários no seio da sociedade angolana e para o diálogo contínuo entre os órgãos do Estado e as comunidades rurais e periurbanas. Desde 2002, altura em que estavam a ser feitas consultas públicas para a elaboração de uma nova Lei de Terras, através de um AnteProjecto de Lei de Terras, a Rede Terra apresentou várias contribuições para que a Lei de Terras correspondesse no máximo às aspirações das comunidades rurais, por entender que são estas que têm a terra como principal fonte de subsistência. Desde este aspecto, a Rede Terra passou a ser um dos parceiros do Governo no processo de elaboração das políticas fundiárias.

Com o processo de elaboração do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, que já vai na sua 3.8 versão, a Rede Terra tem dado o seu contributo, visando colaborar com o Governo na elaboração de um Regulamento que salvaguarde e garanta os direitos das comunidades rurais. Entre os vários aspectos da proposta do Regulamento Geral da Concessão de Terrenos, preocupa à Rede Terra, a figura da expropriação por utilidade particular, prevista no artigo 21.º da referida proposta.

Consultada a Rede Terra pelos interessados no processo de elaboração do mesmo Regulamento sobre a figura a que acabámos de nos referir, importa dizer o seguinte:

Falar na expropriação por utilidade particular, implica, necessariamente, pensar na figura da expropriação por utilidade pública. Esta figura não levanta grandes problemas no direito e doutrinas angolanos. O artigo 1310.º, entre outros, do Código Civil, falam desta figura. A Lei Constitucional, nos artigos 12.º, n.º4 e na alínea d) do artigo 90.º consagra igualmente esta figura. A Lei de Terras, no seu artigo 9º, n.º2, e artigo 27.º, n.ºs 10 e 12.º faz alusão clara a este expediente. A doutrina administrativa, como é o caso do Professor Marcelo Caetano, na sua obra "Manual de Direito Administrativo", volume II, página 940 e ss, dedica uma ampla abordagem em torno da figura da expropriação por utilidade pública.

Em resumo, a expropriação por utilidade pública tem lugar quando um ente público, em nome do interesse público, intervém no direito de propriedade ou outro direito real menor, para satisfazer um interesse de âmbito público, mediante justa indemnização. Pouco esquisita, e mesmo desconhecida, é a figura da expropriação por utilidade particular. As pergunta levantadas à volta desta figura são básicas: Em primeiro lugar, como é que um particular pode expropriar outro particular? Em segundo, até que ponto um particular pode expropriar outro particular para prosseguir o seu próprio interesse? Ou,

próprio interesse? Ou, será que o Estado expropriará um particular para dar primazia a um outro particular? E, finalmente, qual é o "modus operandi" desta figura?

Na verdade, esta figura é tratada, ou melhor, mencionada de modo tímido no artigo 1310.º do Código Civil. Timidamente tratada porque ela quase não é retomada nos demais artigos do Código Civil. O Código Civil trata da expropriação por utilidade particular dentro da sua ratio oitocentista, em que assentava a concepção individualista da propriedade? Apesar da publicação de um novo Código Civil em 1965 que, entre outros objectivos, visou eliminar a concepção individualista da propriedade conservada pelo então Código de Seabra, alguns laivos daquela concepção continuam no Código Civil actual, entre os quais a expropriação por utilidade particular. Neste sistema, os particulares tinham amplos poderes, entre os quais aqueles reservados actualmente ao Estado.

Hoje, o Estado moderno é Democrático e de Direito, onde estão assegurados os Direitos e Liberdades Fundamentais dos cidadãos. O direito à propriedade, com os seus direitos reais menores, constitui um direito fundamental. Logo, a intervenção ou a privação deste direito só é feito em casos excepcionais que, para o ordenamento jurídico angolano, são os casos em que o Estado, "sacrificando" uma minoria, logrará benefícios para uma maioria.

Por ser uma excepção, as regras para o recurso a esta figura serem bastante rígidas e a exigência de contra partida para quem perde. Então, a regra é o direito à propriedade, e a excepção é a expropriação.

Análise da figura da Expropriação por Utilidade Particular no ordenamento jurídico angolano

1. A Lei Constitucional angolana não consagra, em nenhuma das suas disposições, a figura da expropriação por utilidade particular, mas sim a figura da expropriação por utilidade pública (Artigo 12.º, n.º4 da LC).

Ora, se a figura da expropriação por utilidade pública e a figura da expropriação por utilidade particular são da mesma natureza, por significarem as duas intervenção no direito de outrem, não se percebe que o legislador constituinte acolha inequivocamente a figura da expropriação por utilidade pública, não fazendo o mesmo em relação a expropriação por utilidade particular. Até porque a técnica legislativa, em obediência a arrumação sistemática das matérias, era de todo exigível que estas figuras estivessem arrumadas no mesmo lugar.

2. A Lei de Terras, que é o diploma legal específico que traça o regime geral das terras propriedade originárias do Estado integradas no seu domínio privado, não faz qualquer alusão à figura da expropriação por utilidade particular, fazendo apenas em relação à expropriação por utilidade pública. Porque o legislador da Lei de Terras

Terras não o fizera?

O QUE ESTARÁ ACONTECER?

O legislador da Lei de Terras acolhe as figuras previstas no artigo 1310.º do Código Civil, que são a expropriação por utilidade pública e a requisição, mas, ciente das dificuldades de enquadrar a figura da expropriação por utilidade particular, prefere afastá-la. Por seu turno, a proposta do Regulamento acolhe igualmente as figuras previstas no citado artigo do Código Civil, mas, pouco atento, inclui a figura da expropriação por utilidade particular, quando até estaria limitado pelas figuras acolhidas na Lei de Terras.

Concluindo:

1. Embora a expropriação por utilidade particular esteja prevista no artigo 1310.º do Código Civil, tal expediente não é retomado em nenhuma disposição da Lei Constitucional;

2. A expropriação por utilidade pública aparece no artigo 90.º, alínea d) da Lei Constitucional, como sendo uma matéria, cujo regime é da competência da Assembleia Nacional, com reserva relativa;

3. O direito administrativo explica, na sua mais diversa doutrina, as condições e os mecanismos para que se deite mão à expropriação por utilidade pública, não fazendo o mesmo em relação à expropriação por utilidade particular;

4. A Lei de Terras não faz em nenhum dos seus artigos qualquer alusão à expropriação por utilidade particular, fazendo apenas em relação à expropriação por utilidade pública, como é o caso do n.º2 do artigo 9º, e o artigo 12º;

5. Segundo a hierarquia das fontes das normas, o Regulamento não pode ir além do que estipula a lei que ele visa regular. Assim sendo, o surgimento deste expediente, poderá, quanto a nós, ferir este princípio;

6. Embora o artigo 35º da Lei de Terras faça uma remissão legal para os artigos 1302º a 1384º, quanto à propriedade privada, lembramos que entre estes artigos não é retomada a figura da expropriação por utilidade particular, o que dificulta o recurso a este mecanismo.

7. Sobre esta remissão legal, lembramos ainda que entre o artigo 1302º e 1384.º, muitas das suas disposições foram revogadas pelo espírito da Lei Constitucional, como são os casos dos artigos 1344.º, 1384.º entre outros. Pensamos nós que a expropriação por utilidade particular não se encaixa no espírito da Lei Constitucional;

8. Parece consentâneo que para os casos onde hipoteticamente fossem invocados a expropriação por utilidade particular, sejam usados os mecanismos gerais de direito para a resolução de conflitos entre particulares.

6.10 Governo aprova regulamento de concessão de terrenos

Jornal de Angola...24-08-06

O Conselho de Ministros aprovou ontem, em Luanda, o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, documento que estabelece as bases gerais do regime jurídico definido na Lei de Terras.

O regulamento visa, sobretudo, definir a concessão de terrenos livres que são propriedade originária do Estado, bem como o reconhecimento, transmissão, exercício e extinção de direitos fundiários sobre essas terras, a situação jurídica dos respectivos titulares e garantir a segurança do comércio jurídico.

Reunido na sua 9ª sessão extraordinária, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o órgão colegial do Governo procedeu à primeira abordagem do Decreto que aprova o Regulamento Geral de Edificações Urbanas. O diploma tem por objectivo disciplinar as actividades relacionadas com a construção civil urbana, salvaguardando os interesses da colectividade, levando em conta a segurança das pessoas e bens, as razões de ordem estética e a prestação ambiental.

Na mesma sessão, o Governo aprovou o Decreto sobre o Licenciamento Ambiental, que estabelece as normas que regulam as actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacto ambiental e social significativos.

O Executivo, segundo um comunicado produzido no final do encontro, aprovou também a criação do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IGPUL), como instrumento que visa conferir aos órgãos locais a capacidade de resolução dos seus problemas específicos em matéria de descentralização local não autárquica.

A nova instituição, de carácter local, assegurará o fomento do desenvolvimento urbano, assente na racionalidade dos recursos esgotáveis de impacto local, garantindo o planeamento e a gestão urbana da província no que respeita à regulação do seu crescimento e à execução das acções de manutenção do saneamento, do equipamento social e da regulação do trânsito.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Minea constrói infra-estruturas de electricidade e águas

Jornal de Angola... 01-08-06

O Ministério da Energia e Águas está a construir desde Novembro de 2005 e Janeiro do ano em curso duas subestações de electricidade com equipamentos e a montar Postes de Transformação (PT) a nível dos municípios da cidade de Luanda.

De acordo com um relatório mensal de execução de projecto de reabilitação e expansão das redes eléctricas de Alta, Média e Baixa Tensão (AT, MT, BT), afecto ao Ministério das Finanças (MINFIN), as obras com término previsto para Setembro do ano em curso englobam a construção de algumas redes desde Fevereiro último na província de Luanda.

Nos municípios de Cacucaco, Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi está em curso a edificação de ramais Média Tensão (MT), assim como se está a construir uma linha de transmissão de 60 KV para ligar a Subestação Eléctrica (SE) do Cazenga a do Ngola Kiluanji, no intuito de minorar as carências dos munícipes no fornecimento de energia.

Para a execução do projecto estão a ser formados nos locais de trabalho os técnicos necessários, uma tarefa de carácter permanente cuja conclusão está prevista para o ano 2007, por forma a se banir as dificuldades verificadas a nível da comunicação entre os empreiteiros e os funcionários das obras, oriundas da exiguidade de intérpretes nos locais de actividade."

O projecto de reabilitação e expansão das redes eléctricas de AT, MT e BT envolvem a construção das SE de 60/15 KV do Ngola Kiluanji, da Estrada de Catete, da linha de transmissão a 60 KV da SE do Cazenga para Ngola Kiluanji, a reabilitação e expansão das redes MT e BT nas áreas urbanas, peri-urbanas e suburbanas, bem como das redes eléctricas de Viana e Cacucaco.

7.2 Cólera regista sete novos casos em Luanda

Jornal de Angola...04-08-06

Sete casos de cólera, sem nenhum óbito, foram registados, nas últimas horas de ontem, em três dos nove municípios da província de Luanda, pelas autoridades sanitárias.

Segundo as autoridades sanitárias, cinco casos foram registados no município de Viana, um no Sambizimba e outro no Rangel. Os restantes municípios não

notificaram casos.

Desde o início da doença, em Fevereiro último, 23.418 pessoas foram infectadas, tendo falecido 302.

Entretanto, os casos de cólera, tanto em Luanda como nas restantes províncias do país, poderão alimentar, com o surgimento da época chuvosa, porque, há condições propícias para a proliferação do vibrião colérico.

Segundo o director provincial de Saúde de Luanda, Vita Vemba, a epidemia vai prolongar-se por muito mais tempo, porque ainda se vêem pessoas a defecar na rua, zonas sem água potável e saneamento básico péssimo, acreditando que o número de casos no tempo chuvoso poderá ultrapassar o início da doença.

Acrescentou que deveria haver maior empenho do Governo na melhoria das condições de saneamento básico, da oferta de água potável ali onde não existam acções de sensibilização das populações sobre as medidas preventivas

7.3 Os "quês" do novo modelo de recolha de lixo

Folha8...05-08-06

O novo modelo de recolha de lixo da cidade municipal está a funcionar no município do Rangel, cuja empreitada é da responsabilidade da empresa SGO, desde a segunda quinzena de Julho, porém, ao contrário do que acontece na Ingombota, no Rangel não foram distribuídos os recipientes destinados para o depósito dos resíduos, fazendo com que cada um deposite onde puder: sacos, baldes e até mesmo o chão têm sido os recursos.

Esta realidade choca com a prevista pelo lançamento do referido modelo de recolha de lixo, em vigor desde Outubro de 2005, que são o depósito do lixo em locais próprios e o respeito pelo horário da recolha por parte dos munícipes.

O Rangel a implementação do novo modelo apenas trouxe alteração no período da recolha, passando da manhã para a noite, assim como nos meios utilizados, visto que agora as viaturas são novas, "mas sacos eles não dão", segundo desabafo dos moradores que dizem ter recebido muitas promessas da possível resolução da situação.

verdade é que tudo continua na mesma, os moradores deixam o lixo nas respectivas portas em sacos, baldes, caixas e até mesmo no chão. A última situação tem provocado desavenças entre os munícipes e os trabalhadores, porquanto os últimos rejeitam carregar o lixo que encontram e sacos, transtornando os moradores que defendem apenas por faltar os recipientes.

A possibilidade das empresas privadas terem dificuldades

dificuldades de responder às exigências do novo modelo devido à incapacidade técnica foi sempre apontada por diversas entidades que, no entanto, defendiam ser uma obrigação conseguirem para não perderem o contrato com Governo Provincial de Luanda. GPL. Para a implementação do novo modelo o GPL, através da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda, Elisal, contratou outras várias empresas privadas de recolha de lixo, cujas empreitadas estão divididas em zonas, sendo a própria Elisal a responsável da limpeza do centro da cidade.

E é por lá, concretamente no município da Ingombota, onde a aposta do novo modelo arrancou em Outubro de 2005, tendo iniciado com a retirada dos antigos contentores da via pública e a distribuição dos novos recipientes que devem ser colocados no interior dos edifícios e postos na rua apenas no período da recolha.

Até antes da implementação do novo modelo estimava-se que das cerca de três mil toneladas de resíduos sólidos que eram produzidos na capital do País apenas parte em recolhida o que resultava na existência de amontoados de lixo nas diferentes artérias da capital.

Um quadro triste que vem desde 2003 e que custou a exoneração do então governador da província Simão Mateus Paulo, substituído por uma comissão de gestão dirigida pelo Ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, integrada ainda por António Van-Dúnem então Secretário do Conselho de Ministro e o actual governador de Luanda Job Castelo Capapinha.

O combate ao lixo era a principal missão da referida comissão assim como é a do governador que a substituiu, no caso Capapinha, que é de resto o rosto do novo programa de recolha de lixo de Luanda que, pelo menos no Município da Ingombota, se parece mais eficaz que os anteriores.

Porém, o mesmo não se pode falar em Municípios como o Rangel, onde, como já sublinhámos, o novo programa se resume na mudança do período de recolha, faltando a distribuição dos contentores que devem ser colocados nos diferentes edifícios que de resto, para muitos, ditará, a par da recolha permanente do lixo, o sucesso ou fracasso do programa. Outro pormenor que pode concorrer para o fracasso do programa é a incapacidade técnica das empresas contratadas situação que de resto a não distribuição até ao momento dos contentores no Município do Rangel pela SGO, empresa que se responsabiliza pela na referida área

7.4 Mais de 40 mil consumidores de electricidade vão ser legalizados

Jornal de Angola...11-08-06

A Empresa de Distribuição de Electricidade (EDEL) vai absorver, cerca de 40 mil consumidores não legalizados e expandir a sua rede de distribuição como resultados dos investimentos que estão a ser feitos pelo Governo

O facto foi anunciado ontem, em Luanda, pelo presidente do conselho de administração da EDEL, João Baptista Borges, à margem das segundas jornadas técnicas comemorativas ao vigésimo sétimo aniversário daquela empresa.

A EDEL, de acordo com João Baptista Borges, está a contratar agentes locais em áreas peri-urbanas de difícil controlo para assegurar a distribuição de facturas e as cobranças a troco de uma remuneração que é negociada previamente.

A distribuidora de electricidade está igualmente a contratar empresas que vão fazer a reparação e manutenção das redes de distribuição de energia eléctrica. Cerca de 20 agentes locais já estão contratados nos bairros e 15 empresas inscritas para a manutenção das redes.

Os agentes locais existentes têm assegurado já o controlo da rede e facilitado a comunicação entre os consumidores, futuros clientes e a EDEL.

"Estamos a criar meios que facilitem a comunicação entre a empresa e os consumidores, ajudando para que as suas preocupações sejam atendidas rapidamente. Esta será uma forma de evitar o vandalismo que hoje se verifica na rede de distribuição com ligações anárquicas e a destruição de equipamentos", referiu.

A EDEL está a estudar outras formas - de aproximação e as jornadas técnicas, de acordo com João Baptista Borges, é uma ocasião para identificar soluções que facilitem uma aproximação efectiva.

O presidente do conselho de administração referiu que há um número de pedidos de ligação elevado que não têm sido atendidos a tempo, o que faz com grande parte dessas pessoas se liguem à rede de modo impróprio, originando a perda de produção.

"Esta situação tem que ser corrigida com investimentos, mas também com um controlo efectivo da clientela. Outra causa" é a falta de aparelho de contagem e falta de leitura dos contadores que não permitem que a facturação se traduza no consumo real", disse.

As jornadas técnicas da EDEL realizadas ontem 'sob o lema "Distribuição de energia eléctrica, que solução?", abordaram temas como "Perdas técnicas e comerciais, que soluções", "Acesso das populações periurbanas à energia eléctrica" e "Parceria público-privada.

A EDEL, refira-se, tem actualmente 130 mil clientes

legalizados.

7.5 Cisternas comercializam água contaminada

A Capital...12-08-06

Camiões cisternas que comercializam água na periferia de Luanda estão por detrás da contaminação da mesma, segundo reclamações de cidadãos que se viram lesados, por geralmente iniciarem-se na actividade sem efectuarem a limpeza do reservatório acoplado à sua viatura. Resultado: adquirem camiões que no seu local de origem transportavam produtos químicos e outros produtos de natureza inflamável, por isso hostis à saúde das pessoas e animais

A população de Luanda pode estar a correr o sério risco de consumir água contaminada que, geralmente, é comercializada pelos camiões cisternas nos diferentes bairros de Luanda, por força da problemática de fornecimento de água que há muito assola a capital angolana.

Como se não fosse somente a já reclamada qualidade do precioso líquido, que muitas vezes deixa muito a desejar, por força de grande concentração de bactérias, a água fornecida por certos camiões cisternas têm apresentado componentes nocivos à saúde humana.

São, maioritariamente, substâncias químicas que se afiguram como estando na origem das várias reclamações por parte de populares obrigados ao consumo de água misturada com petróleo, gasóleo, gasolina e outros produtos de origem duvidosa e de consequência quase sempre cancerígenas.

Arlindo Biete, morador no bairro do Kassequel, não tem dúvidas, por exemplo, que comprou gato por lebre, quando resolveu solicitar os serviços de um camião de cisterna para abastecer o seu tanque de água. É que a água adquirida estava imprópria para consumo, porquanto apresentava-se com forte presença de partículas que se supõe de petróleo iluminante.

Tudo aconteceu, ao que disse, no dia 3 do corrente mês, quando uma cisterna de marca IFA, de cor amarela, descarregou aquilo que chamou de «impurezas químicas» no seu tanque de água. «Só muito mais tarde, depois do motorista da cisterna sair e levar os oito mil Kwanzas cobrados, percebi que a água cheirava a petróleo», lembrou.

Visivelmente preocupado e sem outras opções, a família de Biete decidiu assumir todos os riscos de consumo daquela água, que agora se suspeita ser a causa da tosse, enjoo e falta de apetite com que se confrontam os seus cinco filhos.

Biete não está distante da verdade, pois, segundo o director-geral do Hospital América Boavida, Mariano Manuel, a ingestão de altas quantidades de petróleo iluminante, ainda que mistura com água, acarretam consigo graves riscos que pode manifestar-se na forma

de uma «pneumonia lípida, que é caracterizada por uma inflamação dos pulmões».

«A partir de um determinado volume de ingestão destas substâncias, o prognóstico é bastante reservado», acrescentou o também patologista.

Apesar dos prejuízos, Biete, 43 anos, não se alarma com o sucedido, visto que «muita gente corre o mesmo risco e poucos conseguem evitar», terminou.

E na verdade muitos são os que caem neste perigo. Alguns quilómetros de distância do bairro Kassequel, precisamente na comuna do Rocha Pinto, ao município da Maianga, este jornal deu de caras com o ancião Martins Luvambo da Silva que hoje, mais do que nunca, apenas vive a lançar pragas aos vendedores de água em camiões cisternas.

É que no dia 28 do Julho, o sexagenário foi surpreendido pela excessiva concentração de fragmentos de gasóleo no interior de uma garrafa com água que se aprestava a consumir ao jantar.

Só por um triz o pior não aconteceu, mas quando deu por si já o seu tanque, abastecido na véspera, encontrava-se totalmente contaminado com aquele derivado de petróleo bruto espalhado no interior do mesmo reservatório de água subterrâneo.

Distante de se levantar a hipótese do tanque conter o derivado de hidrocarbonetos antes de ter sido abastecido de água, apenas pairou no ar a certeza de que «a cisterna, de marca Volvo, com a chapa de matrícula AD-19-52-EF, depositou água e petróleo no meu tanque».

7.6 Menongue deixara de ter problema de luz e de água ate fevereiro de 2007

Jornal de Angola...15-08-06

O crónico problema da falta de energia e água que aflige os cerca de 300 mil habitantes da cidade de Menongue, há mais de quatro anos, poderá finalmente conhecer o seu termo, a fazer fé nas declarações do coordenador do grupo de acompanhamento do secretariado do Conselho de Ministros para a província do Kuando Kubango.

Segundo André Luís Brandão, que é igualmente o ministro angolano dos Transportes, as obras de reabilitação da rede de transportação de água para as duas torres correm a bom ritmo. O governante disse ter recebido garantias do empreiteiro para a conclusão das mesmas até Fevereiro de 2007.

Em relação ao programa de reabilitação da central termoeléctrica de Menongue, espera-se que o empreiteiro encarregue do projecto coloque na província os dois grupos geradores, pagos o ano passado pelo Governo central, até ao próximo mês de Setembro,

conforme ficou estipulado no último contacto estabelecido com ele.

Durante uma sessão especial do Conselho da Província do Kuando Kubango, convocada a propósito da sua visita de 48 horas à região, Luís Brandão anunciou igualmente a chegada para breve de quatro brigadas de reparação de estradas, que estão a ser preparadas em Luanda.

O ministro Luís Brandão, que se deslocou ao Kuando Kubango para avaliar o grau de execução das obras concebidas no programa de melhoramento e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população, apresentou oficialmente a resolução número 51 do Conselho de Ministros, que prevê um incremento financeiro para os projectos locais.

Assim, foram disponibilizados 231 milhões 351 mil e 250 kwanzas para o apetrechamento dos hospitais municipais de Mavinga e Nankova. Outro montante não especificado servirá para apoiar o governo do Kuando Kubango nos domínios da agricultura, educação, saúde, transportes e assistência social.

Actualmente, no âmbito do programa de melhoria dos serviços sociais básicos à população, estão em curso no Kuando Kubango um total de cinquenta e cinco obras sociais, entre centros e postos de saúde, escolas e casas económicas. O referido programa, com um suporte financeiro de pouco mais de novecentos e quarenta e dois milhões de kwanzas, engloba também a compra de inputs agrícolas e a remoção de resíduos sólidos.

De referir que o ministro dos Transportes anunciou medidas duras contra as empresas de construção civil, como a "Jamsan Corporation Limited" (preseana), "Complexo relaxe" e a "Ebrite" por terem abandonado as obras de reabilitação do hospital central do Kuando Kubango, da escola de base do Baixo Longa e do Hospital municipal do Cuchio.

O desempenho das empresas fiscalizadoras "Pecar e Wetekela" também foi posto em causa. Segundo o governante é necessário fiscalizar-se também essas empresas já que determinadas obras erguidas não obedeceram aos padrões exigidos e como consequência estão a apresentar fissuras um pouco por toda a parte.

No Kuando Kubango o ministro Luís Brandão deslocou-se ao município de Mavinga onde visitou algumas infra-estruturas sociais. Em Menongue foram radiografadas as obras de construção do canal de irrigação de Missombo, o projecto de reabilitação da linha-férrea, a central termoeléctrica da cidade, as futuras instalações dos bombeiros e o hospital infante-materno.

7.7 Edel perde mais de USD 1 milhão/mês

Jornal de Angola... 16-08-06

A Empresa de Distribuição de Electricidade (EDEL) deixa de arrecadar, mensalmente, cerca de 100 milhões de kwanzas, o equivalente a 1 milhão e 250 mil dólares americanos, resultante de ligações anárquicas, cobranças abaixo dos custos reais e outras perdas comerciais.

A informação foi dada ontem pelo presidente do Conselho de Administração da Edel, João Borges, à margem de uma cerimónia de apresentação de projectos em execução.

O valor refere-se apenas a metade das perdas totais da energia recebida da Empresa Nacional de Electricidade (ENE), em torno dos 120 gigawatts por hora; o equivalente a 230 milhões de kwanzas.

Outras perdas têm a ver com as condições técnicas, em função das condições dos cabos, da potência e dos transformadores. No total, apenas 54 por cento do total da energia é aproveitada. Ainda assim, a empresa precisa de 180 gigawatts de energia por hora para cobrir, sem restrições, a província de Luanda.

Ao mesmo tempo em que avançam os trabalhos de aumento da produção de energia na barragem de Capanda e as melhorias na rede de transportação, a Edel está a investir na melhoria da distribuição, que hoje está entre 70 e 80 por cento.

Actualmente está em curso o projecto de reabilitação e expansão da rede de média e baixa tensão, avaliado em 60 milhões de dólares, através da linha de crédito com a China.

Denominado Chiang, o projecto está repartido em duas fases. A primeira, iniciada em 2005, permitiu colocar em serviço 37 postos de transformação e electrificar algumas áreas de Luanda. Para a conclusão, estão a ser efectuados trabalhos de acabamento em mais 11 postos.

A segunda fase do projecto Chiang, avaliada em 44,5 milhões de dólares americanos, vai permitir a instalação de 127 postos de transformação, nos nove municípios de Luanda, e a construção de duas subestações, sendo uma na estrada de Catete e outra no bairro Ngola Kiluanji (incluindo a linha de transmissão com a subestação do Cazenga).

João Borges frisou que, quando terminarem as acções em curso, no próximo ano, a província de Luanda vai consumir energia com melhor qualidade, mas não significa que os problemas vão acabar.

"O projecto vai permitir atenuar os problemas em áreas actualmente habitadas, mas temos de continuar a investir para acompanhar o crescimento", frisou João Borges, reconhecendo que a taxa de crescimento em Luanda é superior à capacidade de resposta da Empresa.

Até final de 2005, a Edel tinha registados 126 mil clientes. Este número ascendeu para os actuais 131 mil, um crescimento na ordem dos 4 por cento. Segundo

João Borges, ainda existem por legalizar mais de 100 mil potenciais clientes, um desafio que a empresa pretende atingir nos próximos dois anos.

A ideia consiste em melhorar as redes eléctricas em áreas servidas de deficiente serviço, aumentar o número de ligações domiciliares e interligar no sistema eléctrico as novas áreas que nunca beneficiaram do serviço.

Na busca da melhoria da qualidade de serviço, a Edel apresentou igualmente ontem o plano piloto de instalação de contadores pré-pago. Numa primeira fase e com termino dentro de cinco anos, o plano vai permitir a instalação de 16 mil e 500 contadores no município do Rangel e está avaliado em 1 milhão 631 mil e 709 dólares americanos. As próximas áreas a beneficiar do sistema são o Palanca, o bairro Popular, o Catambor, Prenda e parte do bairro da Samba.

7.8 Mangueiras anárquicas “ levam água para a sobrevivência

Jornal Angola...16-08-06

A água limpa e suja misturam-se na ponte do Morro Bento. A conduta golpeada por aproveitadores para facilitar o desvio de água para a comercialização serve, não só, para o consumo humano como para a lavagem de viaturas e roupa suja. O lixo campeia perante a indiferença de vendedores do pequeno mercado ali instalado para alimentar quem aí pára e ganha a vida. Os chafarizes antes colocados para abastecer os habitantes foram incapazes pois marginais roubaram as torneiras. Os populares pretendem que a água volte a subir o morro, jorrar dos fontenários no sentido de poupar o cansaço resultante do exercício do sobe e desce.

Os beneficiários chamam ao sistema "mangueiras anárquicas". São uma média de vinte e cada uma está ligada à conduta de água previamente colocada para pôr em funcionamento três chafarizes construídos o ano passado no "Bairro Huambo", na zona do Morro Bento.

Quem passa dentro de uma viatura sobre a ponte junto do conhecido "Morro do Pedalé" facilmente observa que, debaixo da "vala" confluem, desde as primeiras horas da manhã, centenas de homens e mulheres, essas em maior número, para encher os recipientes de água para o consumo doméstico.

"Mangueiras anárquicas" porque tal engenharia foi possível através de um recurso desaconselhável. Ou seja, foram feitos furos na rede de transportação onde foram ligadas as mangueiras, passando-se, a partir daí, a se vender água para mais de 16 mil habitantes do "Bairro Huambo". Por cada 15 litros, paga-se aos donos das mangueiras o montante de 15 kwanzas.

A distância de cinco quilómetros que liga o bairro à fonte de abastecimento é fastidiosa e cansativa. Porém, como a necessidade fala mais alto, a saída é recorrer à ponte e voltar a subir o morro, já com os recipientes cheios.

Os consumidores consideram a água como propícia para o consumo e raramente usam qualquer um dos métodos aconselhados para o seu tratamento. Branca André, por exemplo, disse que vê necessidade de ferver a água apenas quando esta chega turva.

A imundície que envolve a vala faz acreditar que as centenas de pessoas que aí acarretam o precioso líquido fazem-no sob fortes riscos para a saúde. É efectivamente um atentado à integridade física, na medida em que, além da utilização da água para beber e confeccionar os alimentos, lavam-se viaturas e roupa e as águas juntam-se (à "potável" e à suja).

Naquele cenário de imundície, e aproveitando-se do estado de necessidade dos moradores, que diariamente vão adquirir o líquido indispensável à vida, marginais importunam os que ali vão. Vezes há em que criam distúrbios que só são travados com a intervenção da Polícia.

"Aqui, esses miúdos se matam como se fosse galinha", informa-nos, Rosa Alberto. Ela é do Huambo e vive no bairro há mais de nove anos com o marido e filho. É vendedora de refeições no mercado do Rocha Pinto e é com a água comprada na "ponte" que prepara a comida comercializada.

Manuel Alexandre, 38 anos, Jacinto Domingos, 43, e Cirineu Francisco, 29, assumiram-se como os controladores dos fontenários e fazem-no por orientação da Administração local. Contam que, quando foram instalados os três chafarizes, distribuíram-se cartões de acesso aos fontenários. Mas esses apenas funcionaram durante quatro dias.

Pessoas de má-fé, disseram, subtraíram as torneiras e desviaram a tubagem que, com a pressão, sustentariam os chafarizes para os habitantes das zonas do RS, da Padaria e da Igreja.

Mas a procura de uma solução passou a ser a preocupação da maior parte dos consumidores do "Bairro Huambo". Para além dos riscos para a saúde que podem resultar da utilização da água, reclama-se também do desgaste que tal operação cria. Aida Maurício disse que, depois de subir e descer oito vezes para encher o seu tambor de 200 litros, acaba por não ter força para mais nada.

Teresa Francisco Veigas, Helena Júnior e Domingos Joaquim, pertencentes à comissão do bairro, pretendiam reunir-se, terça-feira, com o administrador da Samba, para se encontrarem formas de acabar com tal estado de coisas, que, como dizem, apenas enriquece alguns que oportunamente facturam algum dinheiro.

Disseram que tal encontro não aconteceu por razões de indisponibilidade do administrador, que estava em visita de campo. Mas o grupo pretende que tal seja realizado na próxima quarta-feira.

7.9 Casos de cólera vão aumentar na época chuvosa

O Independente...19-08-06

As autoridades sanitárias do município do Soyo, província do Zaire, temem que os casos de cólera aumentem nos próximos meses com a época chuvosa.

O responsável da saúde, João Paulo, argumentou que a preocupação resulta do facto de 70 por cento da população local consumir água não tratada acarretada dos rios e cacimbas.

O município do Soyo registou 72 casos de cólera, oito das quais resultaram em óbito, desde Maio último, data do reaparecimento do surto na região.

"Se não se implementarem estratégias afins, como a sensibilização da população sobre os cuidados a ter em conta na época chuvosa, o quadro endémico poderá ampliar", alertou o responsável, acrescentando que as águas das chuvas transportam lixo, sobretudo dejectos humanos e animais para os rios e cacimbas. O técnico de saúde adiantou que na segunda quinzena de Julho foram registados apenas quatro novos casos de cólera, detectados a partir da comuna de Mangue Grande e de Bócolo 1 e 2 na Ilha da Ponta do Padrão. João Paulo referiu que os serviços de saúde continuam a proceder o registo de alguns casos, que, entretanto não representam motivo de alarme.

O débil saneamento básico nas localidades, a falta de casas de banho e a desinformação sobre a maneira de tratar a água dos rios e cacimbas, antes do consumo, são apontados como sendo os principais factores da persistência do surto da cólera na região. Para pôr cobro ao surto, a secção de Saúde do Soyo incrementou as medidas preventivas, através da informação difundida na rádio local, afim de sensibilizar a população sobre os cuidados a ter em conta. Os serviços epidemiológicos locais continuam a levar a cabo uma série de buscas para a detecção de novos casos da doença.

7.10 Empresa investe USD 8 milhões em saneamento

Jornal de Angola...21-08-06

A empresa de limpeza e saneamento básico, Kiaxiweste, investiu 8 milhões de dólares na aquisição de material de alta tecnologia para responder às exigências do mercado, sobretudo, do município do Kilamba-Kiaxi, onde opera há um mês.

Segundo Tedy de Almeida, membro do Conselho daquela empresa, o investimento serviu para a compra de 15 camiões compactadores, nove tractores, devido às ruelas no município, 16 caterpillares bobcat e igual número de carrinhas para a fiscalização do trabalho.

A Kiaxiweste, que, com a Elisal, pretende trabalhar para uma Luanda melhor e sem lixo, vai colocar à disposição da população do município de Kilamba-Kiaxi mil e 422 baldes, 100 contentores de seis metros cúbicos, 2 mil e 630 contentores de 1.1 metro cúbico, um camião para a lavagem dos contentores e uma retro escavadora para trabalhar nos grandes focos de lixo.

Para Tedy de Almeida, a operadora pretende não só acabar com o lixo, mas também diminuir o índice de desemprego em Luanda. Numa primeira fase, vai empregar 350 pessoas, maioritariamente jovens do município e, posteriormente, 500.

"Actualmente, é uma das únicas operadoras que conseguiu cumprir com os requisitos previstos no caderno de cargo da Elisal, porque o material que temos é suficiente para dar as resposta às nossas actividades no município do Kilamba-Kiaxi", afirmou o responsável.

A Kiaxiweste é uma empresa de resíduos sólidos, que trabalha no município do Kilamba-Kiaxi, de acordo com o novo modelo da Elisal, que visa a recolha de lixo porta a porta.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Parlamento discute em 8 de Agosto projecto de lei amnistia

Jornal de Angola...03-08-06

Assembleia Nacional vai apreciar, no próximo dia 8, em sessão plenária extraordinária, um projecto de lei de amnistia, aprovado recentemente pelo Governo, no quadro do processo de pacificação de Cabinda.

O Conselho de Ministros aprovou em 28 de Julho último uma proposta de lei de amnistia que estabelece que serão amnistiados todos os crimes contra a segurança do Estado e todas as outras infracções criminais com eles relacionadas, cometidos por cidadãos nacionais, no quadro do conflito na província de Cabinda.

A amnistia tem sido entendida como a abolição da incriminação de factos passados, não contando os crimes amnistiados para efeitos de reincidência, sucessão de crimes e habitualidade. Vários autores defendem que a amnistia elimina todos os efeitos da infracção criminal.

A sessão plenária extraordinária do dia 8 de Agosto vai ser realizada por iniciativa da Comissão Permanente (CP) do Parlamento, por este órgão de soberania não estar a trabalhar no seu período normal de funcionamento, nos termos do artigo 952, n.º 26, alínea b), do regimento interno da Assembleia Nacional. A realização da referida sessão do Parlamento foi decidida ontem, em Luanda, numa reunião da Comissão Permanente, dirigida por Jerónimo Wanga, presidente da Assembleia Nacional em exercício.

As sessões plenárias extraordinárias do Parlamento realizam-se fora do período normal de funcionamento do Parlamento, que é de oito meses. De acordo com artigo 89º do regimento interno da Assembleia Nacional, esta "pode funcionar extraordinariamente por deliberação do plenário, por iniciativa da Comissão Permanente, ou por iniciativa de mais de metade dos deputados em efectividade de funções, ou ainda por convocação do Presidente da República".

Na sessão do dia 8 de Agosto, o Parlamento vai ainda aprovar, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado de 2006 revisto, e vai apreciar a Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento, um diploma que altera a lei n.º 5/90, de 7 de Abril (Lei da Procuradoria Geral da República) e uma autorização a conceder ao Governo

para legislar sobre o regime aduaneiro e portuário especial para a província de Cabinda.

Na mesma sessão, os deputados vão proceder à actualização das listas das comissões provinciais e dos gabinetes municipais eleitorais, e deverão apreciar o orçamento da Assembleia Nacional para 2007.

Uma outra sessão plenária extraordinária do Parlamento foi também agendada ontem pela Comissão Permanente da Assembleia Nacional para o dia 15 de Agosto, para aprovação final do OOE de 2006 revisto e para movimentação de deputados.

A reunião de ontem da Comissão Permanente do Parlamento foi presidida por Jerónimo Wanga, por virtude de o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, tem o seu mandato de deputado suspenso, por estar a exercer funções interinas de Presidente da República, nos termos do artigo 64º, n.º 2, da Lei Constitucional.

A Comissão Permanente do Parlamento é o órgão que substitui a Assembleia Nacional fora do período normal de funcionamento deste órgão de soberania. Ela é composta pelo presidente do Parlamento, por dois vice-presidentes e 12 deputados.

Os dois vice-presidentes são indicados pelos dois maiores grupos parlamentares, coligação de partidos ou partidos com assento na Assembleia Nacional. Os 12 deputados são indicados pelos partidos políticos ou coligação de partidos, proporcionalmente ao número de assentos obtidos na Assembleia Nacional.

8.2 "Paz para cabinda" é aprovado em unanimidade

Independente...12-08-06

Apesar das reticências argumentadas sobretudo por políticos da oposição em função das modalidades através das quais o governo negociou a paz para o enclave de Cabinda, os deputados acabaram por aprovar por unanimidade o Memorando de Entendimento, depois de se lhes ter sido "imposta" a análise do documento de 105 páginas em apenas 48 horas.

Na mesma sessão, os parlamentares aprovaram ainda uma resolução especial que autoriza o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a fazer a paz para Cabinda, nos termos dos acordos de Namibe, rubricados a 1 do corrente, na cidade da Welwitschia. A sessão da última quinta-feira, 10, ficou completa com a aprovação da Lei da Amnistia que iliba todos os aqueles que, no quadro do conflito entre as Forças Armadas Angolanas e as FLEC, tenham cometido crimes condenáveis, sem deixar de parte o regime aduaneiro especial para a província que se resume no desagravamento dos impostos sobre a importação e exportação de produtos, a

exportação de produtos, a excepção do petróleo, por parte dos empresários locais. Quanto ao conteúdo do memorando ora aprovado, realce para a integração no Governo central de um ministro Sem Pasta e três vice-ministros, nomeadamente do Interior, dos Petróleos e da Agricultura para os Recursos Florestais. No Governo da província de Cabinda, o Memorando de Entendimento, de 105 páginas, reserva um posto de vice-governador, três directores provinciais adjuntos e quatro de vice-administradores para os municípios de Cabinda, Caongo, Buco-Zau e Belize.

Nas empresas públicas estatais, o documento estabelece a colocação na Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL), de dois administradores não-executivos, um director adjunto territorial para a província de Cabinda e três assessores de administração para as áreas de distribuição, logística e aviação. Noutras empresas públicas de Cabinda figuram dois cargos de direcção na Empresa de Telecomunicações Angola Telecom, igual número na Televisão Pública de Angola (TPA) e dois na direcção da Emissora Provincial. Dois cargos de direcção estão também previstos no Porto de Cabinda e outros dois no aeroporto local.

Para as embaixadas angolanas no exterior, o documento prevê os cargos de ministros conselheiros e de primeiros secretários em Moçambique, Tanzânia, Ghana, Eslováquia e Sérvia e Montenegro. Inclui ainda, os cargos de primeiro, segundo e terceiro secretários para as embaixadas do Congo Brazzaville, RDCongo e Gabão.

O Memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda no domínio das Forças Armadas Angolanas (FAA) estabelece a integração de 1.675 efectivos, sendo 11 oficiais gerais dois generais, três tenentes-generais e seis brigadeiros. O Memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda estabelece o máximo de 260 dias, como prazo para a sua implementação. Muita contestação, mas reinou unanimidade Refira-se entretanto que, antes de ser aprovado, o documento foi alvo de críticas, feitas sobretudo por políticos da oposição que, devido a algumas reticências tal é o caso da exclusão de três das entidades que compunham o Fórum Cabindês para o Diálogo, reiteraram a necessidade de o governo reavaliar as modalidades em que a paz foi negociada. Outrossim, o facto de os deputados terem tido apenas 48 horas para analisar um documento de tamanha importância sustentava a contestação levantadas por alguns partidos que justificaram a impossibilidade de uma análise substantiva de todos aspectos ponderados no memorando. "Não poderíamos discutir aspectos de suma importância como são o projecto de Lei da amnistia e o memorando de paz, que são documentos directamente virados à paz e à vida das pessoas sobre os joelhos", comentou um parlamentar

comentou um parlamentar da oposição

Alexandre Sebastião André, presidente da bancada parlamentar do POJOCA, em representação do G7 (designação atribuída ao representante de sete partidos políticos com um lugar na assento na Assembleia Nacional) discorreu pela mesma linha de pensamento. Falando a comunicação social, opinou que o memorando de paz e o projecto Lei da amnistia foram impostos aos parlamentares, porquanto, "o Governo não recebeu da Assembleia Nacional luz verde para o fazer." Rematando, por conseguinte, que "não fomos consultados antes e por isso só vamos aceitar essa discussão destes documentos porque tudo o que auguramos é a paz em todo território nacional".

Nzita Tiago refaz direcção do FCD

Entretanto, as partes excluídas do processo de entendimento entre o governo e o FCD dão, cada vez mais, sinais de que qualquer intenção que vise a pacificação de Cabinda não as pode deixar de parte. Informações circuladas, na última quarta-feira, davam conta que o Bureau Político da FLEC de Nzita Tiago decidiu refazer a estrutura directiva do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), designando um colégio presidencial integrado por Agostinho Chicaia, Crisóstomo Macanda, Francisco Xavier Builo, Martinho Lubango e o Padre Raúl Tati.

Um comunicado divulgado pela Voz da América, esta nova direcção, que saiu

de um encontro realizado nos dias 5 e 6 do corrente, deverá manter abertas as portas para o diálogo com o Governo, por forma a negociar-se um acordo inclusivo, global e equilibrado que tenha em conta os interesses das partes implicadas no conflito em Cabinda. Sem fazer qualquer referência à situação no terreno, nem apelar para a continuação da guerrilha no enclave, lê-se no comunicado que Bento Bembe foi expulso da direcção da FLEC e também da direcção do fórum.

De realçar que, apesar de ter sido expulso do FCD, foi a Bento Bembe quem o Governo escolheu para assinar o Memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda. Bento Bembe ignorou a expulsão, decretada por Nzita Tiago muito antes da assinatura do documento.

8.3 Memorando de entendimento. A mesma novela com actores diferentes

Cruzio do Sul...12-08-06

Analistas são bastante cautelosos e apelam às partes sobretudo ao Governo envolvidas no processo de pacificação da província de Cabinda, a cumprirem escrupulosamente os prazos definidos no Memorando de

de Entendimento (ME), a julgar pelo arrastar dos pendedes do memorando Governo/UNITA. Estes receiam que o perigo dum eventual incumprimento venha a ser incalculável.

Até à hora do fecho desta edição o Parlamento não se havia ainda pronunciado sobre o conjunto de leis e resoluções que integra o ME para a paz na província de Cabinda, porque os deputados desconheciam o conteúdo do documento, tendo sido transferido para o passado dia 10 de Agosto.

Na referida sessão foi apreciado (estava previsto) o Memorando de Entendimento, a proposta de lei de Amnistia e a autorização do Governo sobre o regime aduaneiro e portuário especial para o enclave, tarefas que o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) garantir implementar no prazo de nove meses.

Consta do calendário de actividades, a formalização, assinatura e a entrada em rigor do ME, formalização e entrada em funcionamento da comissão conjunta, encarregue de dar o seu cumprimento, formalização e entrada em funções da comissão mista militar.

Concluída a implementação que formaliza a conclusão das referidas tarefas, as partes vão declarar a extinção do Fórum Cabindês para o Diálogo e da comissão conjunta, anteriormente instituída para a implementação do Memorando de Entendimento.

O grupo parlamentar dos sete garantira antes da apreciação pela Assembleia Nacional, o seu voto favorável aos documentos relativos ao processo de paz na província, mas realça a necessidade de o Governo criar mecanismos de inclusão das outras organizações da sociedade civil e as igrejas, de modos a permitir o êxito da paz.

O deputado Alexandre Sebastião André pensa que para o sucesso do processo que ,visa pacificar e desenvolver o enclave, o Governo deverá, durante a implementação das cláusulas contidos no documento, ter em consideração a especificidade, a relevância sociológica e política da Mpalabanda e da comunidade cristã local.

O responsável do grupo dos sete acautela o Executivo a cumprir rigorosamente com os prazos estabelecidos no memorando, sob pena de se a renegociarem os mesmos problemas.

Sebastião André louvou o esforço do Governo por se ter aproximado do Fórum Cabindês para o Diálogo, considerando que o gesto sentiu para se marcarem largos passos para a pacificação de Cabinda.

A caminho de completar quatro anos desde a sua institucionalização, o ME assinado no dia 4 de Abril de 2002 entre o Governo e a UNITA, que pôs fim ao histórico conflito armado angolano (o mais longo de toda a África), ainda continua com muitas tarefas por cumprir, quer para reintegração dos ex-militares quer para a tomada posse de quadros do galo negro para o aparelho governativo e empresas públicas.

Apurámos que no quadro da implementação da reinserção dos ex-militares das FALA, estavam previstos 105 mil efectivos, dos quais 97.138 desmobilizados e 62.409 esperam beneficiar dos kit e outros meios que lhes permitem reintegrar-se na vida social activa.

Enquanto esperam pela reintegração, "safam-se" como podem para suportar o sustento e sobrevivência da sua família. Associada a esta dificuldade está ainda a falta de documentos, subsídio de contingência, apoio de reinstalação na área de destino, que consiste na recepção de kit de roupa de primeira necessidade, utensílios domésticos, instrumentos agrícolas (na área de assentamento rural), assistência familiar e um valor monetário equivalente a USD 100.00.

8.4 Tchokwés também reclamam autonomia

Folha8...12-08-06

O governo pensou em travar a onda guerrilheira e independentista de Cabinda, conferindo a região uma autonomia, no sentido de esbater as teses de separação de Angola. Até aqui, tudo bem, naves fora as outras reivindicações, sobre a forma como tudo ocorreu, por parte da FLEC radical e sociedade civil ..

No entanto, se isso se deveu ao facto da base contestatária assentar no Tratado de Simulambuco, que considera o território como protectorado português, os Tchokwés, senhores das maiores bacias diamantíferas do país, que vivem na indigência e extrema pobreza, também esgrimem o seu Acordo, assinado pelo rei Mantiânvua e o representante das autoridades coloniais lusas, que transformaram o território Lunda, em protectorado português, a partir de 1887.

Vamos a história.

A partir duma estrutura fragmentada, caracterizada pela existência de grande número de pequenos chefes de aldeias esparsas em distintos pequenos territórios perto das margens do rio Kalanyi, a leste do rio Kwango, os Lunda conheceram um enorme abalo político em finais do século XVI, primeiro com a eclosão duma luta dinástica que terminou com a subida ao poder do título lueji, o qual em seguida foi substituído pelo novo título Luba mwata yamvo(muataiânvuaHenrique de Carvalho), dando origem a um Estado muito mais centralizado.

Por razões históricas desconhecidas este título tornou-se o mais poderoso de todos entre as linhagens centrais Lunda, e a posição lueji passou a ser título secundário de uma nova posição Luba, swana mulunda. Presume-se que estas mudanças levassem dois séculos, ou mais, para se realizarem. Contrariamente a Cabinda, os Portugueses só estabeleceram contactos directos e seguidos com os

seguidos com os Lunda a partir dos primeiros anos do século XIX. De facto, datam de 1801 as primeiras viagens de caravanas ordenadas e supervisionadas pelo tenente-coronel de milícias e chefe da feira de Kassanje, Francisco Honorato da Costa para além Kuango, até à "nação dos molua (Lunda).

Os seus pombeiros - negros "assimilados", ou mais frequentemente, mestiços que assumiam a direcção das caravanas de longo curso através das terras do interior africano - viriam depois a alcançar o "Muataiânvua" ("imperador das Lundas"), numa tentativa para o convencer das benfeitorias do comércio com as gentes de raça branca, das terras do "Muene Puto" (rei de Portugal).

Em 1807 o Muataiânvua envia uma embaixada a Luanda. Seguem-se outras viagens de "negociantes volantes e outros negociadores", e os aviados que asseguram a continuidade, que para além de assegurar a continuidade comercial, deram origem a "um carácter político e nacionalizante a esses encontros".

Em 1846, o comerciante Joaquim Rodrigues Graça, após três anos de viagem, chega à "mussumba"(aglomeração habitacional) do Muataiânvua ("imperador das Lundas): (...) mil logarejos com as suas cabanas em redor (...) e no centro, dominando como um maioral à maneira de uma torre, a residência do régulo feita com muita regularidade (...) tudo com muito asseio e simetria, um horizonte extensíssimo e muito claro, um país risonho e fértil, abraçando uma verdura perene(...)"

Durante a sua estada na Mussumba, na conversas que teve com o Muataiânvua, este "prometeu submeter todo o seu domínio ao Governo Português e pediu para lhe mandarem para ali fazendas em abundância".

Em 1856, LIVINGSTONE, que entrara na área da nossa actual Lunda transportando o Cassai a 11° 17' sul em direcção a Kassange (actual Xámuteba, no Distrito de Malanje), descreve assim a região:

"Não tivemos dificuldades para atravessar esta região à excepção de termos de atravessar as enchentes dos rios, e molhar-nos com as chuvas quase constantes; mas quando nos aproximamos à tribo denominado Cheeboque (Tchokwé) fomos tão incomodados com muitas lançadas pelos mais frívolos pretextos que mudamos a nossa derrota ... "

Estes são alguns exemplos de incursões no interior de África no século XIX, mas só nos últimos vinte anos desse mesmo século é que se começou a viver a verdadeira "grande corrida para a África".

Principal motivo dessa corrida, as directivas de carácter obrigatório do Tratado de Berlim (Fevereiro de 1885), nomeadamente as que se referiam à necessidade de ocupar militarmente as regiões que as respectivas potências desejavam ocupar e manter sob a sua

dominação.

A conquista

Os portugueses foram os primeiros europeus a contactar os povos da Lunda, mas reconheciam que tinham que apresentar mais argumentos para reivindicar as zonas entre o Cuango e a Lualaba (Massano de AmOrin1, "A divisão administrativa de Angola"). E na impossibilidade de se promover rapidamente a ocupação militar, pensou-se numa expedição científica que, à semelhança dos exploradores estrangeiros, fosse montando pelo caminho postos ou estações.

Por portaria régia de 24 de Março de 1884 é determinada a organização da exploração Portuguesa ao Muataiânvua cuja chefia foi confiada ao Major Henriques Augusto Dias de Carvalho.

8.5 Conflitos étnicos na Lunda-norte

Folha8...12-08-06

Pelo menos seis pessoas morreram, 23 ficaram feridas e cinco foram detidas pela Polícia num incidente registado no dia 04, entre tribos Tchôkwé e Bângala, na província da Lunda-Norte. De acordo com o porta-voz do comando provincial da polícia, Castro Hilário, o incidente "ocorreu no município de Capenda-Camulemba, na área de garimpo de diamantes denominada Fabu, localidade de Muenhagato entre as etnias Bângala e Tchokwé, que resultou em seis mortos e 23 feridos".

Segundo o responsável da Polícia, o conflito deveu-se à tentativa do filho do rei Kambamba Kulaxingo pretender controlar a referida área, alegando pertencer ao território da Baixa de Kassanji, terra de seus ancestrais. Em seguida, a intenção resultou em briga, pois a outra parte que é a tribo Tchokwé entendeu tratar-se de usurpação de poder. Tudo isto tem vindo a ocorrer desde a morte no princípio do ano do rei Kambamba Kulaxingo", afirmou Castro Hilário. As forças policiais detiveram alguns elementos, tendo o oficial considerado ser no momento calma a situação.

Tugas chegaram há 45 anos a Nambuanguongo

A 08 Agosto de 1961, as forças portuguesas em Angola, concentravam-se no limite de Nambuanguongo, tomada pela UPA, onde entrariam no dia seguinte. A progressão para a região iniciara-se após a reocupação de Zala e Kincuzo, a 04 de Agosto.

8.6 FLEC vai integrar GURN

Folha8...12-08-06

O memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda prevê a atribuição do cargo de ministro sem pasta a um

membro da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), mas não especifica as suas funções e competências.

O documento de 105 páginas, assinado a 01 de Agosto na cidade do Namibe, entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), prevê ainda a integração no Governo central de três vice - ministros, nomeadamente do Interior, Petróleos e da Agricultura para os Recursos Florestais. No Governo da província de Cabinda, o Memorando de Entendimento reserva um posto de vice-governador, três directores provinciais adjuntos e quatro de vice - administradores para os municípios de Cabinda, Cacongó, Buco-Zau e Belize.

Nas empresas públicas estatais, o documento estabelece a colocação na SONANGOL, de dois administradores não - executivos, um director adjunto territorial para a província de Cabinda e três assessores de administração para as áreas de distribuição, logística e aviação.

Noutras empresas públicas de Cabinda figuram dois cargos de direcção na Empresa de Telecomunicações (Angola/Telecom), igual número na Televisão Pública de Angola (TPA), e dois na direcção da Emissora Provincial da RNA. Dois cargos de direcção estão também previstos no Porto de Cabinda e outros dois no aeroporto local.

Para as embaixadas angolanas no exterior o documento prevê os cargos de ministros conselheiros e de primeiros secretários em Moçambique, Tanzânia, Ghana, Eslováquia e Sérvia. Inclui ainda, os cargos de primeiro, segundo e terceiro secretários para as embaixadas do Congo/Brazzaville, RD Congo e Gabão.

O Memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda no domínio das Forças Armadas Angolanas (FAA) estabelece a integração de 1.675 efectivos, sendo 11 oficiais gerais - dois gerais, três tenentes - gerais e seis brigadeiros.

Assembleia aprova

O documento estabelece o máximo de 260 dias, como prazo para a sua implementação tendo sido aprovado pelos deputados da Assembleia Nacional, por 103 votos a favor e 26 abstenções na sua maioria da bancada parlamentar da UNHA..

O maior partido da oposição justificou a sua abstenção defendendo um processo negociação abrangente e equilibrada, para a solução do conflito no enclave.

"Saudamos a provação do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação Nacional na província de Cabinda, mas estamos preocupados com a exclusão de Nzita Tiago, uma peça fundamental para a paz na região", disse Alcides Sakala, líder do grupo parlamentar.

Por outro lado, o grupo parlamentar do Galo Negro lamentou a ilegalização da Associação Cívica

Mpalabanda, acrescentando que numa sociedade que se afirma ser democrática, esta atitude não é louvável.

O deputado do MPLA, defendeu que a reconciliação em Cabinda deve ser abrangente e urgente "Este memorando é ponto de partida para a paz definitiva em Cabinda. O Governo deve assumir o seu papel para honrar os compromissos assumidos", advertiu Emílio Homem.

Já André Paulo da bancada da FNLA, sugere o Governo para abrir as portas uma vez que vários actores políticos locais estão abertos ao diálogo e às negociações com vista a chegar a uma solução política equilibrada, justa e equitativa do conflito.

Foi ainda dentro deste quadro que todos os crimes contra a segurança de Estado e outros cometidos por cidadãos nacionais, no quadro desse conflito foram amnistiados. Os deputados aprovaram igualmente a alterações sobre o regime aduaneiro e portuário especial para a província de Cabinda.

Pese tudo isso, a imagem da Assembleia Nacional, parecia a de um circo, uma vez esta ter apenas levantado o braço, mostrando, mais uma vez, a sua debilidade e dependência em relação ao órgão presidencial, que comanda a máquina do Estado sem qualquer contra poder ..

Recorde-se, que em finais de Julho, também em contra - mão a Assembleia Nacional recebeu informações do Governo sobre o desenrolar das negociações para a paz em Cabinda, sem poder dar qualquer contribuição, para uma outra visão de um dossier tão sensível, que não poderia ficar apenas na visão redutora de meia dúzia de militares e políticos do séquito presidencial. Agora a história repete-se e lá teremos o órgão legislativo, como sempre, a reboque das imposições do único órgão que põe e dispõe no país; o Futungo de Belas, melhor a Presidência da República, dando um agreement, sobre matéria que lhe passou de soslaio, pelos olhos e mãos.

O enclave de Cabinda, de onde provém a maior parte da produção petrolífera do país, é palco desde 1975 de uma luta armada independentista liderada pela FLEC, que alega continuar a província a ser um protectorado português nos termos do Tratado de Simulambuco.

8.7 Falta de diálogo incentiva intolerância política no Kwanza Sul

A Capital...12-08-06

Perante a crescente intolerância política no Kwanza Sul, a UNITA acusa o MPLA de furtar-se ao diálogo. Os camaradas, no entanto, desmentem ...

Há relatos da preocupante situação de intolerância política na província do Kwanza Sul. Depoimentos colhidos em várias localidades, incluindo desde a capital

Sumbe, sugerem que várias pessoas são sistematicamente perseguidas por mostrarem simpatias por forças políticas que não sejam o MPLA, partido no poder em Angola.

A queixa mais surpreendente veio de Miguêns Suando, um funcionário da representação da Procuradoria-geral da República que não esconde as suas simpatias pelo partido do galo negro. Na semana passada, um grupo de homens invadiu a residência e espancou-o a si e a à sua esposa, Vitória Reis, que é ainda funcionária do secretariado provincial da UNITA no Kwanza Sul. As vítimas acusam a JPMPLA, o braço juvenil do partido no poder, de ter desencadeado esta agressão, apontando inclusive o nome de um dos agressores. Eles identificam o seu vizinho Lucas, morador do bairro Quissala 1, como um dos mentores da agressão e não abrem mão da alegação de que foram, de facto, vítimas de intolerância política.

«Se não fôssemos da UNITA não teríamos sido espancados pelo grupo de Lucas», queixou-se Vitória, segundo a qual os agressores não se ficarem por aí: partiram a porta de casa, destruíram vários bens e obrigaram o casal a mudar de bairro. «Eles disseram que não suportam ver gente da UNITA», contou a senhora.

O caso, segundo Vitória, está ao corrente da direcção provincial de investigação criminal, mas as vítimas pensam que este caso vai acabar como tantas outras denúncias de agressões motivadas por razões políticas sem que os algozes sejam, alguma vez, responsabilizados.

Na província do Sumbe, situações desta natureza estão longe de casos isolados. É justamente nas localidades onde a UNITA tem mais simpatizantes de onde vêm as principais denúncias, a exemplo das regiões de Cassongue, Cela, Kibala, Mussende e Gundo. A situação mais grave, todavia, ocorreu na comuna da Sanga. Aqui chegou-se ao ponto de serem queimadas residências de exmilitares da UNITA, entretanto transferidos, pelo Governo, para áreas sem as devidas condições de habitabilidade.

FALTA DIÁLOGO

Na província do Kwanza Sul, a intolerância política é motivada pelo fraco relacionamento entre os dois principais partidos políticos, tal considerou, em declarações para este jornal, o secretário provincial da UNITA, Américo Chivukuvuku. Para sustentar a sua tese, este político contou que «decorridos dois anos desde que tomei posse, enquanto secretário provincial, nunca houve reunião formal entre os dois partidos». Um dado refutado pelo governador provincial, Serafim do Prado, que é ao mesmo tempo secretário provincial do partido dos camaradas.

Negando existir, da parte do seu partido, qualquer atitude premeditada para afastar a concertação com as demais

demais forças políticas representadas na província, Prado avançou uma versão da história diferente da que nos foi contada pelo seu homólogo do galo negro.

«Eu mesmo tenho mantido diálogo com o secretário da UNITA», disse o político ao avançar que «existe um diálogo permanente entre o nosso partido (MPLA) e os demais partidos da oposição».

Do lado dos maninhos, porém, persiste a acusação de que o MPLA está a furtar-se ao diálogo, ao tal modo que Américo Chivukuvuku diz já ter encetado várias iniciativas, para manter o diálogo, face às quais, como contou, não obteve qualquer respostas.

«Em contrapartida com os outros partidos de oposição temos tido variadíssimos encontros em busca de um denominador comum».

«Consideramos o denominador aponta para o interesse nacional. Há como prioridades a consolidação da paz, o aprofundamento da democracia, o aprofundamento da reconciliação nacional».

8.8 Membros da FLEC encontraram "a galinha dos ouros"

Angolense...26-08-06

Aparentemente, os militares e personalidades que, durante anos, se bateram pela independência de Cabinda apenas queriam "a liberdade do povo do enclave". Contudo, um olhar atento para o "Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação na província de Cabinda" deixa claro qual foi o prémio para tantos anos de luta: cargos ministeriais, postos de vice-governadores e colocações em embaixadas nacionais.

Notícia da pacificação de Cabinda, apesar da polémica que envolve o assunto, serviu para que os angolanos pudessem, enfim, afirmar que vivem em paz. Celebrado entre o Governo de Angola e o Fórum Cabindês para o Diálogo, representado por Bento Bembe, o documento servirá de base para a pacificação do enclave.

Os grandes ideais revolucionários indicam (apesar de toda a utopia que os cerca) que luras como a abraçada pela FLEC sejam desinteressadas. Contudo, o documento assinado pelas duas partes mostra que os militares e políticos do movimento reivindicativo serão acomodados. Bem acomodados.

O festival de "prémios" aos "libertadores" torna-se mais evidente na página 10 do Memorando de Entendimento, onde se estabelece claramente "a colocação do pessoal proveniente da ex-FLEC e das demais Organizações sob Autoridade do Fórum Cabindês para o Diálogo" em cargos no Governo Central.

É assim que, os membros do referido movimento

obrigarão a nomeação de um Ministro Sem Pasta, uma figura que irá consumir mais um gordo salário dos cofres públicos e terá regalias como carro, residência e subsídios não avaliados.

No mesmo quadro, a FLEC terá ainda direito a um cargo de Vice-Ministro do Interior, Vice-Ministro dos Petróleos e indicará ainda um indivíduo que será o Vice-Ministro da Agricultura (para os recursos florestais).

Não sendo a primeira vez que um acordo do género é celebrado em Angola e não sendo os seus termos originais, já que a UNITA também já beneficiou do mesmo tipo de acomodação, vislumbra-se já um aumento do número de vice-ministros, uma vez que os que já lá estão colocados dificilmente quererão deixar "o seu tacho". É assim que poderemos assistir ao aumento do cenário de ministérios com três vice-ministros. Em nome da paz, teremos então novos rostos no Governo angolano, embora não tenhamos a garantia de que os indicados pela FLEC terão as qualificações necessárias para desempenhar os cargos. É que, nesse caso, poderão ser privilegiados os interesses políticos, os anos de luta e o compadrio entre as lideranças para a colocação.

O Partido Liberal Democrático (PLD), que conquistou um lugar no Governo de Reconciliação Nacional, deu-nos um "cheiro" do que poderá ocorrer, quando há anos atrás nomeou exactamente a filha da presidente do partido para vice-ministra da Educação, numa altura em que a mesma nem tinha concluído o curso universitário.

O movimento independentista de Cabinda, que deverá ser extinto de acordo com o memorando de pacificação para se transformar num partido político, ocupará pastas relevantes como são as de vice do interior, dos petróleos e da agricultura, uma posição que deverá permitir aos naturais da província controlar sectores que têm a ver com o enclave, já que a província tem grandes reservas petrolíferas e a floresta do Maiombe, fonte de recursos na área de exploração de madeira.

O posto de vice do Interior pode servir para acompanhar as políticas de defesa interna do país, assim como eliminar quaisquer resquícios de brutalidade policial no território Cabinaa, um assunto que já fez correr muita tinta. Com esse acordo, o Governo parece ter oferecido "doce as crianças", ao se mostrar flexível, mas na prática, os vice ministros terão pouco poder real, noventa e nove fora nas inaugurações e assinatura de documentos "pacíficos". Os membros da UNITA no GURN que o digam.

Voltando ao memorando de entendimento, a FLEC ganhou ainda um posto de vice-governador (que certamente será em Cabinda), três de Director Provincial Adjunto e quatro de vice administradores.

As embaixadas também tiveram de ser "imoladas" nesse acordo, já que Bento Bembe conseguiu arrancar também colocação como Ministro Conselheiro e Primeiro Secretário na Embaixada de Moçambique. O mesmo posto será desempenhado por membros do movimento em representações diplomáticas angolanas na Tanzânia, Ghana, Eslováquia assim como na Sérvia e Montenegro.

Os cargos de 10, 2º e 3º secretários nas Repúblicas do Congo, Gabão e Congo também serão entregues a FLEC.

Até aqui, estão apenas assegurados cargos para 26 pessoas, num universo de milhares de pessoas que, durante anos, se bateram pela independência ou autodeterminação do povo de Cabinda. No acordo a que vimos fazendo referência os que sobraram são enquadrados no capítulo 6, intitulado como "Reinserção Social do Pessoal Restante Proveniente da ExFLEC e das demais organizações sob autoridade do Fórum Cabindês para o Diálogo".

"Pessoal restante", é neste quadro que se devem enquadrar os que não forem nomeados para os cargos acima descritos. Os mesmos serão encaminhados para o problemático ministério da Reinserção Social que já se vê com sérias dificuldades para resolver o problema do "pessoal restante" da UNITA que para lá foi empurrado por altura dos acordos de Luena.